

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

NICOLE DE OLIVEIRA ALVES DAMASCENO

*SER EXPOSTO:*  
A “CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS” NO TERMO DE MARIANA  
(1737 – 1828)

Mariana  
2011

NICOLE DE OLIVEIRA ALVES DAMASCENO

*SER EXPOSTO:*  
A “CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS” NO TERMO DE MARIANA  
(1737 – 1828)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração “Poder e linguagens”, linha de pesquisa “Poder, espaço e sociedade”.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

Mariana  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP  
2011





**Nicole de Oliveira Alves Damasceno**

***Ser exposto:***  
**a “circulação de crianças” no Termo de Mariana (1737 – 1828)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (Orientador)**

Departamento de História, UFOP / Departamento de Ciências da Informação,  
UFMG

**Prof. Dr. Caio César Boschi (Membro da Banca)**

Departamento de História, PUC-MG

**Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes (Membro da Banca)**

Departamento de História, UFOP

*Às crianças expostas*

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, Jorge e Luzia, e a minha irmã, Angélica, pelo apoio e compreensão durante todo o processo da pesquisa. Agradeço ao professor Renato Pinto Venâncio pela orientação e por me mostrar a complexidade da prática de “circulação de crianças”. Se não fosse sua paciência, seus apontamentos e seu incentivo esse trabalho não seria possível. Agradeço ao professor Álvaro de Araújo Antunes, a professora Silvia Maria Jardim Brügger e ao professor Caio César Boschi pelas sugestões e questionamentos. Sou grata também a outros professores que contribuíram muito para a minha pesquisa, mesmo antes do processo seletivo do mestrado. Além do professor Álvaro, já citado, são eles, Marco Antônio Silveira e Fabiano Gomes da Silva.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. A Pró-reitoria de Pós-Graduação da UFOP e o Instituto Cultural Amilcar Martins pelo auxílio. Agradeço aos funcionários dos Arquivos da Câmara Municipal de Mariana, da Casa Setecentista e do Arquivo Eclesiástico pela paciência e importante colaboração durante o processo de pesquisa.

Com atenção especial, agradeço a todos os participantes do grupo de pesquisa Justiça, Administração e Luta Social (JALS). Entre eles, tive a oportunidade de participar de discussões que contribuíram muito, não só para a minha pesquisa, mas para a minha vida profissional; e, para além do vínculo acadêmico, convém destacar a grande amizade e os momentos de muita diversão que compartilhamos juntos.

Muitos são os amigos que me ajudaram durante todo o processo da minha pesquisa, cada um a sua maneira. Ao Pedro Eduardo Carvalho não tenho nem palavras para agradecer a amizade e a colaboração durante a pesquisa. Além de virar a noite me ajudando nas correções do meu projeto ainda na época do processo seletivo, ele escutou meus dilemas, reclamações, preocupações e, mesmo quando me mudei para outra cidade, ele ainda teve que me aturar nas redes sociais pedindo dicas e referências. A Luciana Viana Ferreira, que compartilha comigo a mesma paixão pelas crianças abandonadas e que pode contribuir de forma significativa nas minhas discussões e aos outros amigos da turma de mestrado, que me acompanharam nessa trajetória, meus sinceros agradecimentos. Aos

moradores e ex-alunos da República Diáspora; foram vocês que me fizeram entender o verdadeiro significado da palavra família. Aos amigos da República Deuses do Golo, que trazem mais alegria a minha vida. A tantos outros amigos de Mariana que, de alguma forma, contribuíram para que eu me apaixonasse por esse lugar. A Aline Luiza que me ajudou a encontrar forças nos momentos em que eu achava que não era capaz.

E com um carinho especial, a Arthur Dias Soares Ramalho.

## **Resumo**

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves de. *Ser exposto: a “circulação de crianças” abandonadas no Termo de Mariana (1737 – 1828)*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Esta pesquisa se insere nas discussões sobre a história do abandono de crianças no Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Procuramos entender, através de análises quantitativas e estudos de caso, qual era o significado de ser uma criança exposta nos séculos passados. Para isso, utilizamos como principais fontes os Registros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mariana e as Listas de Habitantes. Através delas conseguimos perceber a complexidade da “circulação de crianças”, destacando os diferentes padrões dessa prática. Retratamos ainda o papel assistencialista da Câmara local, que pode nos demonstrar o que o abandono representava aos cofres públicos. Por fim, percebemos que ser abandonado não significava ser um desqualificado social; por vezes, crianças poderiam melhorar a sua representação social ao ser exposta.

Palavras-chave: história da família; abandono infantil; “circulação de crianças”

## **Abstract**

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves de. *Ser exposto: a “circulação de crianças” abandonadas no Termo de Mariana (1737 – 1828)*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

This research is part of the discussions about the history of abandoned children in Brazil during the eighteenth and nineteenth centuries. We seek to understand, through quantitative analysis and case studies, what was the meaning of being exposed child in the past centuries. For this, we used different documents

that explained the complexity of the "circulation of children," noting the different patterns of practice. Welfare has portrayed the role of local council, which can show us what the abandonment represented public offers. Finally, we find that to be abandoned not meant to be an unqualified social; sometimes children could improve their social representation to be abandoned.

Keywords: family history, child abandonment, "circulation of children"

## **Lista de ilustrações, tabelas e gráficos**

### **Ilustrações:**

Figura 1 – Adaptado do “Mappa da Comarca de Villa Rica” 50

### **Tabelas:**

Tabela 1 – Presença de escravos e/ou agregados nos domicílios da área urbana de Mariana (1819) 81

Tabela 2 – Presença de escravos nos domicílios da área urbana de Mariana (1819) 81

Tabela 3 – Presença de agregados nos domicílios da área urbana de Mariana (1819) 81

Tabela 4 – Tipologia proposta por Samara para os domicílios paulistas oitocentistas – Estruturas das famílias e domicílios: categorias e classes 83

Tabela 5 – Tipologia das estruturas domiciliares da área urbana de Mariana (1819) 84

Tabela 6 – Sexo dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819) 85

Tabela 7 – Qualidade dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819) 86

Tabela 8 – Sexo / qualidade dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819) 86

Tabela 9 – Qualidade de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819) 87

Tabela 10 – Estado civil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819) 88

Tabela 11 – Sexo / estado civil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819) 88

Tabela 12 – Estado civil de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819) 88

Tabela 13 – Idade dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819) 89

Tabela 14 – Sexo / idade dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)	90
Tabela 15 – Idade de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)	90
Tabela 16 – Número de expostos por domicílio	92
Tabela 17 – Presença de escravos e/ou agregados nos domicílios com expostos	93
Tabela 18 – Presença de escravos nos domicílios com expostos	93
Tabela 19 – Presença de agregados nos domicílios com expostos	94
Tabela 20 – Estruturas domiciliares das residências com crianças expostas	94
Tabela 21 – Chefes de domicílios com filhos residindo na mesma casa	95
Tabela 22 – Presença de “crianças alheias” nos domicílios com expostos	96
Tabela 23 – Ocupações dos moradores das residências com crianças expostas	97
Tabela 24 – Sexo dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas	97
Tabela 25 – Estado civil dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas	99
Tabela 26 – Sexo / estado civil dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas	100
Tabela 27 – Estado civil de homens e mulheres chefes de domicílio das residências com crianças expostas	100
Tabela 28 – Qualidade dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas	100
Tabela 29 – Sexo / qualidade dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas	101
Tabela 30 – Qualidade dos homens e mulheres chefes de domicílio das residências com crianças expostas	101
Tabela 31 – Idade dos chefes de domicílios das residências com crianças expostas	102

Tabela 32 – Sexo / idade dos chefes de domicílios das residências com crianças expostas	102
Tabela 33 – Idade dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com crianças expostas	103
Tabela 34 – Sexo dos expostos	103
Tabela 35 – Qualidade dos expostos	104
Tabela 36 – Sexo / qualidade dos expostos	105
Tabela 37 – Qualidade dos meninos e meninas expostos	105
Tabela 38 – Idade dos expostos	106
Tabela 39 – Número de “crianças alheias” por domicílio	108
Tabela 40 – Número de expostos em domicílios com “crianças alheias”	109
Tabela 41 – Número de filhos dos chefes de domicílio das residências com “crianças alheias”	110
Tabela 42 – Número de escravos e/ou agregados das residências com “crianças alheias”	111
Tabela 43 – Número de escravos das residências com “crianças alheias”	111
Tabela 44 – Número de agregados das residências com “crianças alheias”	112
Tabela 45 – Estruturas domiciliares das residências com “crianças alheias”	112
Tabela 46 – Ocupação dos moradores das residências com “crianças alheias”	114
Tabela 47 – Sexo dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	114
Tabela 48 – Estado civil dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	117
Tabela 49 – Sexo / estado civil dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	117
Tabela 50 – Estado civil dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	117

Tabela 51 – Qualidade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	119
Tabela 52 – Qualidade dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	119
Tabela 53 – Sexo / qualidade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	119
Tabela 54 – Idade dos chefes de domicílio das residências com “crianças alheias”	120
Tabela 55 – Sexo dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	120
Tabela 56 – Sexo / idade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”	121
Tabela 57 – Sexo das “crianças alheias”	121
Tabela 58 – Qualidade das “crianças alheias”	122
Tabela 59 – Sexo / qualidade das “crianças alheias”	123
Tabela 60 – Qualidade das “crianças alheias” do sexo masculino e feminino	123
Tabela 61 – Idade das “crianças alheias”	124
Tabela 62 – Idade dos meninos e meninas “alheios”	124
Tabela 63 – Sexo / idade das “crianças alheias”	125

**Gráficos:**

Gráfico 1 – Receitas, despesas e gastos com expostos – Câmara Municipal de Mariana (1737 – 1828)	62
Gráfico 2 – Porcentagem do gasto da Câmara Municipal de Mariana com os expostos (1737 – 1828)	63
Gráfico 3 – Porcentagem do gasto da Câmara Municipal de Mariana com os expostos (1737 – 1760)	65
Gráfico 4 – Receitas, despesas e gastos com expostos – Câmara Municipal de Mariana (1737 – 1750)	65

Gráfico 5 – Número de criadores e expostos que estavam recebendo o pagamento da Câmara Municipal de Mariana (1737 – 1750)	66
Gráfico 6 – Porcentagem do gasto da Câmara Municipal de Mariana com os expostos (1751 – 1771)	70
Gráfico 7 – Receitas, despesas e gastos com expostos – Câmara Municipal de Mariana (1751 – 1771)	71
Gráfico 8 – Número de criadores e expostos que estavam recebendo o pagamento da Câmara Municipal de Mariana (1751 – 1771)	71
Gráfico 9 – Porcentagem do gasto da Câmara Municipal de Mariana com os expostos (1774 – 1799)	72
Gráfico 10 – Receitas, despesas e gastos com expostos – Câmara Municipal de Mariana (1774 – 1799)	73
Gráfico 11 – Número de criadores e expostos que estavam recebendo o pagamento da Câmara Municipal de Mariana (1774 – 1799)	73
Gráfico 12 – Porcentagem do gasto da Câmara Municipal de Mariana com os expostos (1800 – 1828)	74
Gráfico 13 – Receitas, despesas e gastos com expostos – Câmara Municipal de Mariana (1800 – 1828)	75
Gráfico 14 – Número de criadores e expostos que estavam recebendo o pagamento da Câmara Municipal de Mariana (1800 – 1828)	75
Gráfico 15 – Estruturas domiciliares da área urbana de Mariana (1819)	84
Gráfico 16 – Estruturas domiciliares das residências com expostos – área urbana de Mariana (1819)	95
Gráfico 17 – Qualidade dos expostos	104
Gráfico 18 – Estruturas domiciliares das residências com “crianças alheias” – área urbana de Mariana (1819)	113
Gráfico 19 – Qualidade das “crianças alheias”	123

## **Lista de abreviaturas**

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana – ACSM

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEM

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana – AHCMM

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I – História da infância e a “circulação de crianças”</b>	<b>19</b>
1.1 Infância e história dos sentimentos	19
1.2 O infanticídio e o abandono de crianças	29
1.3 A “circulação de crianças”	34
<b>Capítulo II – O Termo de Mariana</b>	<b>40</b>
2.1 Formação do Termo de Mariana	40
2.2 Delimitação do Termo de Mariana	44
<b>Capítulo III – A vida familiar e a criação de expostos</b>	<b>51</b>
3.1 Vida familiar e população infantil na América Portuguesa	51
3.1.1 <i>A família em Minas Gerais</i>	53
3.2 Expostos: políticas assistencialistas	56
3.3 A assistência aos expostos em Mariana	59
<b>Capítulo IV – Estruturas domiciliares de Mariana: ambiente familiar das crianças abandonadas e “alheias”</b>	<b>79</b>
4.1 Perfil dos domicílios em Mariana	79
4.1.1 <i>Estruturas domiciliares da área urbana de Mariana em 1819</i>	80
4.1.2 <i>Perfil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana em 1819</i>	84
4.2 Domicílios com crianças expostas	91
4.2.1 <i>Perfil dos domicílios com crianças expostas</i>	92
4.2.2 <i>Perfil dos chefes de domicílios com crianças expostas</i>	97
4.2.3 <i>Perfil dos expostos</i>	103
4.3 Circulação de “crianças alheias”	107
4.3.1 <i>Perfil dos domicílios com “crianças alheias”</i>	107
4.3.2 <i>Perfil dos chefes de domicílio com “crianças alheias”</i>	114
4.3.3 <i>Perfil das “crianças alheias”</i>	121
<b>Capítulo V – Tipologia da circulação em Mariana</b>	<b>126</b>
5.1 “Crianças alheias” x crianças expostas	126
5.2 Expostos e “crianças alheias”: algumas trajetórias	131
5.2.1 <i>Paternidade reconhecida</i>	132
5.2.2 <i>O acolhimento de “crianças alheias”</i>	138
<b>Considerações finais</b>	<b>141</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>144</b>

## Introdução

Na atualidade, notícias sobre o abandono infantil não é algo incomum. Casos de crianças, ainda tão novas, deixadas em sacos plásticos, dentro de lixeiras, em ruas desertas e lugares ermos, repercutem na mídia e geram grande comoção social. Há ainda aquelas que são deixadas em instituições de adoção e permanecem no anonimato. Os motivos dos pais biológicos para tais atos são variados e, para cada uma dessas histórias, há explicações particulares.

Essas crianças também têm sortes variadas. Algumas, logo que entram para o sistema de adoção, conseguem uma família; já outras esperam por isso durante anos. De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), atualmente o número de crianças aptas a serem adotadas chega a 4.856 em todo o Brasil. No entanto, o perfil exigido pelos pretendentes é o grande entrave da adoção. Dentre os 21.432 mil adotantes atualmente cadastrados, 10.173 exigem crianças brancas.<sup>1</sup> Isso faz com que um grande número de crianças aptas a serem adotadas acabem se tornando marginalizadas socialmente, por não terem conseguido uma família para criá-la. Em contraposição, o número de pretendentes também só aumenta, devido às inúmeras exigências dos mesmos.

Entretanto, a prática do abandono e do acolhimento de crianças não é uma característica que marca apenas a atualidade. Principalmente durante o século XVIII e XIX, o abandono de crianças atingiu números bastante significativos.<sup>2</sup> Todavia, a prática de adoção, tal qual conhecemos hoje, é uma noção recente. Nos séculos passados, a “circulação de crianças”<sup>3</sup> expostas – nome dado àquelas que haviam sido abandonadas – era bem diferente do nosso processo de adoção atual.

Durante os séculos XII e XIX houve a criação de diversas Rodas e Casa dos Expostos – normalmente vinculados a Santa Casa de Misericórdia –, em diversos reinos ocidentais e em suas respectivas colônias.<sup>4</sup> Essas instituições eram responsáveis por prestar assistência aos expostos, evitando dessa forma que as crianças falecessem por falta de criação. Em lugares onde não havia esse tipo de

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o processo de adoção no Brasil na atualidade, cf. <http://www.adocaobrasil.com.br>.

<sup>2</sup> SÁ, 1995, p. 23.

<sup>3</sup> Termo é atualmente utilizado entre os etnólogos para designar a transferência da responsabilidade sobre uma criança, de um adulto para o outro.

<sup>4</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 67 – 71, *passim*.

instituição, era comum a assistência ser prestada pelos Concelhos locais, que ofereciam um pagamento às pessoas que criassem essas crianças.

No entanto, pouco se sabe sobre a representação que os expostos tinham perante a sociedade durante os séculos passados. Temos a tendência a acreditar que o abandono trazia consigo uma marginalização social, mas não há nada que nos prove isso. As pesquisas já feitas sobre os expostos, normalmente nos trazem informações sobre o papel assistencialista das Casas de Misericórdias e das Câmaras Municipais, assim como o volume de crianças abandonadas e as legislações direcionadas a essas crianças. No entanto, são raros os trabalhos que procuram entender o papel delas na sociedade e o que significava *ser abandonado*. No presente trabalho procuramos, portanto, compreender a maneira como as crianças expostas circulavam entre os domicílios e dessa forma entender a relação que elas tinham com os criadores, os pais biológicos e outras quaisquer pessoas que estivessem envolvidas no processo de acolhimento.

Entretanto, a “circulação de crianças” não é associada apenas aos casos dos expostos. Há ainda aqueles pais que entregavam seus filhos para terceiros criarem, sem que isso significasse um abandono. Essas crianças se tornavam “agregadas” nos domicílios de outras famílias, o que não queria dizer que deixavam de se relacionar com os pais biológicos. Não podemos afirmar, sem antes fazer uma análise detalhada sobre essas duas práticas, se o abandono e a simples agregação de uma criança na casa de terceiros, representaram, durante os séculos XVIII e XIX, a mesma coisa. O abandono, tal qual concebemos hoje, poderia ter um significado diferente nos séculos passados. Poderia, inclusive, não representar uma ruptura com a família biológica, como a que ocorre em casos de adoção plena.

A agregação de pessoas nas residências parece ter sido uma prática comum. Apesar de trabalhos recentes<sup>5</sup> nos mostrarem que as “famílias extensas” – cuja existência era defendida pela história tradicional – não eram as únicas estruturas domiciliares encontradas no Brasil colonial, podemos supor que, pelo fato de ser uma sociedade escravista, a presença de pessoas residindo no mesmo domicílio, sem que houvesse laços consangüíneos, deveria ser bastante costumeiro. Portanto, acolher crianças não contradizia com o perfil da sociedade

---

<sup>5</sup> Dentre os diversos trabalhos que podem ser citados, temos BRÜGGER, 2007; FARIA, 1998; VAINFAS, 1989.

de época. A criança abandonada poderia, então, assumir esse papel de agregado na família receptora ou até mesmo ser considerada um membro da família.

A “circulação” dos expostos poderia se apresentar ainda como uma importante prática na criação de redes de solidariedade. Ao trabalhar com “circulação de crianças” em bairros populares de Porto Alegre, Claudia Fonseca destaca a importância dessa prática como determinante para estabelecer as relações sociais entre os grupos os quais analisa.<sup>6</sup> A entrega de uma criança para outra família geraria uma dependência entre as pessoas envolvidas, criando o que chamamos de *dom e contradom*.<sup>7</sup> Nesse caso, a exposição de crianças e a prática de agregar filhos na casa de terceiros – sem que isso fosse considerado um abandono – não apresentaria tanta diferença. A “circulação de crianças” seguiria o mesmo padrão.

Essas são algumas das hipóteses levantadas quando refletimos sobre a representação que os expostos tinham na sociedade e na família que o acolhiam. No entanto, ainda nos resta uma questão. O que significa, nos séculos XVIII e XIX, “ser abandonado?”

Escolhemos o Termo de Mariana como nosso laboratório de pesquisa. Iremos analisar se as hipóteses levantadas condizem com a realidade dessa localidade e aprofundar o estudo sobre a “circulação de crianças”. Para isso, será importante a análise de outros tipos de crianças que estavam em “circulação”, além das expostas. Somente dessa forma, poderemos perceber o que significava o abandono nos séculos passados.

A escolha da história regional se justifica, pois é nessa escala que podemos compreender a complexidade do aspecto social analisado. O Termo de Mariana – além de se apresentar como um importante centro econômico e religioso na época estudada – foi uma das localidades as quais a Câmara Municipal foi responsável pela assistência aos expostos; fato que nos permitiu perceber o impacto do abandono nos cofres públicos e o volume de crianças encontradas sob essa condição. O período escolhido para nossas análises compreende os anos de 1737 a 1828. Durante esse período, a Câmara local direcionou parte de seus recursos para os pagamentos aos criadores dos expostos, sendo 1737 o início dessa assistência e

---

<sup>6</sup> FONSECA, 2006, p. 36.

<sup>7</sup> As relações de *dom e contradom* serão discutidas em outros capítulos do presente trabalho. Entretanto, para saber mais sobre o assunto cf. GODELIER, 2001.

1828 a data que marca o esvaziamento do poder camarário, em razão da lei de 1º de outubro do dito ano.<sup>8</sup>

Para alcançar os objetivos propostos nessa dissertação, o texto foi dividido em cinco capítulos. No **Capítulo I** apresentamos discussões referentes à história da infância e dos sentimentos, procurando trabalhar com autores que defendiam ideias diferentes quanto ao significado da infância nos séculos passados. À discussão bibliográfica, relacionamos as concepções de duas importantes práticas discutidas no nosso trabalho: o “abandono” e a “circulação de crianças”. No **Capítulo II** tivemos como objetivo retratar a história da localidade estudada – o Termo de Mariana – e discutir o uso da história regional e a importância da segmentação do espaço estudado. O **Capítulo III** foi dedicado ao estudo da família e da assistência aos expostos. Primeiramente, procuramos destacar alguns trabalhos que tratam da organização familiar na época colonial, destacando principalmente as especificidades relacionadas à sociedade mineira. Relacionando às características destacadas, procuramos explicações que justificassem o grande número de crianças abandonadas durante o século XVIII. Em um segundo momento, avaliamos – através dos registros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mariana – se o papel dessa instituição, na assistência às crianças, foi efetivo.

É a partir do **Capítulo IV** que começamos analisar a “circulação de crianças” em Mariana. Através da Lista de Habitantes de 1819, da área urbana dessa cidade, conseguimos perceber a composição dos domicílios que acolhiam crianças. Traçamos o perfil das residências, dos chefes de domicílio e das crianças que estavam sendo acolhidas. Para percebermos se existiam padrões diferentes de “circulação”, dividimos a população infantil em duas categorias: as expostas e as que nomeamos como “alheias”. As primeiras, como o próprio nome diz, apareciam na Lista Nominativa como expostas, enquanto as segundas apareciam como agregadas ou sobrinhas do chefe de domicílio. No **Capítulo V**, procuramos reunir todas as informações discutidas para, enfim, levantarmos algumas hipóteses sobre a nossa questão principal: o que significava *ser exposto* no Brasil colonial.

---

<sup>8</sup> ANDRADE, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 152 – 167, *passim*.

Além disso, através de alguns estudos de caso, conseguimos perceber a dinâmica da “circulação de crianças” para além da história meramente serial.

## Capítulo I – História da infância e a “circulação de crianças”

Quais seriam os motivos que levariam uma mãe a não criar o próprio filho? Alguns historiadores que estudaram a história da infância acreditam que nos séculos passados isso poderia ser associado ao fato da criança não possuir um papel central na família, tal qual percebemos hoje. Afirma-se que as crianças eram tratadas com indiferença e que as famílias tinham outras preocupações. Outros autores afirmam que os filhos sempre foram motivos de preocupação para seus respectivos pais; casos que demonstram falta de amor e de afeto seriam ocorrências particulares, não representando um padrão.

Entretanto, o que sabemos é que durante os séculos XVIII e XIX houve um grande aumento de crianças que estavam sendo abandonadas. Algumas mães que nos deixaram relatos sobre os motivos do abandono normalmente atribuíam esse ato a uma impossibilidade de criar seu filho, seja ela financeira ou por motivos de doença da criança ou dos pais; ou ainda por já ter um grande número de filhos, entre diversos outros motivos. No entanto, havia outra solução para essas mães: entregar o filho a uma pessoa conhecida para que ele pudesse ser criado sem que a criança perdesse o vínculo com sua família biológica.

### 1.1 Infância e história dos sentimentos

Desde meados do século XX, vários historiadores têm dedicado seus trabalhos às análises sobre as formas de se perceber as crianças e como essas eram tratadas nos séculos anteriores. Neste tópico optamos retratar os estudos de três autores que discutem de formas diferentes a história da infância: Philippe Ariès (*História Social da Criança e da Família* – 1960), Elizabeth Badinter (*Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno* – 1980) e Linda Pollock (*Los niños olvidados* – 1983).

Philippe Ariès foi o primeiro historiador a discutir a história da infância. O seu trabalho se baseia em fontes da cultura e da sociedade francesas, mas o autor acredita que suas conclusões possam ser aplicadas a todas as sociedades ocidentais. As principais fontes usadas por Ariès foram os diários e as pinturas –

através dos quais ele analisa a forma como as crianças foram representadas –, além de livros literários e teológicos.

Um dos aspectos que Ariès destaca é que, até por volta do século XII, a arte medieval não retratava a criança. Ele não acredita que isso ocorresse por falta de habilidade ou incompetência dos artistas, e sim porque o sentimento de infância não existia. Nessa época a infância era ignorada, não passando de um período de transição, em relação a qual não se dava muita importância. Porém, o fato de não existir esse sentimento de infância, não significava que as crianças fossem desprezadas. Segundo Ariès,

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.<sup>9</sup>

As crianças que eram muito pequenas para se misturar na sociedade dos adultos “não contavam”; as outras eram vistas como adultos em miniatura.

As mudanças começariam a ocorrer a partir do século XIV, mas se consolidariam apenas no final do século XVI e durante o século XVII. De acordo com Ariès, foi nesse período que as crianças começaram a ser tratadas de forma específica. Um dos exemplos que o autor descreve é quanto aos trajes. Até o século XIV as crianças usavam os mesmos trajes que os adultos, mas no decorrer dos séculos suas roupas foram mudando – principalmente entre os meninos das famílias burguesas e nobres – até o surgimento do traje infantil especializado.

Essa mudança se daria primeiramente no âmbito educacional. Até o século XIV, não havia preocupação em distinguir as pessoas, através das idades, nas escolas. Não havendo uma idade determinada para começar os estudos, crianças de 10 anos aprendiam juntamente a pessoas com mais de 20 anos, e o que diferenciava uma das outras era o nível de instrução. Com o desenvolvimento da instituição escolar, as crianças começaram a ser separadas pela idade, mas até finais do século XVI a sociedade ainda não as consideravam de forma diferente dos adultos. Convém destacar que essa mudança, no âmbito escolar, se deu apenas entre os meninos – já que a extensão da escolaridade às meninas só ocorreu no

---

<sup>9</sup> ARIÈS, 2006, p. 99

final do século XVIII e início do XIX – e entre as camadas médias da sociedade, que enviavam os filhos às escolas.

As mudanças no âmbito educacional foram sendo defendidas cada vez mais pelos moralistas, até que, de forma lenta e gradual, acabaram modificando a maneira da sociedade perceber as crianças. Deixaram de vê-las como adultos em miniaturas para concebê-las com suas especificidades. A partir do século XVII, as crianças se distanciam do mundo dos adultos. No entanto, o surgimento do sentimento de infância não significa que as crianças passaram a ocupar um lugar central na família. Ariès afirma que, mesmo conscientes da especificidade da infância, as famílias e a sociedade as tratavam muitas vezes com indiferença, outras vezes de forma rude.

Prova da indiferença dos pais seria o descaso com a amamentação e com a criação. As mães deixavam os recém-nascidos na casa de amas para serem amamentadas e as crianças em casa de terceiros, para serem educadas. “A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos”.<sup>10</sup> Isso não significa que os pais não amassem os filhos, mas era uma forma diferente de conceber a família e o papel que a criança possuía no meio familiar. “A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental”.<sup>11</sup>

Outro aspecto a se destacar era a rudeza com a qual as crianças começaram a ser tratadas, como se vê na questão dos castigos corporais. A partir do momento em que se distinguiu a criança dos adultos, ela perdeu a liberdade que gozava entre eles para serem rebaixadas ao nível das camadas sociais mais inferiores. Elas passaram a ser vistas como seres débeis e que para melhorá-las deveriam humilhá-las. “Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas”.<sup>12</sup> Esses castigos, praticados tanto nas escolas como nas casas, eram usados com o objetivo de disciplinar as crianças.

Para Ariès, é apenas no século XVIII que surge a “família moderna”, estruturada de forma que a criança assume um lugar central. A saúde física da criança começa a adquirir importância, o castigo começa a ser reprovado entre os pais e eles procuram dedicar mais tempo aos filhos. A família, que antes se

---

<sup>10</sup> ARIÈS, 2006, p. 158.

<sup>11</sup> *Ibid*, p. 158.

<sup>12</sup> *Ibid*, p. 195.

organizava mais por uma questão moral e social, a partir do século XVIII, começa a se fundamentar nos laços sentimentais.

Elizabeth Badinter apoia as teses de Ariès. Em seu livro *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno* (1980), a autora descreve as mudanças das atitudes maternas no decorrer dos séculos com o objetivo de perceber se o amor das mães pelos filhos está determinado pela natureza feminina ou se esse sentimento é, como qualquer outro sentimento humano, construído através das relações pessoais e sociais.

Badinter defende que foi a partir de meados do século XVIII - com a difusão de novas idéias, como as publicadas no livro *Émile* de Rousseau -, que se impulsionou a formação do que Ariès define como a “família moderna”, ou seja, baseada no amor materno e tendo como figura central os filhos. Antes desse período, o que se percebia era uma indiferença em relação às crianças; até século XVIII a infância era vista como uma fase insignificante. Muitos teólogos, pedagogos e filósofos concebiam a imagem trágica da criança. Badinter cita como exemplo Santo Agostinho, o qual acreditava que a criança tinha uma malignidade natural e que a infância era a ocasião do pecado; a autora também cita Descartes, que dizia ser a infância a ocasião do erro. Para ambos a infância é um mal.

Essa visão nem sempre era difundida entre a população, mesmo assim as crianças eram consideradas um “estorvo”. Todos os cuidados e trabalhos que exigiam uma criança nem sempre agradavam aos pais, inclusive as mães, como as aristocratas, que pareciam se preocupar mais com a vida social do que com os cuidados da casa. A autora, tomando por base as teses de Ariès – que atribui ao século XVII o surgimento do sentimento de infância – sublinha que “(...) estranhamente, no momento mesmo em que começa a nascer e a se desenvolver esse sentimento da infância que as mulheres recuam em relação aos seus deveres maternos”.<sup>13</sup>

Durante os séculos XVII e XVIII, a criança passaria mais tempo longe de seus pais do que na companhia dos mesmos. Logo após o nascimento, meninos e meninas eram enviados à casa de uma ama para serem amamentados e só retornavam ao lar quando tinham aproximadamente quatro ou cinco anos. Através das análises dos diários de chefes de família da grande burguesia, Badinter afirma

---

<sup>13</sup> BADINTER, 1985, p. 100.

que no século XVI as próprias mães amamentavam seus filhos, sendo que, no século XVII e principalmente no XVIII, tornou-se cada vez mais comum o uso de amas, não apenas pela burguesia, mas por quase todas as camadas da sociedade urbana.

O uso de amas para a amamentação das crianças é um dos fatores que, tanto Ariès quanto Badinter, associam ao descaso das mães em relação aos filhos. Ambos os autores afirmam que as amas não dedicavam o cuidado necessário às crianças e por isso a maioria delas não sobrevivia. Muitas amas tinham que amamentar não apenas os próprios filhos, sendo isso outra prova do descuido, já que deixavam de cuidar dos filhos para cuidar de outras crianças em troca de dinheiro. No entanto, raras eram as crianças que voltavam para a casa e, mesmo as que voltavam, normalmente estavam fracas, com alguma doença ou alguma deficiência física. Badinter também destaca que os pais nem sequer se preocupavam com a escolha das amas, dedicando muito mais atenção à contratação de outros criados do que da pessoa que cuidaria dos próprios filhos. Além disso, raramente procuravam saber notícias das crianças.

Os filhos que sobreviviam e que retornavam ao lar, após um curto período, partiam novamente, dessa vez para conventos ou internatos. Badinter, retomando uma idéia de Ariès, afirma que foi no âmbito educacional que se começou a reconhecer a particularidade da criança:

Se o desenvolvimento desses grandes colégios representa um progresso incontestável para a educação de jovens, o dos internatos é mais ambíguo. Ele corresponde ao mesmo tempo à vontade nova de isolar crianças do mundo dos adultos, e talvez, muitas vezes, ao desejo de se livrar dos filhos.<sup>14</sup>

A reação dos pais perante a morte dos filhos é outro aspecto que Badinter analisa para confirmar a indiferença em relação às crianças. Através da análise de diários, a autora afirma que raros foram os momentos em que os pais expressaram algum tipo de sentimento quando um filho vinha a falecer. Quando isso ocorria era porque a criança possuía qualidades excepcionais. Badinter cita exemplos como o sofrimento de Henri Champion, que, ao perder sua filha de quatro anos, em 1653, destaca a sua perfeição<sup>15</sup> ou de Madame Coetquen, quando da morte de sua

---

<sup>14</sup> BADINTER, 1985, p. 136.

<sup>15</sup> *Ibid*, p. 90.

neta, em 1671, afirma que “nunca mais terá outra tão bonita”.<sup>16</sup> A autora conclui que “Todos esses testemunhos mostram que a aflição é excepcionalmente permitida, e não depende senão da qualidade particular da criança morta. Para todas as demais, teria parecido inconveniente chorar”.<sup>17</sup>

Porém, Badinter afirma que mesmo tratando os filhos com indiferença não podemos negar que existia amor por parte das mães. O que não existia era o amor materno tal qual concebemos com o surgimento da “família moderna”, um amor que seria incondicional e inerente às mães. Em outras palavras, um amor natural, biológico ou instintivo. Esse tipo de sentimento se cristalizaria, segundo a autora, com a publicação do livro de Rousseau, *Émile* (1762), no qual ele retrata o que seria a figura de uma mulher ideal através de sua personagem Sophie: uma boa mãe e companheira de seu marido.

Após 1762 surgem outras publicações que incentivam as mães a zelarem pela vida dos filhos. Badinter cita três tipos de discurso: o econômico, o filosófico e um direcionado exclusivamente às mulheres. O discurso econômico era baseado em idéias dos fisiocratas, que relacionavam população à riqueza. Eles destacam, principalmente, a importância de diminuir a mortalidade infantil, já que imaginavam que a população estava diminuindo. O discurso filosófico, direcionado tanto para os homens quanto para as mulheres, pregava a igualdade e a felicidade, refletindo-se em um modelo familiar no qual os casamentos deveriam ser baseados no amor e não mais em contratos. Já o discurso voltado às mulheres incentivava o aleitamento materno. Além de promessas de prazer ao se alimentar um filho, se alegava que esse gesto era um “instinto natural” e que negá-lo poderia ser prejudicial à saúde da mãe.

Ao falar desses discursos, Badinter afirma que

A todos esses discursos insistentes e repetitivos, as mulheres reagiram de maneira diversa e sobretudo lenta. Seria um erro acreditar que os escritos de Rousseau, dos moralistas e dos médicos modificaram imediatamente os hábitos e costumes. A maioria das mulheres não se apressou a submeter ao “teste do sacrifício”.<sup>18</sup>

A mudança de mentalidade que criou a imagem da mulher ideal, aquela que encontraria a sua felicidade no momento em que se tornasse mãe e que, a

---

<sup>16</sup> BADINTER, 1985, p. 90.

<sup>17</sup> *Ibid*, p. 91.

<sup>18</sup> *Ibid*, p. 201.

partir de então, abdicaria de seus prazeres em nome do filho, começou a ser registrado no final do século XVIII e início do XIX. No entanto, essa mudança ocorreu primeiramente entre as camadas médias da sociedade, ou seja, na nascente burguesia. As famílias mais abastadas e mais pobres foram as que apresentaram maior resistência. Os nobres se mantiveram preocupados com outras questões, em vez das ‘novas’ preocupações familiares. As mulheres das famílias pobres – e, principalmente, do também nascente proletariado urbano –, por sua vez, não podiam manter seus filhos junto a si, pois tinham que trabalhar para ajudar na sobrevivência da casa. O “amor materno” – enquanto um sentimento “inato” às mulheres – se consolida, nessas duas camadas sociais, apenas no final do século XIX.

Após fazer um retrospecto do comportamento dos pais desde o século XVII, Badinter conclui que o sentimento paterno, em relação aos filhos, se apresentou de maneira diferente, de acordo com a época e com o meio social. Logo,

As violências cometidas contra as crianças ou o abandono de que são vítimas bastariam para mostrar que o amor dos pais e particularmente o da mãe não é natural, que as provas de amor e devotamento não existem necessariamente (BADINTER: 1985, 360). O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional.<sup>19</sup>

Linda Pollock apresenta uma interpretação diferente das retratadas por Ariès e Badinter. A autora reconhece a dificuldade de se fazer uma história da infância. Também reconhece os problemas encontrados perante as fontes e critica o uso de apenas algumas delas para se estabelecer uma explicação teórica.<sup>20</sup> Segundo a autora, para se conseguir fazer uma história da infância deve-se reunir o máximo possível de fontes que tratam a respeito do tema e fazer uma análise sistemática para determinar uma imagem geral do que elas apresentam. É através de fontes, como diários – tanto de pais como de filhos –, assim como de autobiografias e de processos registrados nos tribunais que Pollock faz sua análise sobre a história da infância nos Estados Unidos e Inglaterra entre os séculos XVI e

---

<sup>19</sup> BADINTER, 1985, p. 367.

<sup>20</sup> A autora critica o uso de pinturas e de gravuras usadas por Ariès, pois não sabemos até que ponto elas representam a realidade, além de criticar outros autores como Badinter, por usarem trechos de diários que comprovem o que eles querem afirmar sem antes fazer uma análise sistemática do conteúdo completo dos textos.

XIX. Assim como Ariès, Pollock parece acreditar que suas teorias possam ser aplicadas em relação a todas as sociedades ocidentais.

Primeiramente, ela não concorda que possamos afirmar que o conceito de infância tenha surgido apenas no século XVII, destacando a possibilidade de que ele possa ter sido mais complexo e mudado no decorrer dos séculos. Através da análise de diários do século XVI, ela afirma que os pais já percebiam as especificidades da infância, embora destaque que havia certa ambivalência de suas atitudes em relação aos próprios filhos. Apesar de os pais considerarem que as crianças traziam alegria, também afirmavam algumas vezes que traziam irritações e ansiedades.

Aspecto importante de discordância da autora frente aos estudos citados, Pollock não acredita que a ausência do “sentimento da infância”, defendido por Ariès e Badinter, fosse compartilhada pela maior parte da população. Para a autora não há dúvidas de que os cuidados dos pais são essenciais para a sobrevivência dos filhos e, conseqüentemente, para a sobrevivência da espécie humana:

El gran número de estudios hechos (...) sobre la salud mental y el desarrollo de niños albergados en instituciones que no reaccionan ante ellos como niños e individuos, hacen ver que cuando un niño se encuentra privado de algún tipo de atención “maternal”, su desarrollo suele retardarse, en lo físico, en lo intelectual y en lo social. En algunos casos, el daño puede durar toda la vida. Esto significa que para asegurar el desarrollo normal de los niños se requiere un nivel básico mínimo de atención por parte de alguna persona. Si los padres que vivieron en siglos anteriores fueron tan indiferentes hacia sus hijos como se ha dicho, entonces parecería razonable suponer, con en las pruebas sacadas de os estudios anteriores, que sus hijos sufrieron daños y fueron adultos deficientes. Pocos autores, tal vez ninguno, están preparados para afirmar que las sociedades antiguas estuvieron compuestas principalmente de adultos menos que competentes.<sup>21</sup>

Pollock mostra que os pais, segundo a documentação analisada, demonstravam interesse pelas crianças e se consideravam responsáveis pela criação dos filhos. Eles se preocupavam com a educação, com a formação do caráter, com o ensinamento das doutrinas religiosas – principalmente entre os pais puritanos – e apreciavam as habilidades das crianças. Quando os filhos ficavam enfermos, pais e mães descreviam as preocupações em seus diários. A alta taxa de

---

<sup>21</sup> POLLOCK, 1990, p. 58.

mortalidade infantil, ao invés de gerar descaso pelo bem-estar dos filhos – como acreditam alguns autores, como, por exemplo, Badinter e Ariès –, aumentava a preocupação e a ansiedade. Pouco se podia fazer perante a enfermidade de uma criança, mas muitos pais enviavam seus filhos ao campo acreditando que seus ares eram benéficos.

O mesmo se constata quando é analisada a reação dos pais perante a morte de um de seus filhos. Pollock afirma que é inexplicável como alguns autores puderam afirmar que, durante esses séculos, os pais não sentiam nada quando um filho vinha a falecer. Nos diários analisados, vários pais retratam como ficaram desolados quando isso ocorria, independentemente do filho ser recém-nascido, criança ou adulto.

Como vimos acima, Badinter não concorda com essa afirmação, mesmo usando as mesmas fontes de Pollock. Para entendermos essa discordância podemos apontar dois aspectos. O primeiro é quanto ao volume de diários analisados pelas duas autoras. Pollock afirma ter usado todos os diários disponíveis e ter analisado todo o conteúdo do texto, enquanto na obra de Badinter, a autora não nos mostra como trabalhou com as fontes. No entanto, como bem observa Pollock, Badinter pode ter usado apenas trechos dos diários que comprovavam sua teoria. O outro aspecto é a forma como as duas autoras consideraram a ausência de relatos, por parte dos pais, que retratam os sentimentos em relação aos filhos. Enquanto Pollock acredita que o fato de não estar descrito o sentimento nos diários não significa sua inexistência, Badinter afirma: “É em busca de amor que partimos agora. Não encontrá-los nos forçaria a concluir no sentido inverso”.<sup>22</sup>

A disciplina também é um ponto de desacordo entre os autores. Como foi dito acima, Ariès acredita que, no momento em que se percebeu a especificidade da infância, as crianças passaram a ser tratadas de maneira rígida, muitas vezes sendo submetidas a castigos físicos. Pollock aceita que os castigos físicos existiram, mas não acredita que essa era uma reação normal dos pais, pois nem todas as crianças eram surradas e, quando isso ocorria, nem sempre era da forma severa e cruel que outros autores afirmam. Ela percebe que os pais se valeram das mais diversas técnicas de disciplina, que eram determinadas muito mais pela

---

<sup>22</sup> BADINTER, 1985, p. 87.

personalidade dos pais e das crianças, do que pela época, crenças religiosas ou classe social.

Os métodos disciplinares podiam ser os castigos físicos, o uso de sermões ou ameaças e até mesmo conselhos. Os pais que usavam dos castigos físicos nem sempre ficaram satisfeitos com seu uso; muitos tentam se justificar em seus diários, afirmando que recorreram a esse método como a última opção para corrigir seus filhos. Mesmo no período que compreende os anos de 1800 a 1849, no qual Pollock afirma que, se compararmos com os séculos anteriores, percebemos que os pais se valeram mais de castigos físicos e insistiram na obediência total, isso não significa que a maioria das crianças sofreram esta severa disciplina.

O mesmo ocorre quando Pollock analisa a disciplina nas escolas. Ela afirma que, durante todo o período estudado, não há dúvidas de que as escolas castigaram corporalmente as crianças e que esses castigos eram mais severos e praticados com mais frequência do que em casa. Porém destaca que nem todas as crianças foram castigadas e que os castigos eram muito menos terríveis do que alguns autores destacam. A autora também discorda de Ariès, que afirma que os pais aceitavam e concordavam com esse tipo de castigo. Segundo Pollock, ainda que alguns pais concordassem com repreensões moderadas, eles estavam em desacordo quanto aos castigos brutais. No período de 1800 a 1849, de forma semelhante ao que ocorria no interior das casas, a disciplina nas escolas foi mais severa, mas ainda nessa época muitos testemunhos documentais revelam que nem todos os pais concordavam com aplicação de métodos de castigo cruéis.

Outro tópico bastante discutido entre os historiadores – e também ponto de discordância entre Pollock, Ariès e Badinter – é sobre a amamentação. Pollock afirma que do século XVI ao XIX percebe-se que as crianças foram alimentadas tanto pelas mães quanto pelas amas. Porém, para essa autora o uso das amas não representaria um descaso em relação às crianças. Muitas mães utilizavam esse recurso por não conseguirem amamentar ou por estarem viajando ou ainda por acreditarem que não poderiam ter relações sexuais na época da amamentação. O descaso com o filho, quanto este estava sob os cuidados da ama, também não é comprovado por Pollock. Ela afirma que as mães procuravam saber notícias de seus filhos e retrata que um dos motivos para o desmame de uma criança seria justamente um desacordo com a ama.

Através da exposição das análises feitas entre três autores – Philippe Ariès, Elizabeth Badinter e Linda Pollock – percebemos que a história da infância foi concebida de formas diferentes entre historiadores. Vimos divergências entre as conclusões que vão desde teorias que tentam provar a ausência do sentimento de infância até o século XVII e um descaso frente às crianças até o século XVIII – como é o caso de Ariès e Badinter –, até as conclusões de Pollock, que acredita que sempre houve uma preocupação em relação às crianças, embora aponte pequenas mudanças no decorrer dos séculos.

Pollock apresenta com mais consistência suas hipóteses, conseguindo nos convencer de que, sem cuidados, seria impossível a sobrevivência de uma criança. Porém, é difícil não acreditar que não houve mudanças, tanto no decorrer dos séculos como entre sociedades e camadas sociais. Não apontamos aqui diferenças drásticas quanto ao tratamento dos filhos, como afirmam Badinter e Ariès, mas sim mudanças de valores em relação à infância. Porém, é interessante destacar que mesmo tendo como referência as conclusões de Pollock, não podemos negar que durante os séculos XVIII e XIX, muitas crianças foram abandonadas e que a historiografia nos revela que a prática do infanticídio existiu em diversas sociedades.

## **1.2 O infanticídio e o abandono de crianças**

O abandono de crianças é um fenômeno que faz parte do cotidiano ocidental desde a Antiguidade. Muitas vezes essa prática foi associada ao infanticídio, ambas sendo consideradas como um ato de desamor por partes dos pais. Ariès considera o abandono um ato de insensibilidade, comparando-o ao descaso que havia em relação às crianças antes do surgimento da “família moderna”.

Esse sentimento de indiferença com relação a uma infância demasiado frágil, em que a possibilidade de perda é muito grande, no fundo não está muito longe da insensibilidade das sociedades romanas ou chinesas, que praticavam o abandono das crianças recém-nascidas.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> ARIÈS, 2006, p. 22.

Caso aceitarmos essa argumentação, seria interessante questionar: por que os abandonos não cessaram no mesmo momento em que surgiu o modelo de “família moderna” concebida por Ariès?

Badinter afirma que não poderíamos considerar o abandono e o infanticídio como uma prova da inexistência do amor das mães. Segundo a autora, “Poderíamos, no máximo, concluir pela superioridade do instinto de vida sobre o instinto materno”.<sup>24</sup> Como vimos no tópico anterior, para Badinter as mães estariam muito mais preocupadas consigo mesmas do que com seus filhos. Em outro trecho de sua obra, ela afirma de forma mais enfática que o abandono e o infanticídio seriam um descaso por parte das mães. Ao mencionar sobre o alto índice de mortalidade infantil das crianças que foram entregues às amas, Badinter afirma que podemos considerar que as mães que usavam desse recurso, para amamentar seus filhos, estariam cometendo um infanticídio. Não vendo motivos plausíveis para que as próprias mães não os amamentassem, a autora afirma “Nesse caso, nem a miséria, nem a ignorância podem acobertar esses infanticídios. Só o desinteresse e a indiferença podem explicar tal atitude (...)”.<sup>25</sup>

Pollock é uma das autoras que discorda frente ao argumento de que essas práticas provariam a indiferença em relação às crianças. Primeiramente ela destaca alguns trabalhos que mostram que o infanticídio foi raro, como o de Hanawalt<sup>26</sup>, Helmholtz<sup>27</sup> e Wrightson<sup>28</sup>. Além desses, comenta o trabalho de Konnor<sup>29</sup>, que, ao analisar uma sociedade na qual se pratica o infanticídio, percebe que havia o interesse e a preocupação com os filhos sobreviventes. Ou seja, não seria essa prática uma prova de que se tratavam as crianças com indiferença. Pollock acredita que não apenas o abandono, mas também o infanticídio pode ter sido uma maneira que os pais tiveram de controlar o tamanho de sua família, em uma época em que não havia métodos contraceptivos.

Outros autores também retratam que não podemos considerar a prática do abandono como uma indiferença por parte dos pais. Podemos citar Renato Pinto Venâncio (1999), que em seu trabalho identifica casos de crianças abandonadas acompanhadas de bilhetes dos pais. O autor analisa 246 bilhetes oriundos da Casa

---

<sup>24</sup> BADINTER, 1985, p. 76

<sup>25</sup> *Ibid*, p. 143.

<sup>26</sup> HANAWALT, 1977.

<sup>27</sup> HELMHOLTZ, 1975.

<sup>28</sup> WRIGHTSON, 1975.

<sup>29</sup> KONNOR, 1977.

da Roda de Salvador,<sup>30</sup> entre os anos de 1758 e 1869, que traziam informações sobre os motivos que levaram mães a abandonar o filho e a apreensão dessas em relação à criança, principalmente quanto a sua vida espiritual. Esses bilhetes geralmente retratavam se a criança tinha sido ou não batizada e qual era seu nome.<sup>31</sup> O exposto que ainda não havia recebido o sacramento do batismo deveria recebê-lo.<sup>32</sup>

No entanto, a análise citada acima nos revela apenas o sentimento da mãe em relação ao abandono, não ao infanticídio. Apesar de ambas as práticas serem condenadas pela sociedade e pela Igreja, a última foi condenada de forma mais enfática que a primeira, tanto que o abandono começou a ser visto como uma das maneiras de se evitar o infanticídio. De acordo com Badinter,

Desde os séculos XVII e XVIII, a Igreja condena vigorosamente o abandono de filhos, o aborto e o infanticídio. Por sua vez, o Estado tomou medidas coercivas. Mas ante o mal irreprimível e a miséria da maioria, compreendeu-se que seria melhor adaptar à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Foi nesse espírito que se criaram, no século XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas.<sup>33</sup>

Venâncio, por sua vez, afirma que havia uma distinção entre os termos “abandono selvagem” e “abandono civilizado”. No primeiro caso, a mãe deixava o filho em um local onde raramente seria encontrado antes de falecer. Nesses casos, elas expunham as crianças normalmente em terrenos baldios, onde morriam devido ao frio, fome ou feridas por animais. O segundo termo é usado para designar as mães que colocavam seus filhos em ambientes relativamente seguros, normalmente na porta de casas, igrejas ou hospitais. Dessa forma estariam zelando pelo bem-estar da criança, mesmo no momento do abandono.<sup>34</sup>

Considerando, no entanto, que a indiferença por parte das mães nem sempre foi o motivo para o abandono de seus filhos, podemos pontuar outros

---

<sup>30</sup> Do século XII ao século XIX foram criadas instituições, conhecidas como Casas da Roda, responsáveis por acolher crianças abandonadas. Em Salvador, na Bahia, a Casa da Roda foi criada em 1726. Cf. VENÂNCIO, 1999, p. 164; SÁ, 1995, p. 67-71, *passim*.

<sup>31</sup> VENÂNCIO, 1999, p.75-85, *passim*.

<sup>32</sup> O ritual do batismo, que se tornou obrigatório após o Concílio de Trento (1545 – 1563), era regulamentado na América Portuguesa através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ela definia que a criança deveria ser batizada na paróquia aonde nascia e que o registro do batismo deveria constar o nome dos pais e dos padrinhos. No caso de expostos, deveriam informar quem havia encontrado a criança. Cf.: VIDE, 2007, tit. XII, § 41, tit. XV § 60.

<sup>33</sup> BADINTER, 1985, 42-43.

<sup>34</sup> VENÂNCIO, *op. cit.*, p.23.

fatores. Um deles, já citado por Pollock, seria o planejamento familiar, já que não havia métodos contraceptivos. Outro ponto seria de natureza econômica. Muitos pais não teriam condições financeiras de criar seus filhos e viam o abandono como uma maneira de sobrevivência não apenas de sua família, mas também da própria criança. Além da miséria, podemos citar outros problemas familiares que impediriam os pais de criarem seus filhos: doença dos pais ou da criança; falecimento da mãe, do pai ou de ambos; migração dos pais; dificuldade em amamentar filhos gêmeos.<sup>35</sup>

O nascimento de um filho ilegítimo também estaria associado ao abandono. Muitas mulheres, com o objetivo de manter a própria honra, optaram abandonar a criança concebida fora do matrimônio em vez de assumi-la perante a sociedade. A “circulação de crianças” é também considerada por diversos autores, como uma das formas de abandono. Nesse caso, o abandono seria uma forma de redistribuição das crianças entre os domicílios.<sup>36</sup>

No entanto, não podemos determinar qual foi o principal motivo do abandono de crianças. Independente de ter sido a miséria, a ilegitimidade, o planejamento familiar ou até mesmo uma redistribuição de crianças, o que podemos confirmar é que o abandono de crianças existiu desde a Antiguidade, atingindo proporções ainda maiores durante os séculos XVIII e XIX.<sup>37</sup>

Badinter, ao citar o livro *Mémoire politique sur les enfants* (1756) de Chamousset, menciona que esse autor “(...) propõe que o Estado e sua administração se esforcem para conservar vivas as crianças abandonadas, que aperfeiçoem a higiene e o aleitamento artificial para que esses futuros homens sobrevivam”.<sup>38</sup> De acordo com Badinter, no final do século XVIII, as crianças começam a ser vistas como fonte de riqueza e foi nessa época que Chamousset percebeu que seriam lucrativos os esforços para garantir a sobrevivência de criança abandonadas, pois essas poderiam servir para povoar colônias ou ainda servirem como soldados.

Porém, Isabel dos Guimarães Sá, ao fazer a cronologia da fundação de Casas dos Expostos, destaca que desde o século XII foram criadas instituições que tinham como responsabilidade prestar assistência às crianças abandonadas. A

---

<sup>35</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 76.

<sup>36</sup> SÁ, 1995, p. 12 – 22.

<sup>37</sup> *Ibid*, p. 23.

<sup>38</sup> BADINTER, 1985, p. 159.

primeira dessas Casas teria sido fundada em 1186, em Siena, na Itália.<sup>39</sup> É interessante notarmos que, através da análise de cronologia, o maior número de Casas foi fundado durante o século XVIII, exatamente no momento em que a mesma autora destaca o aumento do número de crianças abandonadas. Isso nos leva a questionar se o número dessas Casas aumentou devido ao aumento do número de abandonos ou se as mães, mais seguras de que seus filhos seriam acolhidos, começaram a mais frequentemente abandonar crianças.

As Casas dos Expostos eram normalmente vinculadas às Santas Casas de Misericórdia. Percebemos aí uma ambigüidade por parte da Igreja, pois, ao mesmo tempo em que condenava o abandono, prestava assistência a essas crianças através das Santas Casas. Além disso, também se incentivava pessoas caridosas a acolherem essas crianças.<sup>40</sup> Algumas dessas Casas possuíam o que era chamado de Roda dos Expostos, um mecanismo que tinha a forma de um tonel giratório, que ligava a rua ao interior do hospital,<sup>41</sup> permitindo que as mães abandonassem seus filhos sem serem identificadas. Nesse local eram contratadas diversas amas, que ou amamentavam a criança no hospital ou as levavam para própria casa. Outra forma de assistência aos expostos era os auxílios pagos pelas Câmaras locais às famílias que desejassem criá-las. Nesses casos, as famílias recebiam pela criação, que poderia durar até a criança completar sete anos.

Além dos vários motivos mencionados que os pais teriam ao abandonar os filhos, também podemos citar as diversas motivações que levariam uma família a criar uma criança alheia. Uma delas seria justamente o dinheiro pago pela Câmara ou pelas Santas Casas de Misericórdia. Podemos citar também o uso das crianças como mão de obra, nesses casos os expostos poderiam se tornar criados das casas que os acolheram, mesmo depois que cessassem os pagamentos pela criação. Mulheres que não podiam ter filhos provavelmente optaram por criar um exposto para suprir a vontade de ser mãe, e ainda podemos citar as famílias que fizeram essa opção como pagamento de promessas ou até mesmo devido aos benefícios que a legislação garantia às famílias acolhedoras. De acordo com Renato Pinto Venâncio, essas famílias

(...) ficariam isentas dos impostos que a Câmara sancionasse ou das contribuições solicitadas para a construção e reforma de

---

<sup>39</sup> SÁ, 1995, p. 67-71.

<sup>40</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 19.

<sup>41</sup> *Idid*, p. 15.

muros, pontes, fontes e calçadas. Além dessas vantagens, os filhos e o marido da criadeira podiam solicitar dispensa do serviço militar nas Companhias de Ordenança.<sup>42</sup>

Mesmo não sabendo o principal motivo para abandonar ou acolher crianças, o que percebemos é que tanto o abandono quanto o acolhimento foram práticas que ocorreram nos séculos passados. E foram essas duas práticas que permitiram a transição de crianças entre as famílias.

### 1.3 A “circulação de crianças”

Atualmente os etnólogos utilizam a expressão “circulação de crianças” para designar a transferência da responsabilidade sobre uma criança, de um adulto para o outro. Nesses casos, a criança passaria parte de sua infância e/ou de sua juventude em casas que não a de seus pais biológicos, transitando entre as casas de avós, vizinhos, madrinhas, entre outros.<sup>43</sup>

De acordo com Claudia Fonseca,

A creche, a adoção e até o “abandono” poderiam ser encarados enquanto modalidades diferentes deste fenômeno mais geral. Na grande maioria dos casos, trata-se daquilo que os ingleses chamam de *fosterage*. (...) Enquanto na adoção formal a transferência dos direitos dos pais é total e irrevogável, no *fosterage*, a transferência é parcial e temporária.<sup>44</sup>

O processo de adoção plena, tal qual conhecemos atualmente, é uma noção recente e, segundo Fonseca, provavelmente essa prática está vinculada ao surgimento de “família moderna”.<sup>45</sup> Sabemos que nos séculos passados havia um grande número de enjeitados e que esses eram acolhidos em outras famílias; no entanto a inserção familiar dessas crianças não era legalizada, já que, ainda de acordo com Fonseca, antes do século XX, não havia leis sobre a adoção.<sup>46</sup>

Ainda hoje percebemos uma diferenciação entre o que seria a “circulação de crianças” – ou *fosterage*, como é citado acima – e a adoção. No primeiro caso, as crianças não perderiam totalmente o vínculo com os pais biológicos,

<sup>42</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 62.

<sup>43</sup> FONSECA, 2006, p. 14.

<sup>44</sup> *Ibid*, p. 116.

<sup>45</sup> Claudia Fonseca usa o termo designado por Ariès; termo já discutido anteriormente.

<sup>46</sup> FONSECA, *op. cit.*, p. 118.

desfrutando do que Claudia Fonseca chama de uma “filiação aditiva”. Nesses casos, os pais saberiam o destino das crianças e a transferência poderia ser temporária. Na adoção, a partir do momento em que os pais entregam a criança para uma instituição, eles não teriam mais nenhuma responsabilidade, mas também abririam mão de todos os direitos sobre o próprio filho. Pensando dessa forma, não podemos considerar a “circulação de crianças” como sendo todas transações que implicam na transferência, de um adulto a outro, da responsabilidade sobre uma criança, pois isso também ocorre nos processos de adoção. Em nosso trabalho utilizaremos o termo “circulação de crianças” da forma como é concebido o termo *fosterage*: uma transferência de responsabilidade das crianças, sem que esta significasse necessariamente uma ruptura do filho com a família biológica.

Claudia Fonseca analisa essa prática ao fazer um estudo nos bairros populares de Porto Alegre. De acordo com a autora, “(...) a circulação de crianças tem sido comum entre os pobres urbanos do Brasil pelo menos nos últimos dois séculos”.<sup>47</sup> Já entre as camadas médias e mais abastadas, Fonseca acredita que as crianças pararam de circular com o surgimento da “família moderna” – tal qual concebe Phillipe Ariès e Elizabeth Badinter – e que nesse novo modelo familiar a circulação passou a ser condenada. Nas palavras de Fonseca,

Apesar da falta de pesquisas sistemáticas sobre este campo, arrisco a hipótese de que, durante a última geração, as crianças da classe média pararam de circular. Suas mães aprenderam a se angustiar conforme os ditames de Freud e do Dr. Spock. Com sua memória convenientemente curta, este grupo passou a condenar a circulação de crianças como uma prática de pais “desnaturados”, usando-a para marcar a distinção entre as famílias respeitáveis e as moralmente repreensíveis.<sup>48</sup>

Vimos no primeiro tópico deste capítulo que o próprio Phillipe Ariès registrou a presença da “circulação de crianças” nos séculos passados, considerando que isto representava uma indiferença dos pais em relação às crianças.

A “família moderna”, por sua vez, seria concebida na intimidade de uma família nuclear, o que não ocorre entre as famílias mais pobres, que devido às condições econômicas dificilmente conseguem formar uma família composta apenas por pais e filhos, enquanto uma unidade doméstica. Para a sua

---

<sup>47</sup> FONSECA, 2006, p. 17.

<sup>48</sup> *Ibid*, p. 40.

sobrevivência eles acabam expandindo a própria unidade familiar, perdendo a intimidade tão característica das famílias nucleares. Mas é exatamente essa expansão familiar e o estabelecimento de redes de parentesco que permite a reprodução das sociedades mais pobres. De acordo com Fonseca,

Se as crianças não passassem a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem circulado facilmente entre vários adultos, é difícil de imaginar como esta população teria se reproduzido.<sup>49</sup>

Podemos, portanto, associar à “circulação de crianças” à idéia de *dom* e *contradom*. Essa prática significaria a troca entre indivíduos ou grupos sociais de objetos materiais, de serviços, ajudas ou até mesmo de pessoas, estabelecendo uma relação de obrigatoriedade e dependência entre elas. Em outras palavras, se uma pessoa oferece ajuda em uma determinada situação, não seria conveniente, tempos depois, negar também auxílio a esta pessoa. Porém, a troca não precisa ser feita através do mesmo “objeto” e nem de forma igualitária. Para manter a relação de dependência é interessante oferecer a uma pessoa algo que ela nunca vai poder “pagar”. Também se pode retribuir um *dom* oferecendo mais do que o oferecido anteriormente. É como se uma pessoa ficasse sempre em dívida em relação à outra. Entretanto, a relação de *dom* e *contradom* acarreta conseqüências sociais para ambas as pessoas que estão envolvidas, as quais passam a ter vantagens, mas também obrigações.<sup>50</sup>

De acordo com Maurice Godelier, em seu livro *O enigma do dom* (2001), ao mencionar que as coisas oferecidas no *dom* entram em movimento, afirma que

O que as põe em movimento, o que traçou antecipadamente seu caminho, o que a fez ir e depois voltar a seu ponto de partida foi a vontade dos indivíduos e/ou dos grupos de produzir (ou reproduzir) entre eles relações sociais que combinem solidariedade e dependência. Podemos estar certos de que nem tudo é jogo nesse jogo, e que de por trás do jogo há muitas necessidades enraizadas no social, necessidades sociais.<sup>51</sup>

É exatamente a essas necessidades sociais que Claudia Fonseca relaciona a “circulação de crianças” nos bairros populares de Porto Alegre. A circulação se inseriria em um sistema de trocas que afirmaria a dependência entre os indivíduos

---

<sup>49</sup> FONSECA, 2006, p. 32.

<sup>50</sup> Para saber mais sobre a relação de *dom* e *contradom* cf: GODELIER, 2001.

<sup>51</sup> GODELIER, 2001, p. 156.

dessa sociedade e a sua capacidade de reprodução; ela seria determinante para estabelecer as relações sociais entre esses grupos.

Entretanto, ao colocar um filho na casa de outra pessoa, a mãe acredita estar fazendo o melhor pelo filho e pela “mãe adotiva”, podendo, quem sabe mais tarde, receber alguma recompensa de algum dos dois. Da mesma forma, uma pessoa que recebe o filho de outra, acredita que a mãe biológica sempre estará em dívida, por ter ajudado na criação do filho alheio. Além disso, acredita-se que esta criança também estaria sempre grata, podendo mostrar grande afeição quando a mãe de criação estiver mais velha. Essa última, aliás, poderia receber uma atenção que provavelmente seus filhos biológicos não dariam. Porém, como vimos anteriormente na citação de Godelier, “nem tudo é jogo nesse jogo” e por trás dessa lógica há a necessidade de sobrevivência de grupos sociais populares.

Podemos pontuar vários motivos que levam pais a colocarem seu filho em outra casa, assim como vários outros para uma família aceitar, em seu ambiente familiar, crianças que não são seus filhos legítimos. Cada família tenta resolver de forma particular seus problemas e deficiências, assim como cada sociedade tem suas características específicas. No entanto, destacaremos motivos mais gerais que podem gerar a “circulação de crianças”.

Um desses motivos seria a impossibilidade de os pais biológicos criarem os próprios filhos. Como vimos, essa impossibilidade pode ser determinada por vários motivos. Outra razão seria o interesse de uma família em uma criança de um determinado sexo. Suzanne Lallemand, em seu livro *La circulation des enfants en société traditionnelle: prêt, don, échange* (1993), mostra que em algumas sociedades as garotas são importantes para o processo de descendência – como na África – e em outras os garotos são importantes como mão de obra para as famílias – como na Oceania. Nas sociedades em que é importante ter um filho de um determinado sexo, as famílias que não os têm procuram uma criança alheia para suprir essa carência. Nesses casos, a “circulação de crianças” decorreria de uma concepção mais utilitarista ou funcionalista.

Há também casos em que a própria criança pode solicitar a transferência para outra casa. No entanto, ainda de acordo com Lallemand, por trás desse desejo pode estar outros sentimentos, como a de maus tratos na casa dos pais ou então uma qualidade de vida bem melhor que essa criança poderia desfrutar na casa de terceiros.

Casos de substituição de uma criança morta também podem ser um motivo que levaram famílias a aceitarem filhos de outras pessoas. Nessas situações, a criança serviria para consolar os progenitores sem sorte, tentando amenizar a dificuldade de aceitação de ter um filho falecido. A esse fato podemos associar também alguns pais que já tenham perdido muitos filhos e resolveram entregar o último, com medo de que ele tivesse o mesmo destino dos anteriores.<sup>52</sup>

Podemos destacar também um novo casamento por parte do pai ou da mãe da criança. Nesses casos, a criança poderia ser entregue a outra família, seja porque os pais temiam que os futuros padrastos ou madrastas não aceitassem um filho alheio, podendo muitas vezes maltratá-lo, seja porque nessa nova família não há recursos econômicos para manter a criança. Um último motivo que podemos citar, e que também foi destacado por Lallemand, seria exatamente relacionado à ideia de *dom* que discutimos acima. Nesses casos, ao entregar a criança a um parente se reforçariam os laços familiares e as relações de parentesco.

Independente dos motivos acima apontados, podemos afirmar que para muitas mães “dar” seu filho não significa exatamente um abandono. Elas acreditavam que em qualquer momento poderiam requerer a criança de volta. De acordo com Fonseca, isso acontecia normalmente quando as crianças completavam 8 ou 9 anos e poderiam, então, servir de mão de obra aos pais.<sup>53</sup>

Seria mais coerente que a mãe biológica colocasse seu filho na casa de um consangüíneo; no entanto, – e aqui estamos considerando apenas como motivo as impossibilidades da mãe em criar o próprio filho – isso nem sempre era possível. Fonseca afirma que

(...) uma mulher recentemente separada ou atravessando um momento de especial penúria econômica pode não ser capaz de arranjar uma solução tão conveniente. Ao encontrar sua própria rede de parentesco já saturada de crianças, ela será forçada a buscar noutras paragens um lar adotivo – entre vizinhos, conhecidos ou parentes paternos da criança.<sup>54</sup>

Não havendo ainda a possibilidade de entregar a criança a um desconhecido, a mãe pode ter tido como a única solução o abandono de seu filho e, possivelmente, uma ruptura definitiva com o mesmo.

<sup>52</sup> LALLEMAND, 1993, p. 82-83.

<sup>53</sup> FONSECA: 2006, 54-57, *passim*.

<sup>54</sup> *Ibid*, p. 37.

Neste capítulo procuramos destacar, principalmente, as características entre a “circulação de crianças” e o abandono. No presente trabalho temos a intenção de analisar essas duas práticas na cidade de Mariana durante os séculos XVIII e XIX, mais especificadamente entre os anos de 1737 e 1828, e procurar perceber se há alguma relação entre as crianças expostas e aquelas que foram entregues em casas de terceiros sob a condição de agregada ou sobrinha. Seria o abandono do século XVIII e XIX uma “circulação de crianças” tal qual a analisada por Claudia Fonseca? Será que nessa época a exposição da criança significava ou não uma ruptura da família biológica com a mesma? Ou ainda, será que *ser exposto* significava o mesmo que ser um simples agregado em um domicílio?

Para essa análise devemos levar em consideração um alerta feito por Claudia Fonseca, que diz

Enquanto hipóteses, são idéias válidas, mas jamais poderíamos pressupor que se apliquem, mecanicamente, a “grupos populares” em geral. Minhas teorias deveriam constar, entre outras, no repertório de “explicações possíveis”, eventualmente úteis para esclarecer o comportamento familiar em determinados grupos. Mas este corpo teórico não pode jamais eximir o pesquisador ou agente social da responsabilidade de “descobrir” ele mesmo a realidade, complexa, heterogênea e cambiante, em que está atuando.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> FONSECA: 2006, 22-23.

## Capítulo II – O Termo de Mariana

Antes de conhecermos as formas de apoio e acolhimento das crianças expostas, é importante traçar um panorama geral da sociedade que iremos analisar. Assim como delimitar um tema, a escolha e a compreensão da região que será estudada são essenciais à pesquisa. É a partir dessas escolhas que iremos definir os documentos a serem pesquisados e, é o estudo do espaço a ser analisado que nos permite evitar equívocos.

### 2.1 Formação do Termo de Mariana

De acordo com a versão histórica oficialmente aceita, foi no dia 16 de julho de 1696 que os bandeirantes paulistas Miguel Garcia e o Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram um rio riquíssimo em ouro, que batizaram de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ali, o capelão da bandeira, Padre Francisco Gonçalves Lopes consagrou a capela que foi construída em homenagem à Virgem.<sup>56</sup> A notícia do descobrimento logo se espalhou, atraindo para a região diversas pessoas interessadas na extração do ouro. Porém, ainda no princípio da ocupação, a região foi abandonada duas vezes – 1697 a 1698 e 1701 a 1702 – pois ainda não havia um abastecimento capaz de prover alimentação para seus povoadores.

Em 1703, o descobridor Antônio Pereira comprou as datas minerais de dois homens, Francisco Fernandes e Manuel da Cunha, que haviam ficado na região depois do segundo período de fome que havia assolado a região. Um de seus objetivos era encontrar ouro onde seus antecessores ainda não haviam achado, estabelecendo-se assim em outra região, denominada Arraial de Baixo em contraposição ao Arraial de Cima ou Mata Cavalos, local ocupado pelos primeiros desbravadores.<sup>57</sup>

Mesmo ocasionando o despovoamento no início da ocupação, esta crise gerada em decorrência da fome promoveu o desbravamento do território, possibilitando novos povoados e permitindo o desenvolvimento das primeiras

---

<sup>56</sup> FONSECA, In: Termo de Mariana I, 1998, p. 27 – 66; *passim*.

<sup>57</sup> *Ibid*, p. 30.

atividades agrícolas na região.<sup>58</sup> Portanto, depois de 1703, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo voltou a ser repovoado.

Em 1705, o reverendo bispo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, o Doutor Francisco de São Jerônimo enviou dois vigários para a região – os padres Manoel de Castro e Miguel Rabelo de Alvim. Foi nessa época que houve a primeira divisão do território, que começou a ser considerado extenso.

O padre Manoel de Castro oficiou na capela que o coronel Salvador edificara no arraial de cima; e o padre Miguel Rabelo de Alvim aproveitou a capela que o dito coronel também havia edificado em ribeirão abaixo, no lugar que se denomina hoje São Caetano. Três anos depois este vigário lançou os fundamentos da igreja do Bom Jesus do Torquim. Reconhecendo-se logo que o território de sua paróquia era muito extenso e populoso, esta freguesia foi dividida em quatro, a saber: São Sebastião, Sumidouro, São Caetano e Torquim.<sup>59</sup>

Outras regiões foram sendo desbravadas pelo próprio coronel Salvador Fernandes Furtado. Em 1706, ele foi nomeado tesoureiro das fazendas dos defuntos e ausentes, com a delegação interina de provedor em todo o distrito do Ribeirão abaixo. Neste mesmo ano, ele descobriu as minas do Pinheiro, Bacalhao e Prazeres, nas imediações de Guarapiranga.<sup>60</sup>

Em 1711, o governador da Capitania, Dom Antônio de Albuquerque, deliberou a ereção do arraial do Ribeirão do Carmo em vila. Essa se chamaria vila do Carmo de Albuquerque. Foi apenas em 1712, com a aprovação do El-Rei da mudança do arraial em vila, que ela passou a se denominar Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo.<sup>61</sup> Outras duas localidades foram elevadas a vila na mesma época, a saber, Vila Rica e Sabará.

A criação dessas vilas ocorreu em decorrência da Guerra dos Emboabas (1707 – 1709) e do conseqüente intuito de estabelecer um maior controle na região mineradora. Ao se tornar uma vila, a região deveria estabelecer o seu termo e seu rossião, ou seja, a área que abrangeria o município e o terreno público a ser administrado pela Câmara, além de criar uma casa de Câmara e Cadeia, construir um pelourinho e conservar a igreja matriz.<sup>62</sup>

---

<sup>58</sup> ALMEIDA, 1994, p. 44-45, *passim*.

<sup>59</sup> REVISTA SEMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAPHIA, 1846, p. 55.

<sup>60</sup> *Ibid*, p. 56.

<sup>61</sup> *Ibid*, p. 56.

<sup>62</sup> PIRES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 45.

Na Vila de Nossa Senhora do Carmo, a primeira Câmara foi sediada na casa de um dos mais antigos moradores, Pedro Frazão, que possuía residência na Rua Direita do Rosário Velho.<sup>63</sup> O atual prédio onde está estabelecida a Câmara Municipal de Mariana só foi construído na segunda metade do século XVIII. Apenas em 1748 foi decidido que este prédio seria construído no local ocupado pelos antigos quartéis dos Dragões; em 1762 José Pereira dos Santos fez o esboço do projeto e, em 1782, José Pereira Arouca arrematou toda a obra.<sup>64</sup> Somente em 1798 a Câmara se instalou neste prédio.<sup>65</sup> Para a matriz da Vila Nossa Senhora do Carmo, foi escolhida a Capela da Conceição, que entre os anos de 1712 e 1718, foi ampliada.<sup>66</sup>

Em 1720 foi construída pela Irmandade da Misericórdia a Capela de Santana, e em 1736 a Casa de Misericórdia, cujo hospital existiu até meados do século XVIII. Através da petição dirigida ao rei, que justifica o seu estabelecimento, percebemos os seus objetivos:

(...) recomendável, indispensável a essa populosa cidade, falta de estabelecimentos públicos e de caridade para empregar os socorros à classe indigente e miserável, de que abunda; e que diariamente se aumenta com a notícia da generosa liberalidade do virtuoso prelado, que nem pode socorrer suficientemente a todas as necessidades (...).<sup>67</sup>

Porém, acreditamos que a Santa Casa de Misericórdia não tenha oferecido nenhuma assistência aos expostos na Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Em 1721 houve a criação da Capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica, e, em 23 de abril de 1745, a Vila de Nossa Senhora do Carmo é elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Mariana, em homenagem a Dona Maria Anna D'Áustria, esposa de Dom João V. Nesse mesmo ano, também é escolhida para ser sede do Bispado. O primeiro bispo foi Dom Frei Manoel da Cruz, que chega à cidade de Mariana no dia 24 de novembro de 1748.

Em 1750 foi criado a Seminário da Nossa Senhora da Boa Morte, reforçando o caráter de centro religioso de Mariana e conferindo a esta localidade

---

<sup>63</sup> FONSECA, In: Termo de Mariana I, 1998, p. 33 – 34.

<sup>64</sup> Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, não se pode afirmar que José Pereira Arouca foi responsável pela construção completa da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, já que o mesmo faleceu em 1795 e sabe-se que em 1802 a obra ainda não estava totalmente pronta.

<sup>65</sup> FONSECA, *op. cit.*, p. 182 – 183.

<sup>66</sup> *Ibid*, p 35.

<sup>67</sup> *Ibid*, p. 38-39.

um importante papel de centro educacional. Como afirma Carla Almeida, “nesta primeira década do século XVIII a Vila do Ribeirão do Carmo prosperou e constitui-se em um importante centro religioso, educacional e administrativo”.<sup>68</sup>

Ainda no século XVIII, Mariana apresentou uma diversidade econômica. Apesar de a exploração aurífera ter sido uma atividade importante neste século, ela não foi a única a ser estabelecida na cidade. Carla Almeida destaca a importância de outras unidades produtivas que foram concomitantes à atividade mineratória desde o princípio da ocupação da região. Segundo a autora,

O que se percebe é que Mariana nesse período é um município com amplas possibilidades de expansão por ter uma enorme fronteira aberta; e que, a partir sobretudo da década de 1780, presenciaria um grande e rápido alargamento do seu território.<sup>69</sup>

Esse alargamento do território se deu principalmente com o declínio da atividade mineratória na medida em que os habitantes procuravam outras regiões onde seria possível a extração do ouro. Todavia, as novas áreas que foram sendo povoadas, assim como as áreas em que a população já havia se estabelecido, presenciaram não apenas o desenvolvimento da mineração como atividade econômica, mas também da agricultura e da pecuária. Ou seja, a extração aurífera não excluiu a possibilidade de desenvolvimento de outras unidades produtivas, ao contrário, exigiu o desenvolvimento das mesmas, ocasionando uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária. Como afirma Francisco Eduardo de Andrade,

É surpreendente, mas, na segunda metade do Dezoito, vamos encontrar, na região de Mariana, uma economia tão diversificada que as unidades produtivas especializadas nas atividades mineratórias vão ser largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas e de agropecuária. As unidades ditas de mineração não chegam a 10% das unidades produtivas de Mariana, enquanto que as unidades agropecuárias, agrícolas e pecuárias ficam em mais de 40% do total. Notável, ainda, o fato da grande maioria das unidades produtivas regionais (e daquelas com mineração) contar com atividades agrícolas.<sup>70</sup>

No século XIX a estrutura econômica de Mariana não apresenta grandes modificações. Mesmo com o declínio da mineração, que começou a ocorrer em

---

<sup>68</sup> ALMEIDA, 1994, p. 47.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 206.

<sup>70</sup> ANDRADE, In: TERMO DE MARIANA I, 1998, p. 121.

meados do século XVIII, essa atividade não desapareceu completamente no século seguinte. Já a agricultura e a pecuária se intensificaram. O que percebemos é que “as mudanças ocorridas se deveram mais aos ajustes necessários para a adaptação da economia às circunstâncias cambiantes do que propriamente, a uma mudança estrutural no sistema econômico existente”.<sup>71</sup>

## 2.2 Delimitação do Termo de Mariana

A escolha de se trabalhar com história regional foi determinada pela problemática da pesquisa. Como o objetivo principal é analisar as práticas do abandono e do acolhimento de crianças, é essencial que a nossa análise seja feita a nível local. Apenas dessa forma, podemos conceber a região estudada como um “espaço vivido”, ou seja, como um produto da ação humana.<sup>72</sup> Dessa forma, o espaço deixa de ser visto como palco dos fenômenos, para se tornar constitutivo deste.

Ao analisar o espaço vivido a escala de análise muda. E ao mudar, temos que ter consciência que os fenômenos são complexos e multiescalares; ao contrário dos paradigmas clássicos, os quais acreditavam que a complexidade do real era apenas aparente e que ele poderia ser simplificado. Como afirma Iná Elias de Castro,

Reproblematizar a região como objeto de pesquisa requer: a) superar postulados deterministas e simplificadores; b) incorporar, como questão central, a complexidade dos fenômenos; c) considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático.<sup>73</sup>

Porém, ao se mudar a escala, muda-se também os conceitos e a metodologia. Como afirma Castro, a mudança de análise do *macro* para o *micro* não é feita como a mudança de escalas de mapas, nos quais o que você analisa no geral irá analisar no regional, porém de forma mais minuciosa. É o próprio objeto de pesquisa que define a mudança de escala, já que a nível regional podemos analisar práticas sociais, o que não é possível em um nível mais “global”. Como afirma Claval, a escala de análise muda para apreendermos “os processos culturais

<sup>71</sup> ALMEIDA, 1994, p. 207.

<sup>72</sup> RECKZIEGEL, 1999, p. 18.

<sup>73</sup> CASTRO, In: SOUZA, 2002, p. 58.

verdadeiramente significativos”, para debruçarmos “sobre a experiência das pessoas, sobre seus contatos, sobre suas maneiras de pensar”.<sup>74</sup> Por isso, no trecho citado acima, Castro afirma que devemos “(...) considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático”.<sup>75</sup>

Convém destacarmos também que a história regional tem como objetivo analisar um fenômeno localizado, o que não significa que este não tenha relações com outras localidades. De acordo com Reckziegel,

Como qualquer segmento do espaço, [a região] é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado.<sup>76</sup>

Portanto, em nossas análises, devemos inserir a região em um contexto mais amplo, mas sem perder as especificidades do local e muito menos passar a considerá-la como um “laboratório” de análises mais amplas. Retomando Castro, percebemos que

A realidade, que é complexa, coloca-nos diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica. Problematizar o espaço geográfico é considerar esses paradoxos.<sup>77</sup>

Na pesquisa em questão, a problemática foi estabelecida através da prática do abandono e do acolhimento de crianças. Como foi dito no início deste tópico, foi através do nosso objeto que determinamos o uso da história regional. Como a intenção é a análise de práticas sociais, somente em nível local poderíamos conseguir compreender as relações que as permearam.

A escolha de uma região a qual a assistência dos expostos recaiu sob a Câmara Municipal, deu-se pela maneira como esta era prestada. Locais onde havia a Roda ou Casas de expostos era comum a criança permanecer no local e as amas irem até lá para amamentá-las. O abandono era feito pelos pais ou por conhecidos, que deixavam a criança nestes lugares. Quando a assistência era prestada exclusivamente pelos Senados das Câmaras, era a pessoa que optava por criar a

<sup>74</sup> CLAVAL, In: CASTRO, 2007, p. 107 – 108.

<sup>75</sup> CASTRO, In: SOUZA, 2002, p. 58.

<sup>76</sup> RECKZIEGEL, 1999, p.19.

<sup>77</sup> CASTRO, *op. cit.*, p. 61.

criança que a levava a esta instituição, onde era matriculada. A partir de então começava a receber pela criação. Nesses casos, o criador permanecia com a criança, podendo esta continuar em sua família mesmo após cessar os pagamentos da Câmara. Esta forma de criação é mais próxima ao fenômeno que queremos analisar – a “circulação de crianças” entre os domicílios – já que em ambas, há a transferência de responsabilidade de uma família a outra.<sup>78</sup>

A cidade de Mariana foi escolhida, pois, além de ser uma localidade onde a Câmara Municipal foi responsável pela assistência aos expostos, apresentou uma dinâmica econômica importante na época colonial brasileira. Mariana foi um importante centro administrativo, participou do fluxo migratório no início do século XVIII devido à descoberta do ouro e, apesar de apresentar em seus primeiros anos a predominância da atividade mineratória, desenvolveu também outros tipos de unidades produtivas ligadas à agricultura e à pecuária.<sup>79</sup> Além disso, foi considerada um importante centro religioso a partir de 1745, quando se tornou sede do Bispado.

O período estudado, que abrange de 1737 a 1828, também foi determinado pelo objeto da pesquisa. Ao se trabalhar principalmente com a assistência aos expostos da Câmara Municipal de Mariana, resolvemos delimitar o período através de duas datas coerentes a nossa análise. Dessa forma, 1737 seria o ano o qual a Câmara começou a pagar pela criação dos enjeitados, enquanto o ano de 1828 é justificado por leis que acabam por esvaziar o poder camarário.<sup>80</sup> Além do mais, nesse último ano há uma generalização da obrigação da instalação de Casas de Expostos nas Santas Casas da Misericórdia, em todo o Império, fato que começa a demonstrar uma falência do sistema camarário de assistência aos expostos.

Para repensarmos o que era Mariana no período analisado e delimitar a região estudada de forma coerente com o objeto de pesquisa, seguimos duas orientações apresentadas por Alexandre Mendes Cunha:

---

<sup>78</sup> Isso não significa que em localidades onde havia a Roda e a Casa de Expostos as crianças não conseguiam se inserir novamente em outra família. O que estamos destacando é que neste caso havia a probabilidade da criança permanecer um tempo no hospital, antes que alguém aparecesse para se tornar seu criador. Já nas cidades onde a Câmara era a única responsável pelos expostos, a assistência só se dava a partir do momento em que uma pessoa matriculava a criança.

<sup>79</sup> ALMEIDA, 1994.

<sup>80</sup> Para saber mais sobre o esvaziamento do poder camarário, Cf. ANDRADE, In: CHAVES; MAGALHÃES, 2008. p. 152 - 167.

Há que se fugir do anacronismo. Pensar no passado, ainda que animado por problemas presentes, não pode se dar de forma desvinculada das evidências coevas. A historicidade das formações espaciais, da mesma forma que não comporta uma única percepção do espaço vivido, não aceita, também, toda espécie de recortes em função de interesses metodológicos completamente exógenos às realidades em estudo. O risco é evidente, ainda que nem sempre óbvio: a possibilidade de “provar” realidades históricas ilusórias;

Qualquer recorte, riscado ou sugerido, não pode ser um dado estático. Não se percebe o espaço passado a partir de um instantâneo; só a imagem-movimento das dinâmicas espaciais, nos processos de diferenciação e em seus reveses, é capaz de conferir historicidade ao conceito de região. Há que se ultrapassar, portanto, o espaço como o dado de localização, o palco imóvel por sobre o qual se desenrola a ação histórica, na direção de quadros em movimento, onde essas dimensões estejam efetivamente imiscuídas.<sup>81</sup>

Na primeira orientação, Cunha chama atenção para os anacronismos, destacando que temos de levar em consideração o período estudado e a realidade histórica do local, antes de definirmos nosso espaço. A segunda orientação é sobre a dinâmica da própria região, que não deve ser considerada estática, simples palco dos fenômenos analisados.

Como já foi dito, o real é complexo, formado por uma variedade de fenômenos. Portanto, é impossível falar que uma determinada região permite apenas um recorte. Como afirma Cunha,

Uma vez que a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço.<sup>82</sup>

No entanto, a regionalização deve ser determinada pelo objetivo da pesquisa. É ela que deve nortear a segmentação do espaço estudado. Ainda sob a perspectiva de Cunha:

A lição fundamental que se quer aqui anotar, nesse particular, é, mais uma vez, a da “produção do espaço”, ou como apontou anteriormente, produção/percepção do espaço, como a categoria-chave que vai definindo as segmentações possíveis e ao mesmo tempo orientando os parâmetros de apreensão da realidade espacial de cada realidade.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> CUNHA, In: SOUZA, 2008, p. 495 – 496.

<sup>82</sup> *Ibid*, p. 498.

<sup>83</sup> *Ibid*, p. 508.

Buscando seguir as orientações desse autor, procuramos definir o que seria Mariana para o período analisado. Decidimos delimitar o espaço através do local das residências das pessoas que matriculavam as crianças na Câmara Municipal de Mariana. Nos Registros de Matrícula de Expostos – encontradas atualmente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) – há o registro do local de moradia dos criadores, que abrange tanto o Distrito de Mariana, como algumas Freguesias. Com isso, procuramos fugir do anacronismo ao não pensar Mariana com a delimitação administrativa atual. Convém lembrarmos que, em meados do século XVIII, em decorrência da diminuição da atividade mineratória, Mariana apresentou uma expansão do seu território,<sup>84</sup> ou seja, nem mesmo durante o período estudado a delimitação da cidade, e do território de seu termo, permaneceu a mesma.

Isto também nos remete a segunda orientação de Cunha, que é perceber o espaço como dinâmico, que também apresenta mudanças, e não como um lugar estático no tempo. Logo, devemos perceber as “fronteiras” que Mariana teve durante o período analisado e ter consciência das mudanças que sofreram. Com isso, veremos que os locais de residência dos criadores de expostos não estarão presentes em todos os momentos, já que entre 1737 e 1828, muitas freguesias surgiram e outras podem ter deixado de estar vinculadas à Câmara Municipal de Mariana.

Fizemos, no entanto, uma lista das localidades encontradas nos Registros de Matrículas dos expostos para o período estudado.<sup>85</sup> São elas: Antônio Pereira, Barra do Bacalhau, Barra Longa, Bento Rodrigues, Cachoeira do Brumado, Camargos, Catas Altas, Crasto de Cima, Domingos Velho, Gama, Espera, Gualaxo do Sul, Guarapiranga, Furquim, Inficionado, Manja Léguas, Mariana, Morro de Santana, Passagem, Pomba, Porto Seguro, Rio do Peixe, Roque Soares, São Caetano, São José do Xopotó, São José do Raposo, São Sebastião, Sumidouro, Vargem. No mapa, de 1779, podemos localizar algumas dessas regiões.

Porém, não iremos trabalhar em todos os momentos com todo o Termo de Mariana. Para as análises que faremos dos domicílios onde viviam as crianças que

---

<sup>84</sup> ALMEIDA, 1994, p. 206.

<sup>85</sup> Não encontramos os Registros de Matrículas dos expostos dos anos que compreendem entre 1737 e 1749. Essa listagem é feita, portanto, tendo como base os registros de 1750 a 1828.

não residiam com os pais biológicos, iremos nos restringir apenas a área urbana da cidade deste Termo. Essa delimitação se dará pelo próprio documento analisado para esse fim – a Lista de Habitantes do AHCMM. Nesse momento, também analisaremos apenas um período de nossa pesquisa, o ano de 1819. Essa escolha se justifica devido a uma própria limitação dos documentos, já que, no período analisado, a única Lista de Habitantes que temos disponível é desta data.



### **Capítulo III – A vida familiar e a criação de expostos**

A criança exerceu um papel importante na história da vida familiar do Brasil colonial. Seja pelas relações constituídas através do seu batismo e das relações de compadrio, seja através da sua circulação e o fortalecimento de redes de solidariedade, e até mesmo através do seu abandono que permitiu que várias pessoas recebessem pagamentos por sua criação. Não seria possível, portanto, compreender a complexidade da família colonial brasileira sem dedicar especial atenção às crianças. Da mesma forma que seria complicado entender a condição infantil sem estudar as formas de estruturas e organizações familiares.

#### **3.1 Vida familiar e população infantil na América Portuguesa**

A história da família no Brasil colonial tem sido tema de discussão entre diversos historiadores. A partir da década de 20, autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda apontaram, em seus estudos, a família patriarcal como o modelo familiar brasileiro durante a época colonial. Foi a partir de então que a nossa historiografia começou a relacionar o termo patriarcalismo ao domínio da figura masculina sobre a família, que seria composta não somente por consangüíneos, mas por todas as pessoas que estariam diretamente envolvidas nas relações sociais que tinham como figura principal o chefe de família. Seria essa família patriarcal – caracterizada como extensa e com a presença de um patriarca – o modelo de família constituído no Brasil colonial.

Foi a partir da década de 80 que começa a se questionar esse modelo como a única forma de estrutura familiar colonial. Estudos que abrangeram outras regiões, – além do Nordeste açucareiro – e outras camadas sociais – além da camada dominante –, apontaram a presença de famílias completamente diferentes das tais famílias patriarcais. Famílias chefiadas por mulheres, famílias nucleares e indivíduos sozinhos começaram a ser retratados em estudos e a visão tradicional da família extensa e patriarcal como única caiu por terra para dar lugar a uma variedade de tipos de organizações familiares.

As análises anteriormente feitas por Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda estavam voltadas para o estudo das camadas dominantes, como Sheila de Castro Faria afirma:

A população pobre agia, reagia e possuía regras de condutas próprias. Processos de rapto, divórcio, filhos adúlteros e crianças expostas denotavam práticas freqüentemente encontradas, demonstrando que as regras poderiam existir, mas mecanismos de rebeldia e tensão estavam sempre presentes.<sup>86</sup>

Por outro lado, Ronaldo Vainfas procurou rever o conceito do que seria a família patriarcal. De acordo com o autor, não era a estrutura do domicílio que definiria o patriarcalismo; o que definiria seriam as condutas, os valores e as relações de poderes entre os envolvidos.<sup>87</sup> Como bem observa Vainfas, o próprio Freyre destaca que a família patriarcal era “antes qualitativa que quantitativa”,<sup>88</sup> logo, para analisarmos a colonização do Brasil, devemos entender como patriarcalismo a importância da família sob o indivíduo. Como afirma Silvia Brügger

A idéia central, sem dúvida, parece residir no fato de as pessoas se pensarem mais como membros de uma determinada família do que como indivíduos. Talvez, o uso do termo familismo fosse preferível ao do patriarcalismo, evitando tantas críticas que longe estão de atingir o cerne do conceito.<sup>89</sup>

Mesmo acreditando que em algumas localidades, e sob algumas circunstâncias, indivíduos foram responsáveis pela colonização, não podemos negar que as relações sociais são imprescindíveis para a constituição de uma sociedade. Ao procurarmos em um dicionário da época o significado da palavra família, encontramos em Moraes e Silva (1789) a seguinte definição: “pessoas, de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família; os parentes, e aliados”. No entanto, podemos diferenciar família de domicílio. Como afirma Faria,

Está mais do que claro que o termo “família” extrapolava os limites consangüíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, incluía

---

<sup>86</sup> FARIA, 1998, p. 48.

<sup>87</sup> VAINFAS, 1989, p. 107 – 111.

<sup>88</sup> FREYRE, 1987, p. 65.

<sup>89</sup> BRÜGGER, 2007, p. 49-50.

em suas análises as demais relações além da consangüinidade e da coabitação.<sup>90</sup>

No entanto, não apenas em regiões mineradoras, mas também em outras localidades o que vemos são relatos de homens que viajam sozinhos, muitos deixando suas famílias para tentar a sorte em outras localidades.<sup>91</sup> Podendo ser estes homens solteiros ou casados, procuravam em sua nova vila ou arraial redes de solidariedade para se inserirem, da mesma forma que muitas mulheres, ao ficarem sozinhas, acabaram por se inserir em outro grupo, constituindo uma nova “família”. Isso significa que laços familiares poderiam ser desfeitos e refeitos de acordo com as circunstâncias.

### 3.1.1 *A família em Minas Gerais*

Muito se fala sobre a especificidade da família na capitania das Minas. A explosão populacional devido às descobertas do ouro permitiu a constituição de uma população diferenciada das demais regiões coloniais brasileiras. O grande fluxo de pessoas, a transitoriedade, o reduzido número de mulheres brancas, uniões consensuais, altas taxas de ilegitimidade e abandono de crianças são comumente características relacionadas a essa localidade.

Luciano Raposo Figueiredo, ao destacar o caráter urbano, sublinha o enorme contingente populacional e a presença maciça de desclassificados sociais. O autor afirma que “a sociedade que nasce nas Minas Gerais detinha traços de grande originalidade”.<sup>92</sup> O casamento é um desses aspectos, assumindo em Minas uma dinâmica diferente da encontrada em áreas agrárias, em que a base da produção tinha como princípio a família.<sup>93</sup> Tanto para os ricos como para os pobres

(...) o casamento católico era majoritariamente preferido pela população colonial essencialmente agrária e que *a grande parcela das maternidades era vivida no interior das relações licitas* [grifo da autora].<sup>94</sup>

Em Minas, o casamento legalizado pela Igreja apresentou um índice menor se comparado às regiões agrárias, e conseqüentemente um índice menor de filhos

<sup>90</sup> FARIA, 1998, p. 43.

<sup>91</sup> Para saber mais sobre a transitoriedade de pessoas em áreas rurais, cf. FARIA, 1998.

<sup>92</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 24.

<sup>93</sup> FARIA, *op. cit.*, p. 155.

<sup>94</sup> *Ibid*, p. 57.

legítimos. No entanto, tanto em regiões agrárias como na região mineradora de Minas, o casamento significava um indício de *status* e prestígio social. Segundo Faria,

(...) para se ter acesso à família, principalmente, família legal, se tornava necessário possuir determinadas condições que certamente, nem todos tinham. Reside justamente nesta dificuldade sua importância.<sup>95</sup>

Como afirma Figueiredo, essa importância poderia explicar o número de homens livres, brancos e de origem portuguesa casando com mulheres forras e escravas, já que havia uma carência de mulheres do mesmo grupo.<sup>96</sup>

No entanto, não foi o casamento legal que predominou nas Minas no século XVIII e XIX. Os esforços do bispado e da inquisição não foram suficientes para promover casamentos legais em detrimento das uniões consensuais, tão comuns no cotidiano mineiro. Apesar das punições através de devassas, o que se via em Minas eram concubinatos, filhos naturais ou ilegítimos, uniões consensuais com coabitação ou não. Vários poderiam ser os motivos para que não se sacramentasse o casamento. “(...) extrema pobreza, dificultando o custeamento das despesas matrimoniais; longas distâncias entre o local de residência e a vila, onde se ministrava o casamento; falta de interesse ou mesmo dificuldades para legalizar uma união problemática”.<sup>97</sup> Para o caso de Minas, podemos citar também a instabilidade social e a grande mobilidade das pessoas.

Não foi apenas a Igreja que tentou impor as uniões legítimas. O Estado português, através de leis que objetivavam um controle maior da população, criou proibições para os solteiros, como a impossibilidade de eles assumirem certas posições político-administrativas,<sup>98</sup> mas a que tudo indica isso também foi em vão.

As crianças eram fundamentais na criação de redes sociais na época colonial. Através de seus batizados, surgia a relação de compadrio entre pais e padrinhos. Segundo Figueiredo, a escolha de padrinhos não se dava somente pelo *status* social. Como foi destacado em trabalhos de outros autores,<sup>99</sup> muitas vezes o padrinho era um membro importante da sociedade – normalmente esses detinham

<sup>95</sup> FARIA, 1998, p. 58.

<sup>96</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 81.

<sup>97</sup> BACELLAR, 2001, p. 75.

<sup>98</sup> LEWKOWICZ, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 533.

<sup>99</sup> Dentre vários trabalhos podemos citar FARIA, 1998; BRÜGGER, 2007.

um grande número de afilhados –, mas Figueiredo destaca que havia escolhas diferentes. Houve famílias de homens pobres que optaram por pessoas da mesma condição para batizarem seus filhos, o que demonstra que a decisão podia ser tomada também através de laços de amizade e de confiança.<sup>100</sup> E

Por intermédio do compadrio e do reconhecimento da legitimidade da filiação, essa população não apenas enfrentava a Igreja e ameaçava a manutenção da ordem colonial. No seio dessas famílias se ampliavam as relações de solidariedade para além do casal original, passando a constituir um sistema de parentesco bastante ampliado.<sup>101</sup>

Porém, não foi apenas através de batizados que as crianças exerciam papéis fundamentais para a constituição ou fortalecimento de redes sociais. Como foi dito no primeiro capítulo, a “circulação de crianças” também faz parte desse fenômeno tão importante para a sobrevivência de um grupo social.

Ao se pensar em criança em Minas nos séculos XVIII e XIX, impossível não destacar o alto índice de crianças ilegítimas e naturais. Em 1804, para o Distrito de Furquim, da Freguesia de Mariana, os filhos naturais representavam 58,3% da população. No Distrito de Nossa Senhora dos Remédios, da mesma Freguesia, contava com 34,8% para a mesma data.<sup>102</sup> Não temos esse dado para a área urbana de Mariana, mas acreditamos que não apresentou um número muito diferente das supracitadas localidades.

Elevado também foi o índice de exposição de crianças em Minas colonial. O abandono pode ser relacionado à pobreza da sociedade mineira, assim como o grande número de filhos ilegítimos ou até mesmo com a intensa mobilidade das pessoas.

Algumas localidades desta capitania contaram com formas de assistência, institucionalizadas através de leis e regimentos portugueses. Graças à legislação metropolitana, em regiões tais como Vila Rica e Mariana, expostos e famílias acolhedoras foram assistidas pelas Câmaras Municipais. A assistência também poderia ser prestada pelas Misericórdias – como ocorreu em algumas localidades,

---

<sup>100</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 126.

<sup>101</sup> *Ibid*, p. 129.

<sup>102</sup> PRIORE, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 514.

tais como, Rio de Janeiro, Salvador e Recife<sup>103</sup> – mas, como afirma Renato Franco,

Na capitania das Minas, durante todo o setecentos, a assistência institucional a enjeitados, quando implantada, foi feita por Câmaras; nenhuma Misericórdia, ou qualquer outra irmandade, tomou para si a criação dos enjeitados.<sup>104</sup>

Porém, na América Portuguesa, o auxílio aos expostos foi tardio, ocorrendo apenas no final do século XVII. Em Minas, para a cidade de Mariana, a assistência começou a ser prestada na década de 1730. Em Vila Rica, ocorreu ainda mais tarde; foi apenas em 1751 que houve a primeira tentativa de sistematizar a assistência aos expostos nessa localidade.<sup>105</sup>

### 3.2 Expostos: políticas assistencialistas

A preocupação e os cuidados com as crianças abandonadas não era uma particularidade da colônia brasileira, muito menos de Portugal. Na Europa Ocidental, principalmente em reinos católicos como Espanha, Itália e França, uma grande atenção foi dada aos enjeitados. Esses reinos tinham como auxílio público os hospitais encarregados de cuidar das crianças, sobretudo aquelas abandonadas na roda dos expostos que, muitas vezes, aparelhavam esses hospitais.<sup>106</sup> Essa preocupação foi refletida nas legislações de grande parte dos reinos europeus. Dentre eles podemos destacar Portugal, que teve nas *Ordenações Manuelinas* (1521) a sua primeira legislação destinada a essas crianças.

Essa Ordenação procurava estabelecer quem seria o responsável pelos gastos da criação das crianças. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá,

Embora se mantivesse o princípio de que o pai, casado ou solteiro, devia custear a criação do filho, (...) se o pai não podia pagar, pagava a mãe; no caso de nenhum deles o poder sustentar, os parentes da criança deveriam fazê-lo. No caso de não ser possível qualquer uma destas três hipóteses, a comunidade mandava a criança para os hospitais ou *albergarias* que se encarregavam da assistência aos pobres, que pagariam o sustento das crianças através dos seus fundos.

<sup>103</sup> Para saber mais sobre a assistência aos expostos nessas localidades cf: VENÂNCIO, 1999; MARCÍLIO, 1998.

<sup>104</sup> FRANCO, In: VENÂNCIO, 2010, p. 160.

<sup>105</sup> *Ibid*, p. 163.

<sup>106</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 31 – 32.

Finalmente, na inexistência desses hospitais, as crianças deveriam ser criadas através de fundos dos concelhos; se estes os não tivessem, um imposto especial – a finta dos expostos – podia ser cobrado aos habitantes [grifo da autora].<sup>107</sup>

Ao verificarmos as *Ordenações Filipinas* (1603) percebemos que não houve muitas modificações se comparadas com as *Ordenações Manuelinas*. Segundo elas, quando não houvesse na localidade “(...) Hospitais e Albergarias, se criarão [os expostos] a custa / das rendas do Concelho”.<sup>108</sup>

No dicionário de Raphael Bluteau<sup>109</sup> encontramos a seguinte designação para o verbete enjeitado:

Menino enjeitado é o que desamparado de seus pais, e exposto no adro de uma Igreja, ou deixado no lumiar da porta de um Convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo a Deus, e à ventura, cruelmente padece o castigo dos ilícitos concubitos de seus pais. Para obviar a crueldade deste infanticídio, e a inumana desconfiança de alguns, cuja pobreza os obriga a este desatino, por não ter com que alimentar família mais numerosa, em muitas partes da Cristandade há Hospitais com rodas, onde se põem as tristes criaturas, e se dão a criar a mulheres escolhidas, e aceiradas para este efeito.

O próprio verbete destaca a existência do auxílio a essas crianças e justifica a assistência como uma forma de evitar que o abandono se torne um infanticídio, não permitindo que crianças morram por falta de criação.

Desde o século XII até o século XIX houve a criação de Rodas e Casas de Expostos em diversos reinos da Europa e nas suas respectivas colônias. Como afirmam as *Ordenações Filipinas*, nos locais onde não havia essas instalações, a assistência dos expostos era responsabilidade dos Concelhos, que deveriam encontrar uma pessoa para criar a criança e custear a sua criação. Porém, as rodas dos expostos não eximiam as Câmaras Municipais das despesas com a assistência às crianças abandonadas. Podemos citar o exemplo do Senado do Rio de Janeiro que, em 1778, após a exigência de D. Maria I, assistia a Misericórdia local com 800\$000 réis.<sup>110</sup> De acordo com Renato Pinto Venâncio, “Pelo menos do ponto de vista legal, até 1780, conviveram lado-a-lado esse dois serviços de proteção à infância carioca”.<sup>111</sup>

<sup>107</sup> SÁ, 1995, p. 89.

<sup>108</sup> *CÓDIGO FILIPINO*, 2004: Livro 1, tit.LXXXVIII, 67 § 9. p.211.

<sup>109</sup> Cf.: BLUTEAU, 2000, (CD-room).

<sup>110</sup> SOUZA, 1999, p. 49.

<sup>111</sup> VENÂNCIO, 2002, p. 130.

Em 1820, Antonio Joaquim de Gouveia reúne outras diversas legislações a respeito dos expostos em um livro intitulado “Compilação das providências que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados”.<sup>112</sup> O alvará de 31 de janeiro de 1775, dentre outras prerrogativas estabelece que todos os expostos deveriam ser considerados livres e ingênuos, o que significava que nenhuma criança exposta poderia ser escravizada.<sup>113</sup> Foi através desse alvará que houve uma regulamentação de forma mais definitiva sobre a questão dos expostos. Porém, como afirma Laura de Mello e Souza, o Alvará é voltado principalmente para as Santas Casas de Misericórdia. Segundo a autora,

Foi em 1775, com um famoso *Alvará*, que o ministro Sebastião José de Carvalho e Mello regulamentou de forma mais estrita e definitiva a questão das crianças expostas: é, sem dúvida, a mais importante lei existente no século XVIII sobre o assunto, mas se volta sobretudo para a relação entre enjeitados, Santa Casa de Misericórdia e Juiz de Órfãos, deixando de lado a questão das Câmaras. Até então, haviam sido elas as principais responsáveis pela criação dos enjeitados. A partir dessa data-marco, intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casa de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes.<sup>114</sup>

Em 1783, é promulgada outra lei que ordena a fundação de estabelecimentos para acolher expostos em todas as vilas e cidades do reino.<sup>115</sup> No entanto, percebemos que, pelo menos em Minas, de nada adiantou essas iniciativas. Há autores que indicam a criação de uma roda dos expostos na Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica em fevereiro de 1795,<sup>116</sup> mas essa data marca, na verdade, o pedido de criação da roda pela Câmara Municipal ao corregedor. Esse pedido não foi atendido e os expostos continuaram sendo assistidos apenas pela Câmara.<sup>117</sup>

A Independência do Brasil não representou mudanças significativas na legislação voltada aos expostos. Na maioria das vezes os legisladores do Império reafirmaram as determinações portuguesas, como, por exemplo, em 1823 quando uma lei apontou novamente a ingenuidade e liberdade dos expostos. Em 1830,

---

<sup>112</sup> Cf.: PINTO, 1820.

<sup>113</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 83; 131.

<sup>114</sup> SOUZA, 1999, p. 67.

<sup>115</sup> SÁ, 1995, p. 91 – 92.

<sup>116</sup> LOPES, 1955, *apud*, BOSCHI, 1986, p. 106.

<sup>117</sup> FRANCO, 2006, p. 33.

novamente o dispositivo legal é reforçado, e se determina punições severas aos que desrespeitassem a lei.<sup>118</sup>

O tempo de duração da assistência parece não ter sido determinado com clareza na legislação. Havia crianças assistidas até 1 ano e meio de idade, outras até os 3 anos e ainda aquelas que recebiam assistência até os 7 anos. Como afirma Renato Pinto Venâncio, “Ao que tudo indica, a delimitação precisa das idades de vida parece ter sido uma regra ignorada pelos antigos códigos jurídicos lusitanos”.<sup>119</sup>

Outra legislação que se referia aos expostos trata sobre o batismo. O índice de mortalidade infantil era muito alto e o receio de que uma criança viesse a falecer sem ter este sacramento preocupava as sociedades católicas. Como já foi dito no primeiro capítulo, há registros de mães que deixaram bilhetes com as crianças informando se estas tinham sido ou não batizadas.<sup>120</sup> Nos casos das crianças em relação às quais não se sabia essa informação, elas recebiam o sacramento assim que possível. No entanto, os expostos deveriam ser identificados como tais nos registros de batismo. De acordo com as normas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), ao se batizar um exposto, deveria se explicitar a sua condição, informar o nome da pessoa que encontrara a criança, assim como o dia e o local do abandono, e o nome dos padrinhos.<sup>121</sup>

### 3.3 A assistência aos expostos em Mariana

A Câmara de Mariana, fundada em 1711, era presidida por um juiz de fora – cargo criado nessa localidade no dia 24 de março de 1730 – três vereadores e um procurador. Também possuía como funcionários um escrivão e um tesoureiro. Esse último poderia ser um dos vereadores, o procurador, ou ser eleito junto com os outros vereadores.<sup>122</sup> Possuindo grande autonomia administrativa, foi essa instituição responsável pela assistência aos expostos no Termo de Mariana.

---

<sup>118</sup> VENÂNCIO, 1999, p. 135 – 136.

<sup>119</sup> *Ibid*, p.23.

<sup>120</sup> *Ibid*, p. 75 – 85, *passim*.

<sup>121</sup> Cf.: VIDE, 2007. tit. XII , § 41, tit. XV § 60.

<sup>122</sup> PIRES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 47.

O início dessa assistência data de 1737, ano em que começa aparecer nos registros de receita e despesa gastos com pagamentos aos criadores de expostos. A assistência pode estar associada a uma redistribuição da renda arrecadada pela Câmara a partir da cobrança da capitação,<sup>123</sup> que se inicia na capitania de Minas em 1735. Dessa maneira, a assistência aos expostos seria uma forma de retorno de parte dos recursos arrecadados pela Câmara à população.

Por outro lado, o período de implantação da assistência corresponde ao da chegada dos primeiros juízes de fora em Mariana. Nessa localidade, o cargo foi criado em 24 de março de 1730 e preenchido primeiramente pelo Dr. Antonio Freire da Fonseca Osório, a partir de 1731.<sup>124</sup> Podemos, assim, suspeitar que, em tese, a presença de um juiz de fora poderia significar um controle maior da justiça e da administração da região, já que eles não estariam envolvidos nos interesses locais.<sup>125</sup> No mesmo ano em que houve a designação do primeiro juiz de fora na Capitania de Minas, duas outras ações demonstram a preocupação de um controle maior da sociedade, por parte das autoridades:

Publicou-se um bando, que mandava que todos os que soubessem onde se achassem bens de Inácio de Souza e seus sócios e caixeiros, processados e presos pelo crime de falsificarem moeda, o deitassem. Mandou-se despejar todos os ciganos d'esta Capitania.<sup>126</sup>

Portanto, é possível que os juízes de fora tenham se esforçado para implantar as determinações previstas na legislação do reino.

Em relação a esses funcionários régios, cabe destacar José Pereira de Moura, que permaneceu como juiz de fora de Mariana entre 1735 e 1744, justamente no período de implantação da assistência camarária. Além deste cargo, José Pereira de Moura também foi Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, juiz de fora da Vila de Pombal, corregedor do cível de Lisboa, desembargador da Casa de Suplicação, promotor de justiça e corregedor do cível da Corte.<sup>127</sup>

Os pagamentos aos criadores de expostos começavam a partir da matrícula dessas crianças na própria Câmara. As pessoas que desejassem receber o

---

<sup>123</sup> No glossário do livro intitulado *Códice Costa Matoso*, temos como capitação a denominação dada ao tributo semestral pago à casa de intendência do ouro ou do diamante. Foi cobrado no período de julho de 1735 a junho de 1751. Cf. FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999.

<sup>124</sup> PIRES, *op. cit.*, p. 83.

<sup>125</sup> ANTUNES, In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 116 – 117.

<sup>126</sup> REVISTA SEMESTRAL DE HISTÓRIA E GEOGRAPHIA, 1846, p. 61.

<sup>127</sup> FIGUEIREDO; CAMPOS, 1999, p. 21 – 69, *passim*.

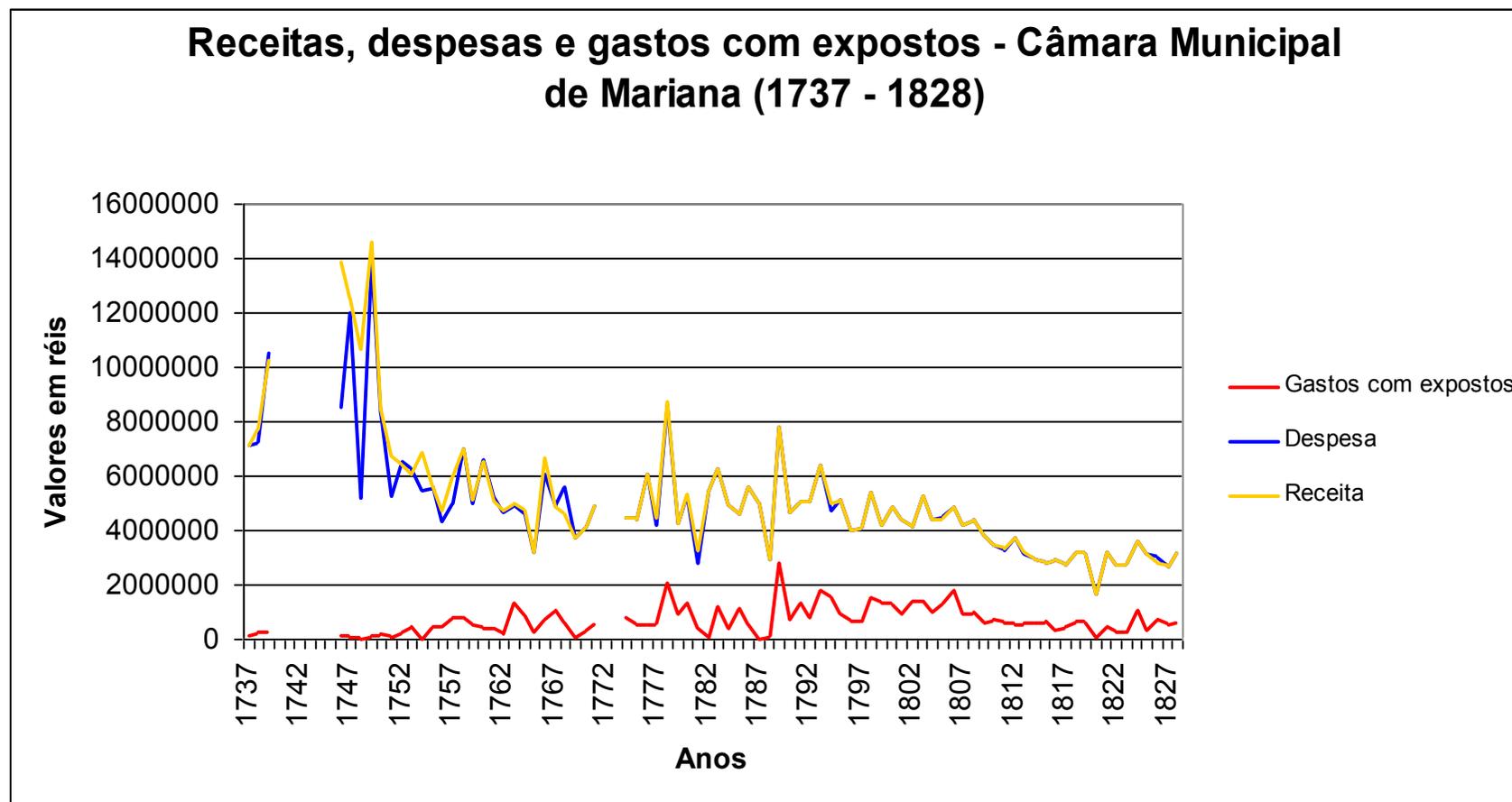
pagamento pela criação de um exposto deveriam se apresentar, registrando o exposto no livro de matrículas. A partir de então seriam responsáveis pela criação dessa criança mediante um pagamento. Laura de Mello e Souza, através da análise dos livros de matrícula de expostos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal (AHCMM), constatou que até 1759 o valor pago por mês para criar um exposto era de três oitavas. Após 1760, este valor caiu para duas oitavas. A autora também observou que, normalmente, a Câmara pagava estas mesadas até as crianças completarem sete anos; porém, nas décadas de 1750 e 1760, era comum o pagamento cessar quando os expostos completavam três anos. De acordo com a autora, o decréscimo nos pagamentos e a restrição do período de assistência nas décadas de 50 e 60 acusam maior dificuldade econômica, que pode ser justificada pela instabilidade causada pela crise mineratória. O decréscimo aurífero, apesar de não ter inviabilizado a vida na capitania de Minas, teve um papel destruturador e gerou a necessidade de uma reestruturação das outras atividades econômicas que eram desenvolvidas.<sup>128</sup>

O gráfico 1 indica as receitas, despesas e o valor gasto com os pagamentos efetuados pela Câmara Municipal de Mariana com a criação de expostos. Percebemos uma relação entre o valor arrecadado pela Câmara e o seu gasto com a assistência, principalmente a partir da década de 1760. No entanto, ao analisarmos a porcentagem desses gastos em relação às demais despesas da Câmara (gráfico 2), podemos verificar sua alteração no decorrer dos anos.

---

<sup>128</sup> SOUZA, 1999, p. 47 – 62; *passim*.

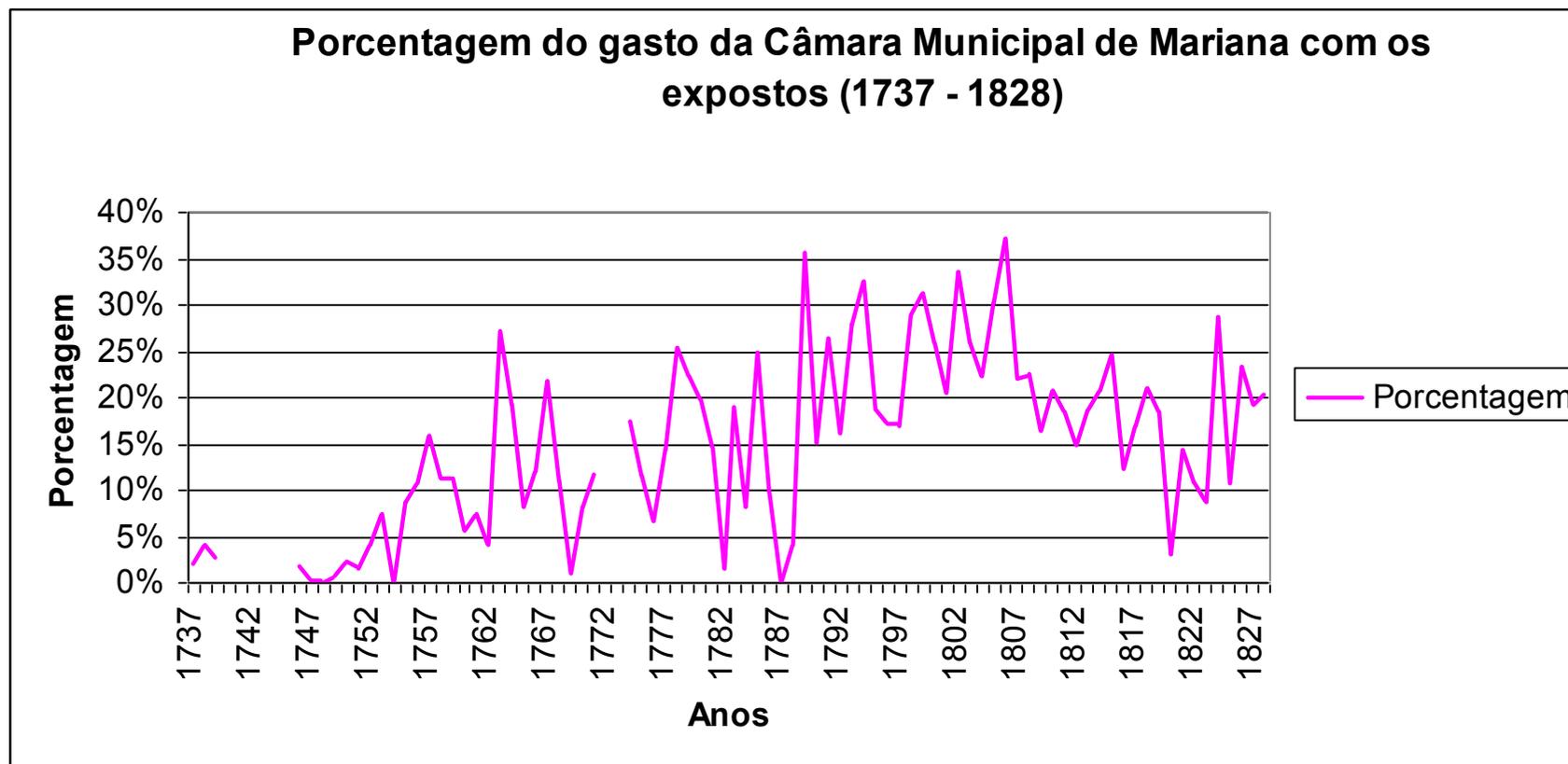
GRÁFICO 1



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1737 - 1828.

\* Não encontramos os registros de receita e despesa para os anos de 1740 a 1745 e 1772 e 1773. Os anos de 1747, 1750 e 1751 podem não estar corretos, pois os registros não estão completos.

GRÁFICO 2



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1737 - 1828.

\* Não encontramos os registros de receita e despesa para os anos de 1740 a 1745 e 1772 e 1773. Os anos de 1747, 1750 e 1751 podem não estar corretos, pois os registros não estão completos.

Para melhor compreensão dessa variação dividimos os gráficos em quatro partes. A primeira compreende o período de 1737 a 1750, época do início da assistência cujo gasto não era elevado. Um segundo momento vai de 1751 a 1771, sendo o período em que os gastos com expostos começam a apresentar porcentagem relevante aos cofres públicos. É nesse momento em que a Câmara Municipal de Mariana adota medidas que procuram limitar o número de meninos e meninas assistidos. O terceiro período compreende os anos de 1774 a 1799 e mostra como, em fins do século XVIII, houve o aumento do número de expostos e, conseqüentemente, dos gastos da Câmara com a assistência. O quarto e último período vai de 1800 a 1828 e nos permite detectar continuidades e mudanças que ocorreram no período pré e pós Independência.

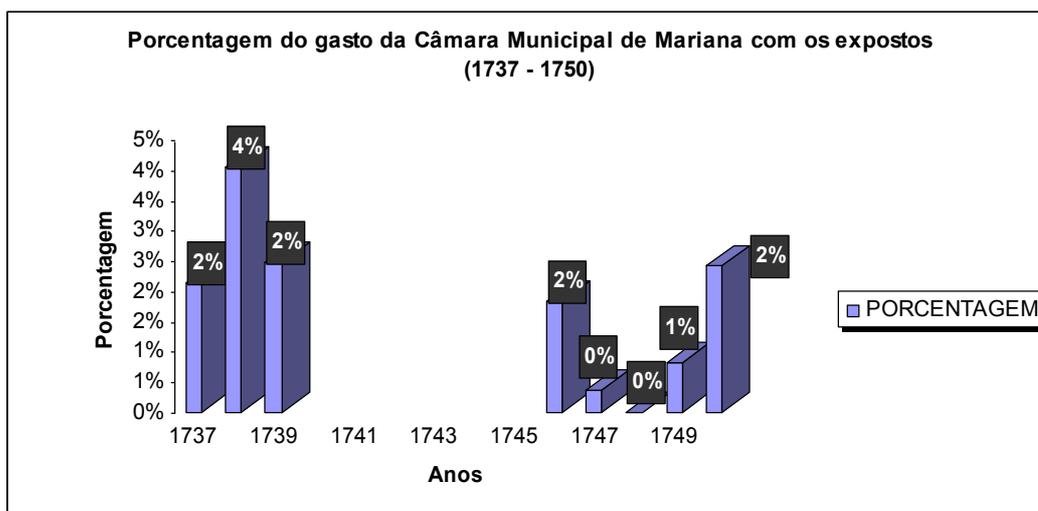
Como se vê, até o ano de 1750, a Câmara Municipal de Mariana teve um gasto inexpressivo com criação de expostos (gráfico 3), sendo o ano de 1738 que registrou a maior porcentagem, 4%. No gráfico 4, percebemos que a Câmara apresentou um aumento de suas receitas, passando a arrecadar em torno de 14:000\$000 no final da década de 1740. A este aumento, podemos associar às mudanças que ocorreram na estrutura da Câmara a partir de 1746. Nessa época, essa instituição ampliou seus poderes, principalmente através da criação de novos cargos, como, por exemplo, o de Juiz das Demarcações de Sesmarias. Outra inovação fundamental - e que esclarece ainda mais o aumento das receitas a partir de 1746 - é a multiplicação do cargo de Juiz de Vintena, que era responsável pela cobrança de pagamentos e dívidas atrasadas.<sup>129</sup>

Durante esse período houve um pequeno aumento do número de expostos que estavam recebendo o pagamento da Câmara (gráfico 5); porém esse aumento não chegou a representar uma elevação significativa na porcentagem de gastos com a assistência, que continuou registrando nessa década o máximo de 2%.

---

<sup>129</sup> VENÂNCIO, 1998, p. 139 – 141.

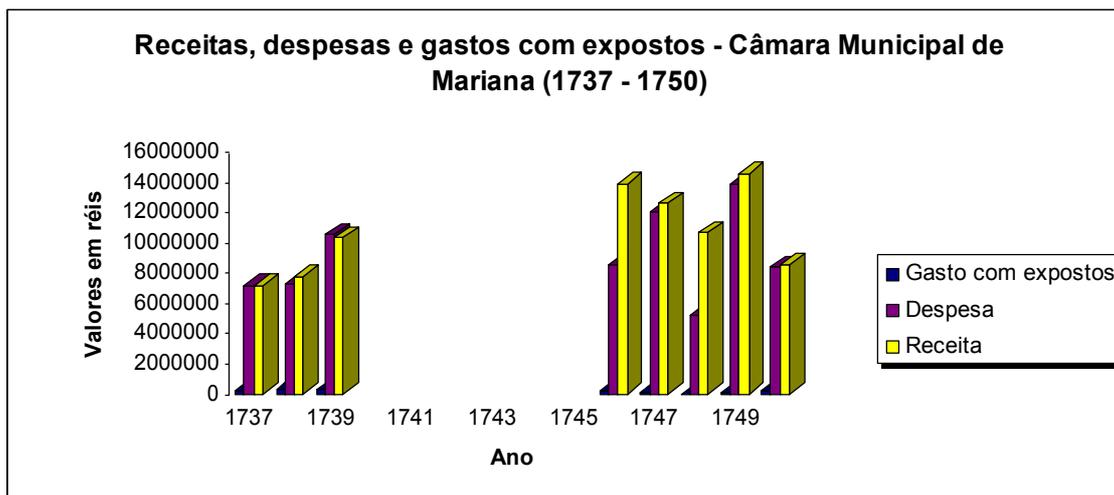
GRÁFICO 3



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1737 - 1750.

\* Não encontramos os registros de receita e despesa para os anos de 1740 a 1745. Os anos de 1747 e 1750 podem não estar corretos, pois os registros não estão completos.

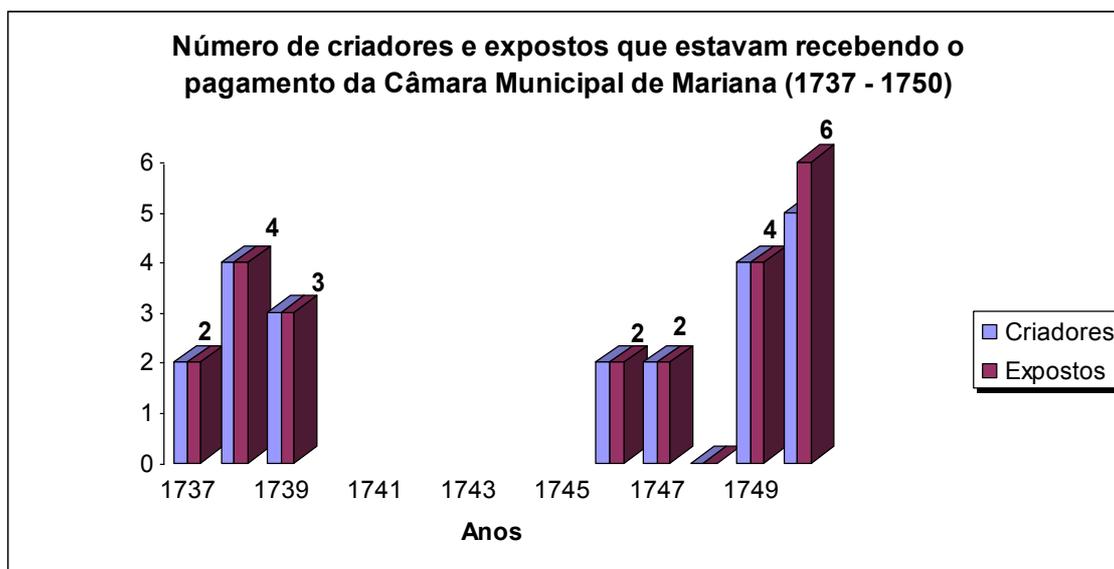
GRÁFICO 4



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1737 - 1750.

\* Não encontramos os registros de receita e despesa para os anos de 1740 a 1745. Os anos de 1747 e 1750 podem não estar corretos, pois os registros não estão completos.

GRÁFICO 5



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1737 - 1750.

\* Não encontramos os registros de receita e despesa para os anos de 1740 a 1745. Os anos de 1747 e 1750 podem não estar corretos, pois os registros não estão completos.

\* Os valores destacados representam o número de expostos. O número de criadores foi suprimido para melhor visualização do gráfico.

Os primeiros anos da década de 1750 nos indicam mudanças se compararmos ao período anteriormente analisado. Primeiramente podemos citar as receitas da Câmara (gráfico 7), que deixam de arrecadar acima de 10:000\$000, para arrecadar por volta de 7:000\$000. O valor mais baixo dessa década é registrado no ano de 1756, no qual a Câmara arrecada apenas 4:725\$330. Outro ponto é o aumento do número de expostos assistidos (gráfico 8), o que ocasionou o aumento da porcentagem de gastos da Câmara direcionados aos criadores de expostos (gráfico 6). Esse gasto chega a representar, em 1757, 16% das despesas camarárias, envolvendo treze expostos que estavam recebendo o pagamento.

Esse acréscimo da despesa com a assistência aos expostos pode justificar a medida da Câmara em reduzir os pagamentos para 2 oitavas a partir de 1760. Os gráficos seguintes também mostram uma maior pressão redistributiva, por parte da população, frente ao poder local, já que o número de crianças assistidas também aumentou.

Ainda na década de 50, podemos citar uma *correição*<sup>130</sup> que menciona os expostos. Datando de 1752, esse documento explicita de forma bem clara o incômodo com os gastos que estavam sendo destinados a essas crianças, principalmente as mulatas e crioulas. Consta no documento

[Fl. 38] Vejo a excessiva despesa que faz este Conselho com a criação dos enjeitados mulatos e crioulos; que até nessa ação há gente de tão larga consciência, que procuram utilizar-se por este sinistro meio, fiados na aceitação, que a Câmara faz de tais inocentes, quando é de presumir não concorrer a qualidade de verdadeiro enjeite; mas sim um conluio entre pais, ou mães, com os apresentantes, fingindo a exposição deles só para ao [?] que esperam: Sendo maior fundamento para esta credulidade a lassidão com que neste país se não faz caso, que as mulatas, e pretas cheguem a pejar; pois ou sejam escravas, ou forras nenhum descrédito se segue a semelhante casta de gente de se lhe saber do sucesso da sua leviandade, e assim não sendo por esta causa, menos pode obrigar a razão da pobreza [Fl. 38v] para haverem tantos enjeitados, porque para a primeira criação, bastante é [?] providência que tem as próprias mães, principalmente não sendo esta de qualidade de que trata a Ord.L<sup>o</sup>.1<sup>o</sup>.tt<sup>o</sup>.87 § 11.<sup>131</sup>

O Provedor da Comarca destaca preocupação com os altos gastos que a Câmara direcionava ao pagamento de expostos e a sua tentativa de evitar fraudes por parte de pais e mães que tinham como objetivo aproveitar destes pagamentos. Interessante também notarmos que, logo no princípio do texto citado, é destacado a insatisfação com os altos gastos com a criação de expostos mulatos e crioulos, além de afirmarem que as mães pretas e mulatas eram mais propensas a fingir a exposição de seus filhos.

Laura de Mello e Souza constata que no ano de 1753, ou seja, um ano após o documento acima, a Câmara se recusou a pagar a criação de três crianças mulatas.<sup>132</sup> A autora considera esse ato como uma discriminação racial. Porém, através da leitura do mesmo documento, também podemos associar essa recusa a duas outras questões. Uma delas seria a preocupação da Câmara com o número de expostos matriculados e as despesas cada vez mais significativas que estavam sendo destinadas aos criadores, a outra seria a desconfiança da veracidade da condição dos expostos.

<sup>130</sup> As correições apareciam no final dos registros de receita e despesa. Através delas o Provedor da Comarca dava o seu parecer sobre como estavam sendo gastos os recursos da Câmara. No século XIX elas aparecem com o nome de Provimentos.

<sup>131</sup> AHCMM, Correição do ano de 1752, códice 176, fl. 38 – 38 v.

<sup>132</sup> SOUZA, 1999, p. 63 – 79, *passim*.

Souza também destaca um caso ocorrido em 1762, envolvendo um exposto negro, que foi devolvido ao respectivo senhor após descobrirem que era filho de uma escrava de seu plantel.<sup>133</sup> De acordo com esta *correição*

[Fl. 38v] Quanto aos pretos mando que se não aceitem não só pelas razões acima ponderadas, mas também para se evitar assim o prejuízo de terceiros; considerando na maliciosa cautela, com que as mães (comumente escravas) ocultam os fetos, e os expõe para ficarem libertos, o que assim não sucederá, fechando a eles as portas à sua maldade com esta privação; porque ainda a dúvida de os aceitarem, ou não em outra parte não é de presumir, que o amor paternal os expostos a morrerem por falta [Fl. 39] de criação.<sup>134</sup>

Como foi dito no tópico anterior, o alvará de 1775 considerou os expostos ingênuos e livres. Porém, já em 1752, ano da dita *correição*, é destacada a possibilidade de exposição de filhos, por parte das escravas, para que esses fossem considerados livres. A proibição de se aceitar a matrícula de pretos procura evitar, portanto, o prejuízo causado por senhores de escravos.

Ainda na *correição* percebemos a determinação sobre como seria os pagamentos da Câmara.

[Fl. 38v] Quanto mais, que nem ainda havê-los, era justo, que tal despesa se fizesse pois estes enjeitados não são de melhor condição (antes mais inferiores) do que os órfãos de que trata a mesma Lei § 13 ef. Legg; os quais chegando a idade de sete anos, ficam dali em diante obrigados a servirem dez anos às pessoas, que os criaram até aquela idade de sete anos.

Isto mesmo se deve praticar com os enjeitados brancos, e mulatos, facultando-se pela mesma Câmara às pessoas, que os apresentarem servirem-se dos tais enjeitados da idade dos sete anos aos quatorze; e para a criação de leite, havendo sobejos, concorrerá a Câmara com três oitavas de ouro por mês, pelo tempo de um ano, e no caso de não haverem os ditos rendimentos, lançarão os oficiais da Câmara finta pelas pessoas, que nas fintas, e encargos do Concelho são obrigados a pagar na forma da mesma Lei dito § 11 infine.

(...)

[Fl. 39] E pelo que respeita aos enjeitados, que presentemente se acham recebidos, e matriculados nos livros da Câmara, aqueles que tiver passado o tempo de um ano de criação de leite, não lhes concorra mais com despesa alguma, e somente se faculte aos representantes a remuneração com o serviço do mesmo enjeitado na forma sobredita”.<sup>135</sup>

<sup>133</sup> SOUZA, 1999, P. 63 – 79, *passim*.

<sup>134</sup> AHCMM, *Correição do ano de 1752*, códice 176, fl. 38v – 39.

<sup>135</sup> *Ibid*, fl. 38v – 39.

Os pagamentos só seriam efetuados caso a renda superasse o valor que já era destinado às outras despesas. O texto do documento também destaca que o exposto deveria prestar serviços aos criadores, após o tempo de criação e procura determinar o prazo máximo para o recebimento dos pagamentos.

Voltando ao gráfico 6, podemos observar que de nada adiantou as tentativas de redução dos gastos dos expostos. Mesmo com a diminuição do valor pago, e evitando prestar assistência às crianças mulatas e pretas, o que percebemos é que, a partir de 1760, os referidos gastos continuaram aumentando. Para esse período, também se observa uma variação muito grande entre as porcentagens: no ano de 1769 a Câmara gastou 1% para esse fim; e 27% no ano de 1763.

A década de 1760 também apresenta valores ainda menores ao analisarmos a receita da Câmara Municipal – com exceção do ano de 1766 – e o aumento significativo do número de criadores e expostos que estavam recebendo o pagamento. Na década de 1750, a média de crianças que recebiam assistência por ano era de 8,2; na década de 1760, esse valor sobe para 16,3.

O aumento da porcentagem dos gastos com a criação dos expostos, assim como a queda nas receitas da Câmara e o aumento do número de expostos que estavam recebendo pagamentos nos leva a pensar que, a partir da década de 1750, o declínio da extração aurífera, apesar de não ter inviabilizado o sistema sócio-econômico de Mariana, causou o empobrecimento da sua sociedade. Logo, muitas famílias se tornaram menos capacitadas para absorver informalmente as crianças abandonadas, recaindo cada vez mais a responsabilidade sobre a Câmara. Também podemos relacionar o aumento da exposição de crianças ao aumento da população. Segundo Carla Almeida, a partir da década de 60, Mariana apresentou uma expansão do seu território em decorrência do declínio da atividade mineratória e da ocupação de áreas situadas na Zona da Mata, aumentando consequentemente a sua população.<sup>136</sup>

No entanto, não podemos associar a esse aumento apenas fatores que ocorreram na região de Mariana. Várias outras localidades - ao se analisar a exposição de crianças a partir da metade do século XVIII - apresentam um quadro semelhante. Como afirma Franco, em seu estudo para Vila Rica,

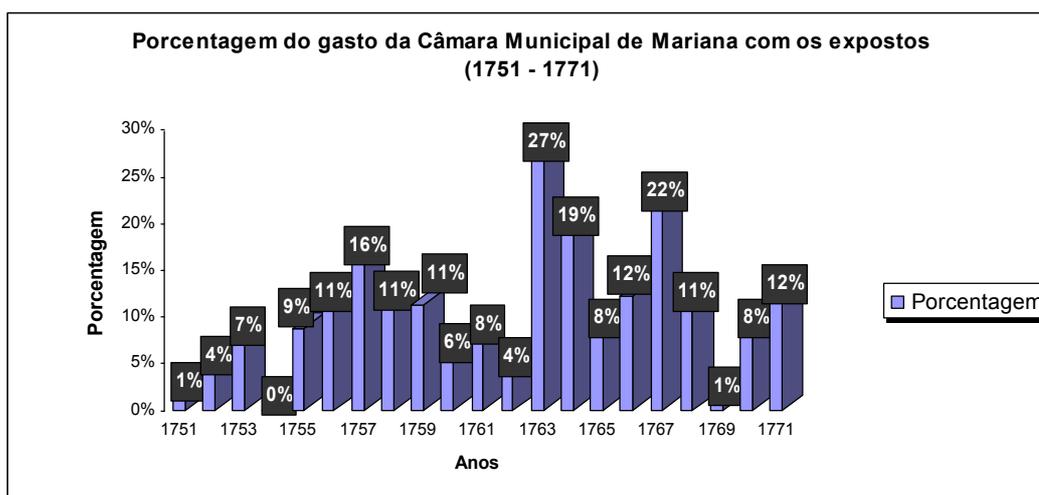
---

<sup>136</sup> ALMEIDA, 1994, P. 52 – 53.

Contudo, a associação entre as incontáveis descrições de *decadência* econômica e o aumento de enjeitados não deve ser feita livremente sob a pena de se produzir generalizações excessivas. Como dito anteriormente, o enjeitamento de crianças não foi exclusivo de Vila Rica ou da capitania, sequer da América Portuguesa, portanto, não há interpretação unívoca que responda exclusivamente o aumento de enjeitados nesse período [grifo do autor].<sup>137</sup>

Ao que se parece, a partir da metade do século XVIII, dentre outros fatores específicos de cada região analisada, o que se vê é uma expectativa da população frente às autoridades quanto a práticas assistencialistas. Para o caso específico de crianças abandonadas em Mariana, percebemos essa expectativa da população ao analisarmos o grande aumento do número de criadores e expostos que recebiam o pagamento da Câmara a partir da década de 1760. Se antes da década de 50 o número de expostos encontrados nos registros de Receita e Despesa havia sido no máximo seis, para 1767 esse número chega a cinquenta e um.

GRÁFICO 6

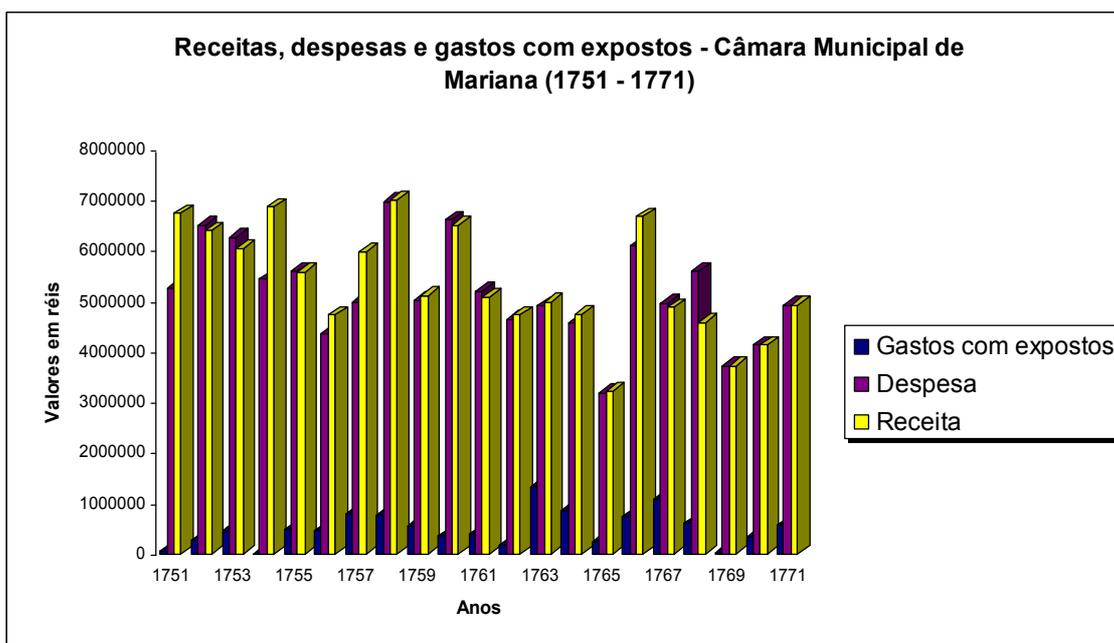


Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1751 - 1771.

\* O ano de 1751 pode não estar correto, pois os registros não estão completos.

<sup>137</sup> FRANCO, In: VENÂNCIO, 2010, p. 148.

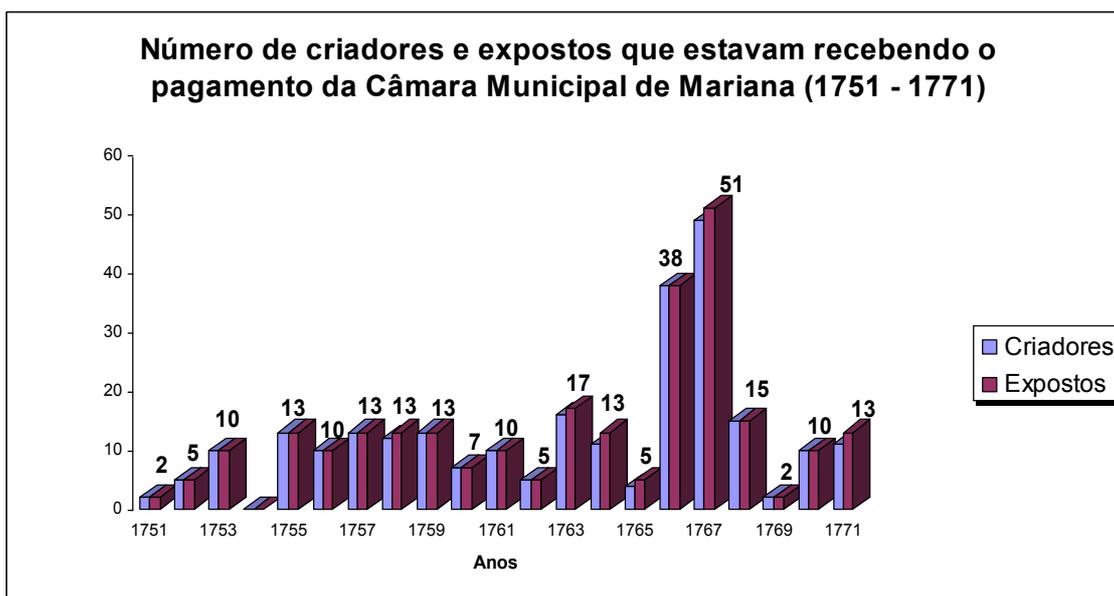
GRÁFICO 7



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1751 - 1771.

\* O ano de 1751 pode não estar correto, pois os registros não estão completos.

GRÁFICO 8



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1751 - 1771.

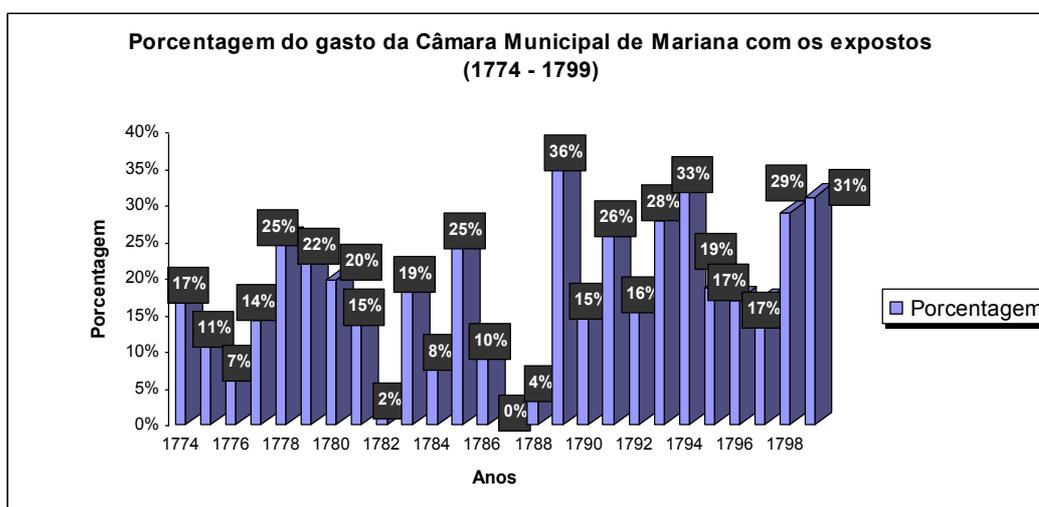
\* O ano de 1751 pode não estar correto, pois os registros não estão completos.

\* Os valores destacados representam o número de expostos. O número de criadores foi suprimido para melhor visualização do gráfico.

A partir de 1774 raros são os anos em que o gasto foi menor que 10% (gráfico 9). De 1774 a 1799, apenas 5 anos apresentaram valores inferiores a esse. Foi a partir de então que vemos os gastos com expostos extrapolando os 30%. No ano da Inconfidência Mineira, por exemplo, tal índice chega a 36%. Portanto, podemos suspeitar que, em épocas de conflitos políticos, a Câmara intensificava seu papel redistributivo, direcionando uma porcentagem maior de suas despesas a práticas assistencialistas. Além do aumento do gasto com o pagamento aos criadores de expostos, o ano de 1789 também é caracterizado por um aumento na receita (gráfico 10). Em 1788, a Câmara Municipal de Mariana arrecada 2:946\$442; em 1789, esse valor chega a 7:809\$877; no ano seguinte há uma queda – 4:669\$913 – e depois a receita volta a se estabilizar. Ou seja, em anos de conflito, parece haver também uma intensificação do controle tributário da população. Só isso justificaria esse aumento tão significativo das receitas.

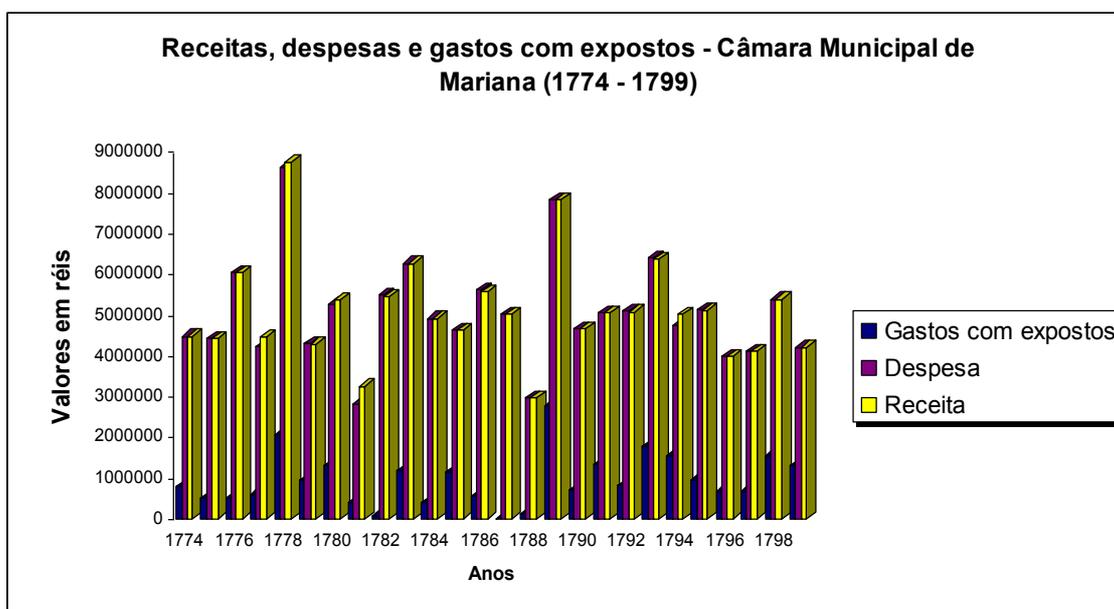
Foi também a partir da década de 1770 que vemos um número cada vez maior de pessoas que recebiam pela criação de mais de um exposto (gráfico 11). O ato de criar filhos alheios, mediante um pagamento da Câmara, foi se tornando comum na sociedade marianense. Durante esse período, matricular mais de uma criança poderia significar mais recursos e um maior número de mão de obra, em uma sociedade já empobrecida depois do auge da mineração.

GRÁFICO 9



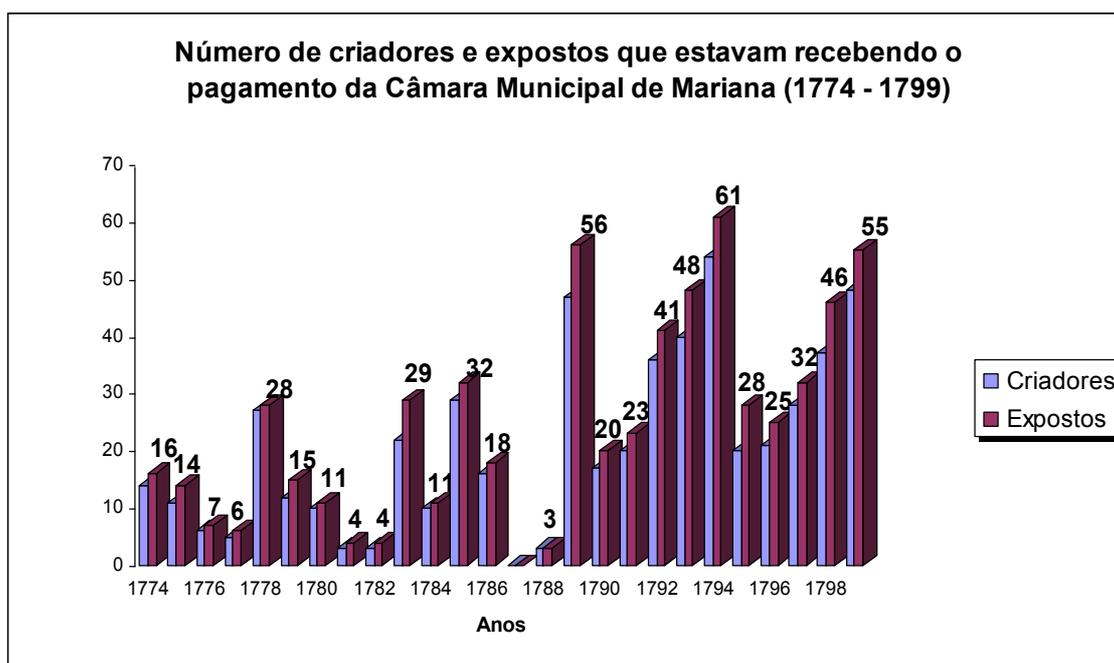
Fonte: AHCM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

GRÁFICO 10



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

GRÁFICO 11



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

\* Os valores destacados representam o número de expostos. O número de criadores foi suprimido para melhor visualização do gráfico.

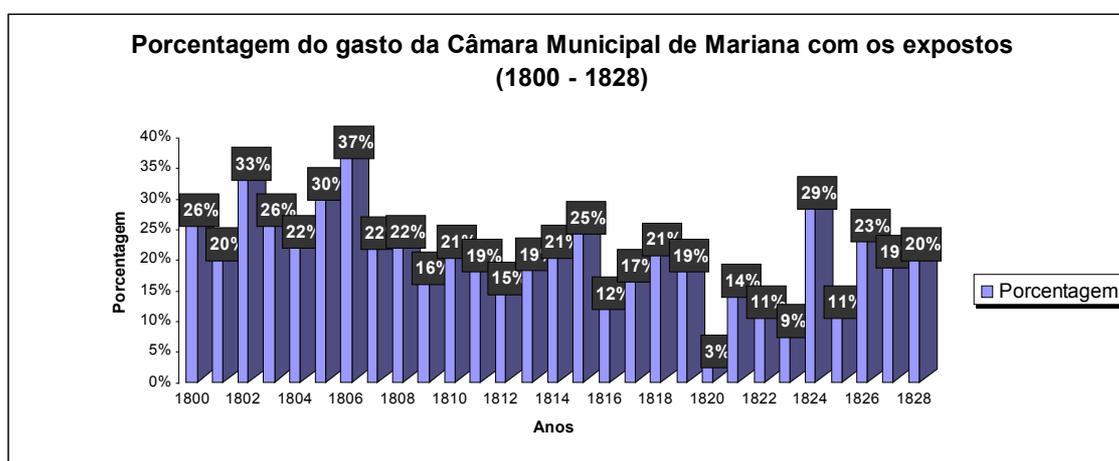
O século XIX seguiu a mesma tendência do final do século XVIII (gráfico 12). Com variações um pouco menores se comparada às outras épocas analisadas,

esse período foi o que apresentou a média de gastos mais alta – 20% –, sendo o ano de 1806, o de maior porcentagem com o gasto dessa assistência para o período analisado, 37%. O número de expostos e criadores assistidos também apresentou número elevado, principalmente nos primeiros anos desse século (gráfico 14). Percebemos também uma queda gradativa das receitas da Câmara, apresentando apenas em 1820 uma queda brusca – 1819 a receita é de 3:143\$593  $\frac{1}{2}$  e em 1820 esse valor cai para 1:639\$611  $\frac{1}{4}$ . Esse também é o ano que apresenta a menor porcentagem com o gasto dos expostos, 3%.

Na época da Independência do Brasil, percebemos uma alteração no quadro, porém não tão significativa como o registrado na época da Inconfidência Mineira. Como analisamos acima, foi nos dois anos antes da Independência que registramos os índices mais baixos para o período analisado. Os dois anos seguintes, 1821 e 1822, apresentam um índice um pouco maior, chegando a 14% e 11% respectivamente. Depois da Independência esse número volta a abaixar, registrando 9% para o ano de 1823. A partir de 1824, sobe bruscamente, chegando a 29%.

Nos primeiros anos da Independência não percebemos uma mudança significativa, se compararmos com o período colonial. O que vemos para o século XIX é uma gradativa diminuição da porcentagem dos gastos com os expostos, assim como do número de expostos e criadores que recebiam pagamentos. Essa diminuição pode estar associada à respectiva diminuição das receitas da Câmara Municipal de Mariana.

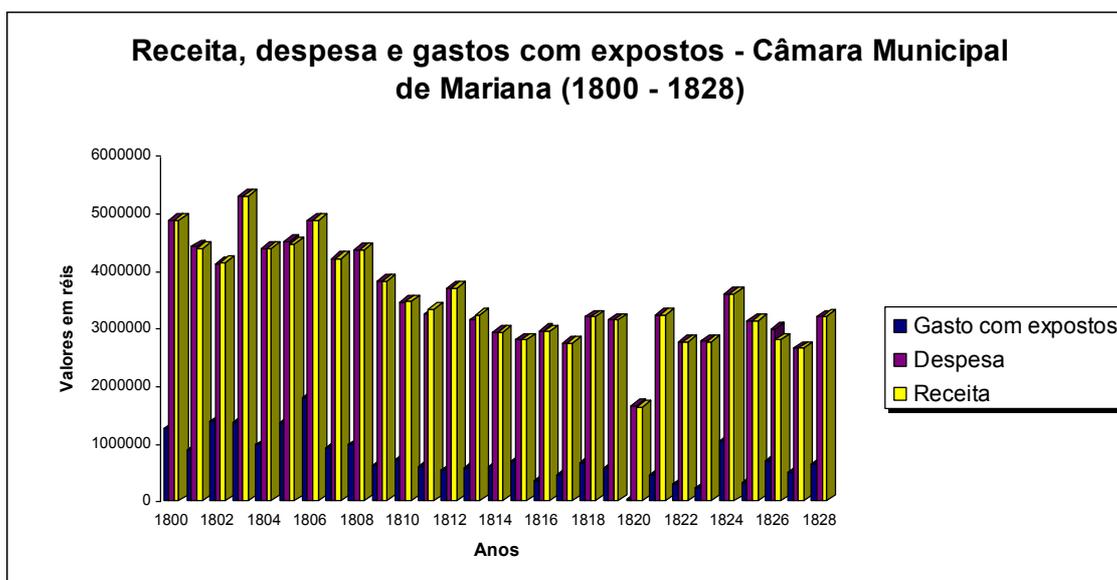
GRÁFICO 12



Fonte: AHCM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

\* O ano de 1820 pode não estar correto, pois nem todas as despesas desse ano são discriminadas.

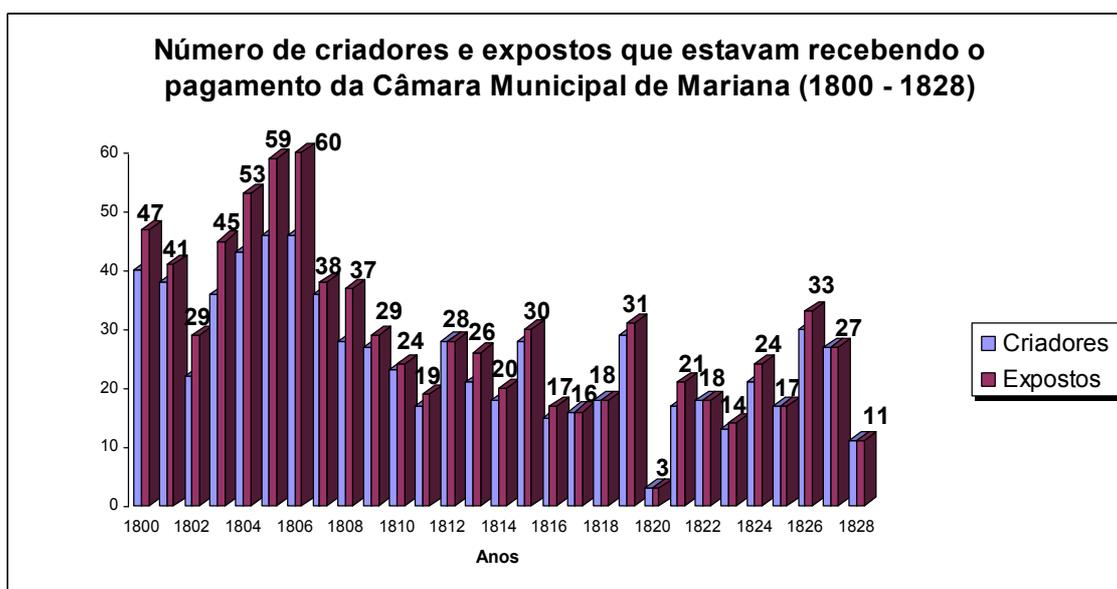
GRÁFICO 13



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

\* O ano de 1820 pode não estar correto, pois nem todas as despesas desse ano são discriminadas.

GRÁFICO 14



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1774 - 1799.

\* O ano de 1820 pode não estar correto, pois nem todas as despesas desse ano são discriminadas.

\* Os valores destacados representam o número de expostos. O número de criadores foi suprimido para melhor visualização do gráfico.

Porém, no século XIX há uma mudança nos discursos apresentados nas *correições*. Em 1822 consta na *correição*

[Fl. 53v] Os documentos dos salários das amas dos expostos, combinadas com os das outras despesas oferecem circunstancias odiosas, e da injustiça ser mais manifesta encontra se nos primeiros que se mandam passar os Mandados – observados os Provimientos -, e mandando estes que não havendo dinheiro bastante se faça rateio entre os Credores, acha se com efeito não se ter pago às amas por inteiro. Nos segundos porem tal classe esta se não encontra, do modo que não há rateio para o homem dos foguetes, e para o da cera, pólvora, e ainda para o do milho e capim dos cavalos do Estado de S. Jorge; e pelo contrario o há para amas, que aliás são credores privilegiados!!! Alem disso encontra se que de ordinário se paga a estas, consignando se lhes foros, que elas têm de cobrar dos foreiros, fazendo assim recolher sobre estas miseráveis o trabalho de uma cobrança, que a Lei tem incumbido a Câmara, e obrigando as a andarem de porta em porta para haverem salários, que lhes devem ser pagos à boca do Cofre; e pelo contrário vê se que se não paga em consignação de Foros, nem as propinas dos Membros da Câmara, nem aos outros credores, a não ser a alguém, que tendo ela mesmo foreiro requer que se lhe faça encontro!!! Uma humilhante preferência é tanto mais odiosa quanto as consequências que pode ter um semelhante modo de proceder são terríveis; ao mesmo tempo que do procedimento contrário nada poderia resultar de importante, pois em ultima análise o mais que se poderia seguir seria [r.g] o fogueteiro não querer fazer os foguetes. Não haja porém foguetes, nem cera, e se necessário for, falta até capim, e milho para os cavalos do Estado de S. Jorge, e não falem em mulheres que se encarreguem de criar os expostos com amor, e caridade ora isto é que poderá faltar se estiverem em pânico as amas, e [fl. 54] as continuarem a tratar com tanta injustiça.

Recomendo pois aos Vereadores que não só haja de fazer desaparecer uma diferença que tanto escandaliza por todos os princípios, mas até estabeleça como regra, que os salários das amas dos enjeitados sejam as primeiras despesas a atender na distribuição dos dinheiros do Concelho.<sup>138</sup>

Se no princípio do século XVIII as amas só receberiam em caso de sobejos das receitas, no século XIX elas são consideradas credoras privilegiadas.

Não podemos concordar com a afirmação de Figueiredo, que ao tratar sobre a referida assistência sugere que

Embora o tema mereça ainda pesquisa para Minas colonial, provavelmente o número de expostos durante o século XVIII não foi tão grande como o alarde que faziam as Câmaras Municipais, sobrecargas com a sustentação das crianças abandonadas em sua jurisdição.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> AHCMM, Correição do ano de 1822, códice 379, fl.53v – 54.

<sup>139</sup> FIGUEIREDO, 1999, p. 122.

Através da análise das receitas e despesas da Câmara o que percebemos é que apesar de algumas restrições – como a recusa pelo pagamento de crianças mulatas e negras, a preocupação constante de evitar fraudes por parte dos pais, a possibilidade que os criadores tinham de não receberem seus pagamentos em dia, e até mesmo a redução do pagamento a partir de 1760 – a Câmara foi obrigada a destinar parte expressiva de seus recursos aos criadores de expostos. No final do século XVIII e início do XIX, dentre todas as outras despesas, mais de 30% era destinada a esta assistência.

Como já dissemos anteriormente, para justificar o aumento do número de expostos registrados na Câmara, principalmente a partir da década de 70, não há uma explicação única. Podemos apontar algumas sugestões. A institucionalização do abandono seria uma delas. A partir do momento em que uma instituição se responsabiliza pela criação dos expostos, o abandono se torna um ato cada vez mais aceito pela sociedade, apresentando-se como uma prática comum entre seus habitantes. Antes do estabelecimento da assistência camarária, abandonar uma criança poderia representar um infanticídio disfarçado. A institucionalização muda essa situação, multiplicando o número de famílias acolhedoras, que agora tinham chance de receber recursos monetários pela criação do enjeitado.

Além do mais, como a própria *correição* de 1752 afirma, os criadores poderiam utilizar as crianças enjeitadas como mão de obra. Podemos sugerir, portanto, que seria uma opção aos que não tivessem condições de comprar um escravo.

Com o adestramento completado entre nove e doze anos, qualquer menino ou menina participava das tarefas cotidianas de limpar, descascar, cozinhar, lavar, alimentar os animais domésticos, remendar roupas, trabalhar madeira, pastorear, estrumar a plantação, regar a horta, pajear crianças menores da própria casa ou dos vizinhos, levar recados ou carregar mercadoria.<sup>140</sup>

A migração, principalmente dos homens, também pode ter colaborado para o aumento no número de expostos. A mobilidade social, comumente relacionada a famílias mais pobres e a áreas urbanas e mineradoras,<sup>141</sup> provavelmente foi uma característica da cidade de Mariana, principalmente na época de decadência da extração aurífera a partir de 1750. Muitos homens podem ter deixado suas casas a

---

<sup>140</sup> PRIORE, In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 506.

<sup>141</sup> FARIA, 1998, p. 400.

procura de novas áreas para a mineração. As mulheres, ao ficarem sozinhas e sem ter como prover suas famílias, podem ter visto a “circulação de crianças” como uma solução para os problemas de sobrevivência. Donald Ramos, ao fazer uma história comparativa e traçando semelhanças entre o norte de Portugal e Minas, afirma

Ao norte de Portugal, o abandono de crianças e a emigração masculina estavam, assim, associados à difícil situação econômica (...). O abandono de crianças e a migração masculina foram respostas sociais a essa situação e tinham conseqüências semelhantes: ambos reduziam o número de membros da família.<sup>142</sup>

---

<sup>142</sup> RAMOS, 2008, p. 139.

## **Capítulo IV – Estruturas domiciliares de Mariana: ambiente familiar das crianças abandonadas e “alheias”**

No presente capítulo, iremos analisar o ambiente familiar no qual residiam as crianças que não conviviam no mesmo domicílio de seus respectivos pais. Para isso, utilizamos uma Lista de Habitantes da área urbana da cidade de Mariana de 1819.

Em uma primeira análise, procuramos traçar o perfil geral da sociedade marianense dessa época. Ela serviu como parâmetro de comparação para as análises seguintes, as quais procuram caracterizar o perfil domiciliar das sobreditas crianças. Esse segmento foi dividido em duas categorias. A primeira diz respeito às crianças que aparecem na lista como “expostas”. Como já vimos anteriormente, essa era a designação usada para as crianças que haviam sido abandonadas pelos pais.

A outra categoria abrange aquelas que são listadas como agregadas ou sobrinhas dos chefes de domicílio. A partir desse capítulo, iremos chamá-las de “crianças alheias”, para as diferenciarmos das “crianças expostas”.

### **4.1 Perfil dos domicílios em Mariana**

Para que possamos compreender em qual ambiente domiciliar residiam crianças, especificadamente aquelas que não conviviam com os pais biológicos, é importante que saibamos como se dava a organização dos domicílios na cidade de Mariana. Com esse intuito, analisamos as estruturas domiciliares da dita cidade no ano de 1819 e percebemos como as famílias se organizavam em suas casas. Para isso, utilizamos a Lista de Habitantes encontrada no AHCMM, que data de 1819 e que abrange a área urbana do Termo de Mariana.<sup>143</sup>

---

<sup>143</sup> No AHCMM, encontramos outras Listas de Habitantes que abrangem outras regiões do Termo de Mariana. Porém, optamos por utilizar apenas uma, pois, apesar de seguirem um padrão, percebemos uma organização diferente dependendo de cada recenseador (Por exemplo, há listas que o recenseador não especifica se os moradores são agregados, escravos ou da família do chefe de domicílio). Para o nosso objetivo, que é analisar as estruturas domiciliares que contém crianças que não estaria residindo com os pais biológicos, fazer uma análise com mais de uma lista, poderia gerar equívocos.

As Listas de Habitantes eram feitas normalmente através de iniciativas oficiais do Governo. A que iremos analisar no presente capítulo foi feita devido à ordem de 4 de maio de 1819. Houve outras iniciativas, como, por exemplo, o ofício de 25 de agosto de 1831, que gerou uma grande quantidade de Listas, não apenas para o Termo de Mariana, mas também para outras regiões de Minas Gerais.

O principal objetivo dessas listas era o conhecimento da população para uma cobrança mais efetiva dos impostos, sendo os responsáveis pela coleta de informações os recenseadores e a própria população.<sup>144</sup> Essas listas eram organizadas da seguinte maneira: divididas por domicílios e para cada um deles era feita a listagem dos moradores. Além dos nomes também contamos com informações como a qualidade, o estado civil, a idade e o estabelecimento de cada morador.

Através dessas informações, fizemos dois tipos de análises. Uma que contempla as estruturas domiciliares, destacando a presença ou não de escravos e agregados nos domicílios e as formas de organização familiar existente; e outra análise, focada no perfil dos chefes de domicílio, onde procuramos destacar o sexo, o estado civil e a qualidade.

#### ***4.1.1 Estruturas domiciliares da área urbana de Mariana em 1819***

Ao observamos as estruturas domiciliares dessa região, a primeira análise feita foi a presença de escravos e/ou agregados nos domicílios. Como o nosso estudo é sobre a presença de crianças que não residem com os pais, é interessante saber se era comum a presença de outras pessoas, que não parentes do chefe de domicílio, residindo na mesma casa.

Percebemos que a condição destacada acima é verdadeira. A Tabela 11 nos mostra que 35% residiam apenas com membros de sua família, enquanto 65% moravam também com escravos e/ou agregados. Na maioria das casas encontra-se principalmente a presença de agregados. Elas representam 60%. Já a presença de escravos é mais equilibrada, com poucos domicílios a mais contando com a presença de pessoas nessa condição. Temos 51% dos domicílios com escravos e 49% sem nenhum escravo.

---

<sup>144</sup> MORENO, 2007, p. 13.

TABELA 1

Presença de escravos e/ou agregados nos domicílios da área urbana de Mariana (1819)

Presença de escravos e/ou agregados	Número	Porcentagem
Com escravos e/ou agregados	221	65%
Sem escravos e/ou agregados	118	35%
TOTAL	339	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 2

Presença de escravos nos domicílios da área urbana de Mariana (1819)

Presença de escravos	Número	Porcentagem
Com escravos	173	51%
Sem escravos	166	49%
TOTAL	339	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 3

Presença de agregados nos domicílios da área urbana de Mariana (1819)

Presença de agregados	Número	Porcentagem
Com agregados	136	40%
Sem agregados	203	60%
TOTAL	339	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A outra análise feita é sobre as estruturas domiciliares. Vários historiadores propuseram tipologias para identificar os domicílios. O primeiro deles foi Frédéric Le Play, que descreve três tipos de organização: a família patriarcal, a família estirpe ou *souche* e a família instável. A família patriarcal seria determinada por um grande grupo familiar que incluía vários membros. Este modelo era caracterizado pela estabilidade, autoridade, linhagem e tradição. O outro tipo de organização, a família estirpe, também tinha um elemento patriarcal estável e um grande número de pessoas, mas é caracterizada principalmente pela coresidência e a sucessão de um dos filhos do patriarca e de seus descendentes,

embora residissem também outros filhos solteiros. Já a família instável é aquela constituída apenas pelo casal e pelos filhos solteiros.<sup>145</sup>

A partir da década de 1970, começaram a surgir estudos demográfico-históricos sobre as estruturas familiares brasileiras e alguns historiadores determinaram tipologias que podem ser aplicadas para o Brasil. Para a análise que faremos a seguir optamos utilizar a tipologia determinada por Eni de Mesquita Samara (Tabela 14); tipologia a qual foi construída sob bases empíricas dos arranjos familiares paulistas do início do século XIX. Essa escolha se justifica por enquadrar melhor nos tipos de organizações familiares encontrados em Mariana em 1819. Além do mais, ela procura destacar a presença ou não de agregados e escravos nos domicílios; informação pertinente para a nossa análise.

Na área urbana de Mariana em 1819, encontramos dois tipos de estruturas domiciliares predominantes, os domicílios desconexos e os aumentados. Em ambos, há a presença de escravos e/ou agregados. A diferença entre essas duas tipologias é que nas desconexas não há filhos, netos ou parentes dos chefes de domicílio na residência, enquanto nas aumentadas temos a presença de um grupo familiar. Juntas, essas duas tipologias representam 63% dos domicílios marianenses, sendo 31% domicílios desconexos e 32% os aumentados.

Ao levarmos em consideração o número de pessoas que residia em cada casa, não podemos afirmar que esses dois tipos de domicílios eram numerosos. Uma residência com um casal, filhos e mais um escravo é considerada uma residência aumentada, assim como um indivíduo e mais um agregado é considerado um domicílio desconexo.

Em terceiro lugar, encontramos os domicílios nucleares, ou seja, aqueles em que residem um casal, um casal com filhos e/ou netos ou um indivíduo com filhos e/ou netos. Essa tipologia representa 18% dos casos. Em 13% deles encontramos os domicílios considerados singulares, que significam domicílios em que reside apenas uma pessoa. Os domicílios que contabilizam apenas 6% são aqueles que não têm um chefe definido. Essas pessoas podem ser parentes ou não. Essa é a única tipologia que não conseguimos afirmar se há a presença ou não de escravos e/ou agregados. No entanto, analisamos essas 20 residências e percebemos que em 12 delas há escravos ou agregados. Com o menor número de

---

<sup>145</sup> MORENO, 2007, p. 27; ANDRADE, 2001, p. 2.

TABELA 4

Tipologia proposta por Samara para os domicílios paulistas oitocentistas  
Estrutura das famílias e domicílios: categorias e classes

<b>Categoria</b>	<b>Classe</b>
1. Singulares	1. indivíduo só
2. Desconexas	2a. indivíduo com escravos, agregados e outros ou composições várias com esses elementos 2b. casal (idem) 2c. fogos com chefe definido mas ausente (idem)
3. Nucleares	3a. casal 3b. casal com filhos e netos ou composições várias com esses elementos 3c. Indivíduo (idem)
4. Extensas	4. Idem 3a, 3b e 3c mais parentes
5. Aumentadas	5a. Indivíduo (com filhos, netos ou parentes) mais agregados, escravos e outros ou composições várias com esses elementos, desde que incluíssem parte das primeiras categorias e uma ou mais das últimas 5b. Casal (idem)
6. Fraternas	6a. Domicílios sem chefe com vários elementos parentes ou não 6b. Idem mais escravos e agregados ou qualquer uma dessas categorias

Fonte: ANDRADE, Cristina Viegas de. “Domicílios mineiros chefiados por mulheres em 1831/1832”: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM). *XXIV General Population Conference*, Salvador, agosto/2001. Retirado do site: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT\\_Pop\\_Hist\\_Andrade\\_Text.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Hist_Andrade_Text.pdf). Acessado em: 10 de maio de 2010

domicílios, encontramos os extensos, quantificando apenas um e não chegando a representar nem 1%. Esses domicílios são idênticos aos nucleares, porém, também contam com a presença de outros parentes, além dos filhos e netos.

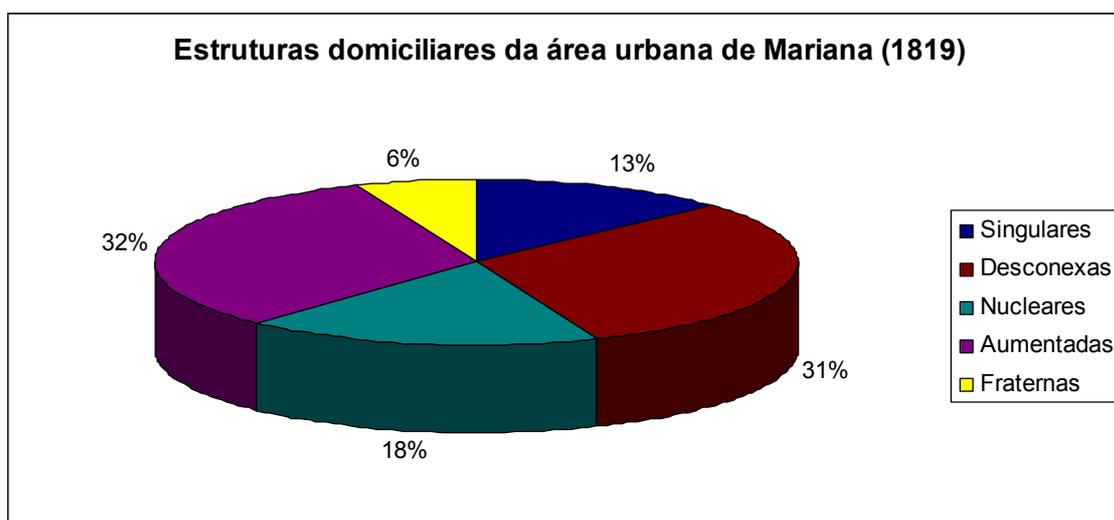
TABELA 5

Tipologia das estruturas domiciliares da área urbana de Mariana (1819)

Tipologia das estruturas familiares	Número	Porcentagem
Singulares	43	13%
Desconexas	105	31%
Nucleares	62	18%
Extensas	1	0%
Aumentadas	108	32%
Fraternas	20	6%
TOTAL	339	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

GRÁFICO 15



Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Vejamos agora a análise dos chefes de domicílio da cidade de Mariana.

#### ***4.1.2 Perfil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana em 1819***

Consideramos os chefes de domicílio a primeira pessoa citada entre os demais moradores de cada residência. Para cada um dos 339 nomes coletados, observamos o sexo, a qualidade, o estado civil e a idade. Através desses dados, podemos apontar algumas características desses chefes.

Ao observarmos o sexo desses moradores, percebemos um equilíbrio entre homens e mulheres chefiando domicílios, com uma pequena superioridade do número de mulheres, que representavam 51%.

TABELA 6

Sexo dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819)

<b>Sexo</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Homens	165	49%
Mulheres	174	51%
TOTAL	339	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Antes de analisarmos a qualidade dos chefes de domicílio, é importante lembrarmos que os responsáveis pelas informações das Listas de Habitantes são as pessoas que informavam os dados para os recenseadores e os próprios recenseadores. Além do mais, para o século XVIII e XIX, a qualidade de uma pessoa não representava apenas sua cor, mas também a sua condição social. Como afirma Silvia Hunold Lara,

Para enfatizar a desqualificação, a referência à cor aparece. (...) estamos longe do racismo vigente no século XIX, que associava a cor preta ou mulata a uma origem (africana) considerada inescapavelmente inferior ou que adotava critérios científicos para diferenciar e hierarquizar as “raças”. As avaliações aqui seguem critérios científicos classificatórios constitutivos da hierarquia social do Antigo Regime, e é no interior desse contexto que seus significados devem ser compreendidos.<sup>146</sup>

Entre os chefes de domicílio, percebemos que a maioria deles se denominava pardo. Esses representavam 42%, seguidos dos brancos, com 38%. Já os “cabras” e os pretos eram a minoria, representando respectivamente, 3% e 4%.

Levando em consideração o sexo, percebemos que tanto entre os homens quanto entre as mulheres continuava a predominância de pardos e brancos. Porém, enquanto entre os homens encontramos um maior número de brancos, é entre as mulheres que havia a maior parte de pardos.

Contudo, a maior diferença se apresenta quando analisamos os chefes de domicílios crioulos. A maioria era do sexo feminino, representando 9% do total, enquanto os homens eram apenas 4%. Através desses dados, podemos supor que

<sup>146</sup> LARA, 2007, p. 141.

as mulheres tinham maior chance de ascensão social, já que não encontramos tantos homens “de cor” como chefes de domicílio. Provavelmente esses eram residentes em casas como agregados ou participavam do fluxo migratório a procura de condições melhores em outras localidades.

Ao analisarmos cabras e pretos de acordo com o sexo não encontramos diferenças significativas.

TABELA 7

Qualidade dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Qualidade	Número	Porcentagem
Branco	127	38%
Cabra	11	3%
Crioulo	43	13%
Pardo	144	42%
Preto	13	4%
TOTAL	338	100%

\* Não consta a qualidade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 8

Sexo / qualidade dos chefes de domicílios da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Sexo / Qualidade	Número	Porcentagem
Homem – branco	73	21%
Homem – cabra	5	1%
Homem – crioulo	12	4%
Homem – pardo	67	20%
Homem – preto	7	2%
Mulher – branca	54	16%
Mulher – cabra	6	2%
Mulher – crioula	31	9%
Mulher – parda	77	23%
Mulher – preta	6	2%
TOTAL	338	100%

\* Não consta a qualidade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 9

Qualidade de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Homem	Número	Porcentagem	Mulher	Número	Porcentagem
Branco	73	45%	Branca	54	31%
Cabra	5	3%	Cabra	6	3%
Crioulo	12	7%	Crioula	31	18%
Pardo	67	41%	Parda	77	45%
Preto	7	4%	Preta	6	3%
TOTAL	164	100%	TOTAL	174	100%

\* Não consta a qualidade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Através da historiografia sobre a família em Minas Gerais, podemos supor que a maioria dos chefes de domicílio em Mariana era de solteiros, já que se acredita que nesta região eram comuns as uniões consensuais em vez de uniões sacramentadas pela Igreja.<sup>147</sup> De fato, se analisarmos a Tabela 5, veremos que em 1819, a maioria dos chefes era solteira, com 53%. Casados e viúvos representavam respectivamente, 25% e 22%. Porém, se consideramos que os viúvos já foram casados, percebemos que, na verdade, não há uma grande diferença entre solteiros e casados, já que os últimos representariam 57%.

No entanto, essa análise não pode ser considerada um fato para refutar a hipótese de que em Mariana a maioria preferia as uniões consensuais às uniões sacramentadas pela Igreja. Não sabemos se, ao responder as perguntas do recenseador, uma pessoa com uma união estável se considerava casada e se declarava como tal. É certo que, em uma cidade pequena, onde todos se conheciam, era difícil esconder uma união estável, mas também não sabemos qual era a conduta do recenseador ao registrar esses casos. Uma análise mais detalhada de cada um desses domicílios poderia nos responder essa questão, porém, neste trabalho, não é relevante esse tipo de análise.

Vejam os agora, a relação entre estado civil e sexo. Entre os chefes de domicílios, predominavam as mulheres solteiras, representando 32% das ocorrências, seguidas dos homens casados, 23%, e dos homens solteiros, 21%. Entre os homens percebemos o equilíbrio entre solteiros e casados e uma minoria de viúvos. Já entre as mulheres, percebemos grande diferença; enquanto as

<sup>147</sup> Para saber mais sobre a especificidade da família em Minas Gerais durante os séculos XVIII, cf.: FIGUEIREDO, 1997.

solteiras representavam 61%, as viúvas eram 34% e as casadas apenas 5%. Das oito mulheres casadas, apenas uma estava morando com o marido – ele aparece na listagem dos outros moradores deste dito domicílio, mas é a mulher que aparece como chefe de domicílio. As outras sete mulheres, apesar de serem consideradas casadas, não estavam residindo com os respectivos maridos. Estes, provavelmente, migraram para outra localidade.

TABELA 10

Estado civil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Estado civil	Número	Porcentagem
Casado	85	25%
Solteiro	177	53%
Viúvo	75	22%
TOTAL	337	100%

\* Não consta o estado civil de 2 homens.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 11

Sexo/Estado civil dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Sexo / Estado civil	Número	Porcentagem
Homens – casados	77	23%
Homens – solteiros	70	21%
Homens – viúvos	16	5%
Mulheres – casadas	8	2%
Mulheres – solteiras	107	32%
Mulheres – viúvas	59	17%
TOTAL	337	100%

\* Não consta o estado civil de 2 homens.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 12

Estado civil de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

Homens	Número	Porcentagem	Mulheres	Número	Porcentagem
Casados	77	47%	Casadas	8	5%
Solteiros	70	42%	Solteiras	107	61%
Viúvos	16	11%	Viúvas	59	34%
TOTAL	163	100%	TOTAL	174	100%

\* Não consta o estado civil de 2 homens.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Nas Tabelas 10, 11 e 12 podemos perceber que a maior parte dos chefes de domicílio se encontrava com idade entre 30 e 59 anos. Eles representavam 66% do total. O caso mais raro de encontrar eram pessoas chefiando domicílios com menos de 20 anos; eram apenas 3 – representavam 1% do total –, sendo todas mulheres. Com idade entre 20 e 29 anos, encontramos um número um pouco mais expressivo: 28 pessoas, chefes de domicílio nesta idade representavam 8%. Ao levarmos em consideração o sexo, não encontramos grandes diferenças. Havia 5% de homens entre 20 e 29 anos e 3% de mulheres.

Havia também um número considerável de pessoas com mais de 60 anos como chefes de domicílio. Eles representavam 25%, sendo que a maioria, melhor dizendo, 15% estava na faixa etária entre 60 e 69 anos. Assim como entre o grupo de 20 a 39 anos, as outras faixas etárias também não apresentam diferenças significativas quando as analisarmos levando em consideração o sexo.

TABELA 13

Idade dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

<b>Idade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Menos de 20	3	1%
20 – 29	28	8%
30 – 39	62	18%
40 – 49	77	23%
50 – 59	84	25%
60 – 69	50	15%
70 ou mais	34	10%
<b>TOTAL</b>	<b>338</b>	<b>100%</b>

\* Não consta a idade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 14

Sexo / idade dos chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

<b>Sexo / Idade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Homem - menos de 20	0	0%
Homem - 20 a 29	16	5%
Homem - 30 a 39	27	8%
Homem - 40 a 49	40	12%
Homem - 50 a 59	43	13%
Homem - 60 a 69	21	6%
Homem - 70 ou mais	17	5%
Mulher - menos de 20	3	1%
Mulher - 20 a 29	12	3%
Mulher - 30 a 39	35	10%
Mulher - 40 a 49	37	11%
Mulher - 50 a 59	41	12%
Mulher - 60 a 69	29	9%
Mulher - 70 ou mais	17	5%
<b>TOTAL</b>	<b>338</b>	<b>100%</b>

\* Não consta a idade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 15

Idade de homens e mulheres chefes de domicílio da área urbana da cidade de Mariana (1819)

<b>Homens</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Menos de 20	0	0%	Menos de 20	3	2%
20 a 29	16	10%	20 a 29	12	7%
30 a 39	27	17%	30 a 39	35	20%
40 a 49	39	24%	40 a 49	37	21%
50 a 59	43	26%	50 a 59	41	24%
60 a 69	21	13%	60 a 69	29	16%
70 ou mais	17	10%	70 ou mais	17	10%
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>174</b>	<b>100%</b>

\* Não consta a idade de 1 homem.

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

É importante destacar as outras diversas possibilidades de análises com os dados coletados nas Listas de Habitantes. No entanto, para o nosso trabalho, não seria pertinente análises mais detalhadas. A ideia de identificar o perfil geral dos domicílios da área urbana de Mariana, em 1819, é para que este perfil sirva de parâmetro para a comparação que faremos a seguir, onde nosso objetivo é perceber em qual estrutura residiam “crianças alheias” e/ou abandonadas.

## 4.2 Domicílios com crianças expostas

Na Lista de Habitantes da área urbana de Mariana de 1819, encontramos 64 pessoas classificadas como “expostas”, residindo em 44 domicílios diferentes. A idade desses expostos é bastante variada, havendo desde recém-nascidos até pessoas em idade adulta. Para a análise que faremos a seguir, utilizaremos apenas os domicílios onde os expostos ainda estavam na infância. Como há domicílios com mais de um exposto, levamos em consideração aquele de menor idade.

Determinar uma idade que delimite a infância da idade adulta é algo bastante complexo. Vários são os critérios utilizados para determinar a maioridade e, na sociedade do Antigo Regime, parecia que cada segmento social adotava um critério diferenciado. Escravos, elite, livres pobres, cada grupo social parecia adquirir uma maioridade em períodos diferentes, dependendo de sua condição. No entanto, devido a necessidade de adotarmos um critério único para a nossa análise, optamos utilizar como referência o guia nomeado *Orphanologia practica, em que se descreve tudo o que respeyta aos inventarios, partilhas & mais de pendencias dos pupilhos*<sup>148</sup> do autor Antonio de Payva Pona.

Ao se referir sobre qual idade uma pessoa deixava de se tornar uma criança e começava a receber soldadas,<sup>149</sup> o guia acima determina:

Porém em quanto forem infantes, não merecem soldada (...) traz julgado, que só depois de 14 anos se mandarão a um menor dar soldadas (...).

As soldadas nos homens até 14 anos; e nas mulheres até 12 são arbitrarias ao Julgador (...) e da dita idade para cima se contarão (...).

Portanto, nas análises que faremos a seguir, observaremos apenas os domicílios que possuam expostos até os 14 anos e expostas até os 12 anos, o que corresponde a 26 domicílios, ou seja, aproximadamente 8% dos domicílios da área urbana de Mariana no ano de 1819.

<sup>148</sup> Arquivo Público Mineiro. *Orphanologia practica, em que se descreve tudo o que respeyta aos inventarios, partilhas & mais de pendencias dos pupilhos*: PONA, 1655 – 1759?.

<sup>149</sup> Soldada de acordo com Raphael Bluteau: salário de serviço, deriva-se de *Soldo*, antiga moeda de Portugal, e posto que *Soldo* propriamente se diga da paga ou estipêndio do soldado, usamos *Soldada*, falando no salário de qualquer pessoa que serve. E assim no livro das Ordenações do Reino se fala em Soldada de moças, donas, pagens, védores, camareiros, secretários, estribeiros, tesoureiros e capelães de Bispos, Condes e Fidalgos, etc. Ao moço de sete anos não se julga soldada, porque a criação lhe fica por satisfação. O macho, sendo de quatorze anos, vence a soldada, e a fêmea de doze, e não chegando a esta idade, vencem o que parecer ao Julgador.

Faremos três tipos de análise: o perfil dos domicílios, o perfil dos chefes desses domicílios e o perfil dos expostos.

#### **4.2.1 Perfil dos domicílios com crianças expostas**

Encontramos 35 expostos divididos entre os 26 domicílios analisados. A maior parte desses domicílios possuía apenas um exposto. Os domicílios que possuíam mais de uma criança sob essa condição representavam 27%, sendo que em 23% dos casos identificamos dois expostos; cabe ainda sublinhar que apenas um domicílio possuía mais de dois expostos.

Isso demonstra que a maior parte dos domicílios optava por possuir apenas uma criança exposta em sua residência. Poderia até haver mais pessoas sob essa condição na residência, mas nesse caso, elas possuíam mais de 14 anos, saindo da nossa margem de análise. É o caso do domicílio chefiado por Dona Joana Teodora, no qual encontramos o maior número de expostos, seis. Nesse domicílio havia quatro expostos com idade inferior a 14 anos e outros dois com idade de 15 e 16 anos.

TABELA 16

Número de expostos por domicílio

<b>Número de expostos em cada casa</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>Porcentagem</b>
1	19	73%
2	6	23%
3	0	0%
4	1	4%
5	0	0%
Mais de 5	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A presença de escravos e/ou agregados nos domicílios que possuíam expostos é bem marcante. Apenas um domicílio não contava com a presença de nenhuma pessoa nesta condição. Isso significa que, em domicílios com expostos, era comum a presença de outras pessoas, além do grupo familiar, residindo na mesma casa.

Ao analisarmos a presença domiciliar dos escravos, verificamos que apenas 15% não os possuíam. Em boa parte, eles eram pouco frequentes: em 31% dos domicílios eles variavam entre 1 e 3 escravos. Os domicílios que possuíam de 4 a 6 escravos representavam 19%; de 7 a 9 escravos, 23%, e com 10 ou mais cativos, 12%. Percebemos um número equilibrado, o que não nos permite afirmar que domicílios com mais ou menos escravos tinham uma tendência maior a possuírem expostos. No entanto, ao compararmos com o perfil geral da sociedade de Mariana no período analisado, no qual 51% dos domicílios possuem escravos e 49% não os possuem, constatamos que, nas residências com expostos, a presença de escravos era bastante significativa.

Já os domicílios com agregados apresentam números um pouco diferentes. 31% não possuíam nenhum agregado, além da criança exposta. Domicílios com 1 a 3 agregados representavam 41%; com 4 a 6 e 7 a 9, 12%; e com 10 ou mais agregados, 4%. É importante destacar que todos os 26 domicílios analisados estavam incluídos no tópico acima como “domicílios com agregados”, tendo em vista que naquele tópico os expostos foram considerados como tais.

TABELA 17

Presença de escravos e/ou agregados<sup>150</sup> nos domicílios com expostos

Número de escravos e/ou agregados	Número de domicílios	Porcentagem
Com escravos e/ou agregados	25	96%
Sem escravos e/ou agregados	1	4%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 18

Presença de escravos nos domicílios com expostos

Número de escravos	Número de domicílios	Porcentagem
Nenhum	4	15%
1 a 3	8	31%
4 a 6	5	19%
7 a 9	6	23%
10 ou mais	3	12%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

<sup>150</sup> No tópico acima, ao analisarmos os agregados dos domicílios, consideramos expostos como agregados. Porém, para as análises das Tabelas 17 e 19, não os consideramos como tais.

TABELA 19

## Presença de agregados nos domicílios com expostos

Número de agregados	Número de domicílios	Porcentagem
Nenhum	8	31%
1 a 3	11	41%
4 a 6	3	12%
7 a 9	3	12%
10 ou mais	1	4%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Nos domicílios os quais residem crianças expostas encontramos apenas três estruturas domiciliares. As casas desconexas, caracterizadas pela presença de indivíduos ou casais com escravos e agregados, representavam 31%. Os domicílios aumentados – presença de indivíduos ou casais com filhos, netos e outros parentes mais escravos e agregados – eram 61%. O outro tipo de estrutura encontrada eram os domicílios fraternos – não possuía chefe de domicílio definido – que representava apenas 8%.

Isso significa que a maior parte dos chefes de domicílios, que possuíam expostos em suas casas, também residia com pelo menos um filho. Eles representavam 61%. O número de filhos nesses domicílios variava de 1 a 4, sendo 23% dos domicílios com apenas 1 filho, 15% com 2 ou 3 filhos, e 8% com 4. Não podemos, portanto, afirmar que a ausência de filhos do chefe de domicílio justificaria a opção de desejar criar um exposto, pelo menos na maioria dos casos aqui analisados.

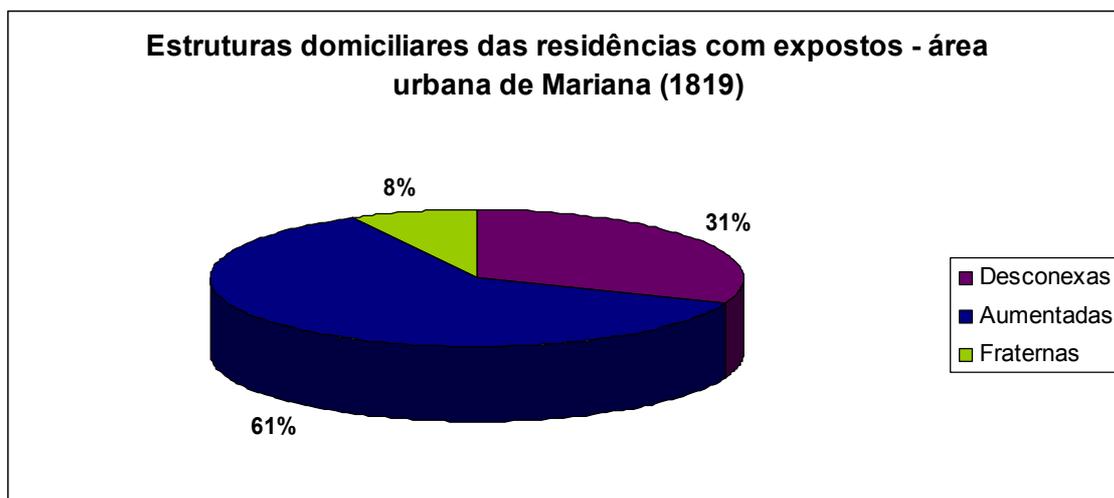
TABELA 20

## Estruturas domiciliares das residências com crianças expostas

Estruturas domiciliares	Número	Porcentagem
Singulares	0	0%
Desconexas	8	31%
Nucleares	0	0%
Extensas	0	0%
Aumentadas	16	61%
Fraternas	2	8%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

GRÁFICO 16



Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 21

Chefes de domicílios com filhos residindo na mesma casa

Número de filhos dos chefes de domicílio	Número de domicílios	Porcentagem
Nenhum	10	39%
1	6	23%
2	4	15%
3	4	15%
4	2	8%
5	0	0%
Mais de 5	0	0%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Além da presença de filhos, procuramos analisar também a presença de “crianças alheias” que conviviam no mesmo domicílio que as expostas. Através da Tabela 22, percebemos que, na maior parte dos domicílios, apenas expostos eram encontrados, sendo que apenas em 31% das residências analisadas encontramos a presença de “crianças alheias”. Em relação a este grupo de domicílio, cabe sublinhar que a maioria possuía apenas uma criança nessa condição.

Entretanto, uma das residências nos surpreende pelo número de “crianças alheias”. Ela era chefiada por Dona Maria Josefa, branca, solteira, 45 anos. Neste domicílio encontramos 12 pessoas além da “chefe de domicílio”, sendo três escravos, sete agregados e dois expostos. Dos sete agregados, temos cinco

crianças: um recém-nascido de 6 meses, chamado Francisco; três meninas – Maria Eufrazia, Maria Antonia e Maria cabra – com 10, 11 e 3 anos; e Manoel Francisco, de 14 anos. Dentre os expostos havia Dona Joaquina de 14 anos e Maria de 12 anos. No entanto, pelo menos no caso dos domicílios em que residiam expostos, a presença de um grande número de crianças, tal qual havia na casa de Dona Maria Josefa, não era comum.

TABELA 22

Presença de “crianças alheias” nos domicílios com expostos

<b>Número de “crianças alheias” no domicílio</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Nenhum	18	69%
1	6	23%
2	1	4%
3	0	0%
4	0	0%
5	1	4%
Mais de 5	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A última análise feita dos perfis dos domicílios é sobre as ocupações dos moradores das residências com expostos. Dos 26 domicílios, em 12, ou seja, 46%, não havia a presença de moradores com ocupação. Como podemos observar, nos outros 14 domicílios, pelo menos um morador apresentava algum emprego. Dentre esses, encontramos alguns cargos de destaque, como advogado, escrivão de órfãos e sacristães. Há também os ofícios mecânicos como carapina, carpinteiro, ouvires, pintor e fazer esteiras. Os outros ofícios encontrados são os de escrevente, negócios, vendas e solicitador.

Em algumas ocupações, como os ofícios mecânicos e as pessoas que trabalhavam com vendas ou negócios, a presença de expostos poderia ser interessante para o uso de mão de obra. Porém, é difícil constatar se essas ocupações influenciaram ou não os expostos, mas possivelmente alguns deles se tornaram aprendizes nesses ofícios.

TABELA 23

Ocupações dos moradores das residências com crianças expostas

Ocupação	Número
Nenhum	12
Advogado	1
Carapina	1
Carpinteiro	4
Escrevente	1
Escrivão de órfãos	1
Fazer esteiras	1
Negócio	2
Ouvires	2
Pintor	1
Sacristão	2
Solicitador	1
Venda	2

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

#### 4.2.2 Perfil dos chefes de domicílios com crianças expostas

Enquanto no perfil geral da sociedade de Mariana temos um equilíbrio entre homens e mulheres chefiando domicílios, nas residências com expostos, a maioria é chefiada por mulheres. Dos 26 domicílios analisados, 18 eram chefiados por mulheres, representando 69%, e, apenas 8, ou seja, 31%, chefiados por homens.

TABELA 24

Sexo dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas

Sexo	Número	Porcentagem
Homens	8	31%
Mulheres	18	69%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao analisarmos o estado civil desses 26 chefes de domicílios percebemos que a maior parte eram viúvos, 50%. Esse número também não condiz com o perfil geral da população local, na qual temos 53% de chefes solteiros e apenas 22% de viúvos.

Se observarmos apenas os chefes de domicílio do sexo masculino, vemos que dentre eles a maioria era casada, 75%, não havendo nenhum solteiro e apenas 25% viúvos. É fácil compreender esse quadro, já que temos tendência a acreditar

que a presença da mulher em um domicílio é importante quando também há a presença de uma criança. Esse perfil nos demonstra, no entanto, que, na maioria dos casos em que era um homem que chefiava o domicílio, ele contava com a presença de uma mulher, nessas situações, apontadas como sua esposa.

Como exemplo, selecionamos os dois domicílios nos quais o chefe era viúvo. No primeiro caso, encontramos o domicílio chefiado pelo Tenente Leonardo José Coelho, com 59 anos. Em seu domicílio residiam 12 pessoas, sendo que 5 eram mulheres. Temos Joana, sua cunhada, com 60 anos; Joana, esposa de Francisco Justiniano – os dois agregados do Tenente Leonardo – com 42 anos; e as filhas desse casal: Maria, 27 anos, Vicência, 17 anos e Teresa, 11 anos. O outro caso é o domicílio chefiado por Manoel Teixeira, de 75 anos. Mesmo com o domicílio um pouco menor – apenas 4 moradores – também temos a presença de uma mulher. Nesse caso, Ana, filha de 23 anos do mesmo Manoel. Ela já possuía inclusive um filho, Miguel, de 5 anos.

Entre as mulheres, encontramos um perfil diferenciado. 61% eram viúvas, 28% solteiras e 11% casadas. Vejamos primeiramente os casos dessas mulheres casadas. É estranho ter chefes de domicílio do sexo feminino com esse estado civil, pois, normalmente, quando se tem um casal residindo no domicílio era o homem que aparecia com essa função. No entanto, no perfil geral, encontramos 8 casos que apresentam essa situação. Para os 26 domicílios analisados nesse tópico, temos 2 casos.

O primeiro caso é um domicílio que classificamos como fraterno, pois temos a presença de dois chefes de domicílio, Escolástica Maria, 25 anos, e Francisca, 28 anos. Elas eram irmãs e ambas aparecem na Lista como casadas e pardas. Além das duas, temos também como moradores uma escrava, Maria angola, 29 anos, solteira, e o exposto João, de 4 anos. Na Lista não há nenhuma referência sobre os maridos dessas duas irmãs. Podemos supor que os dois migraram para outra localidade e as duas começaram a dividir o mesmo domicílio. Não podemos descartar também a possibilidade de um erro do recenseador ao preencher a lista.

O outro caso é o domicílio de Dona Maria do Carmo, 35 anos, branca. Além dessa moradora, temos também a presença de dois filhos, Rita, 16 anos, e Margarida, 15 anos; dois escravos, Antonio angola, 40 anos e José angola, 11 anos; e um exposto, Vicente Claudino, de 3 anos. Neste domicílio também não

encontramos a referência sobre onde poderia estar o marido de Dona Maria do Carmo. Assim como no caso do domicílio citado acima, o seu marido poderia ter migrado para outra localidade ou ocorreu um erro do recenseador. Também podemos supor que a própria Dona Maria do Carmo tenha ocultado sua condição de solteira, mas isso é pouco provável, já que em muitos casos foram listadas mulheres solteiras com filhos.

Resta analisar as mulheres solteiras e viúvas. Dentre os 18 domicílios chefiados por mulheres, 5, ou seja, 28% eram mulheres solteiras. As viúvas eram a maioria, representando 61%. Esses dados também não condizem com o perfil dos domicílios em geral, nos quais encontramos a maior parte de mulheres solteiras, 61%, e apenas 34% de mulheres viúvas. Isso significa que os valores encontrados para essa análise não estão relacionados com o perfil da sociedade da área urbana de Mariana em 1819.

O que percebemos é que os expostos, na maior parte das vezes, eram criados em domicílios cujos chefes eram mulheres viúvas. Esses domicílios representavam quase a metade, chegando a 42% dos 26 analisados. Em seguida, temos os domicílios chefiados por homens casados, com 23%. Depois domicílios chefiados por mulheres solteiras, 19%, e em 8% dos casos temos os domicílios chefiados por mulheres casadas. Não foi listado nenhum domicílio chefiado por um homem solteiro.

TABELA 25

Estado civil dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas

<b>Estado civil</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Casado	8	31%
Solteiro	5	19%
Viúvo	13	50%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 26

Sexo / estado civil dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas

Sexo / Estado civil	Número	Porcentagem
Homens – casados	6	23%
Homens – solteiros	0	0%
Homens – viúvos	2	8%
Mulheres – casadas	2	8%
Mulheres – solteiras	5	19%
Mulheres – viúvas	11	42%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 27

Estado civil de homens e mulheres chefes de domicílio das residências com crianças expostas

Homens	Número	Porcentagem	Mulheres	Número	Porcentagem
Casados	6	75%	Casadas	2	11%
Solteiros	0	0%	Solteiras	5	28%
Viúvos	2	25%	Viúvas	11	61%
TOTAL	8	100%	TOTAL	18	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao observarmos a qualidade dos chefes desses 26 domicílios, encontramos apenas brancos e pardos, representando respectivamente, 58% e 42%. No perfil geral dos domicílios, encontramos representantes de todas as categorias, no entanto, brancos e pardos eram a maioria. Ao levarmos em consideração o sexo e a qualidade, entre as mulheres a maioria era branca – 72% –, enquanto nos homens eram os pardos que se destacavam – 75%. Análise que também se diferencia do perfil geral da sociedade, onde, entre as mulheres, temos a maioria parda e, entre os homens, um maior número de brancos.

TABELA 28

Qualidade dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas

Qualidade	Número	Porcentagem
Branco	15	58%
Cabra	0	0%
Crioulo	0	0%
Pardo	11	42%
Preto	0	0%
TOTAL	26	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 29

Sexo / qualidade dos chefes de domicílio das residências com crianças expostas

<b>Sexo / Qualidade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Homem - branco	2	8%
Homem – cabra	0	0%
Homem - crioulo	0	0%
Homem – pardo	6	23%
Homem – preto	0	0%
Mulher - branca	13	50%
Mulher – cabra	0	0%
Mulher – crioula	0	0%
Mulher – parda	5	19%
Mulher – preta	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 30

Qualidade dos homens e mulheres chefes de domicílio das residências com crianças expostas

<b>Homem</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Branco	2	25%	Branca	13	72%
Cabra	0	0%	Cabra	0	0%
Crioulo	0	0%	Crioula	0	0%
Pardo	6	75%	Parda	5	28%
Preto	0	0%	Preta	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

São os chefes de domicílio com a idade entre 50 e 59 anos os que apresentaram maior porcentagem na análise, com 34%. No entanto, não encontramos uma diferença significativa entre as faixas etárias que nos permita afirmar uma idade que tinha preferência na criação de expostos. Assim como no perfil geral, com uma menor porcentagem – 4% –, encontramos os chefes de domicílios entre 20 e 29 anos. A faixa etária que compreende entre 40 e 49 anos e com 70 anos ou mais, representavam 12% cada; cerca de 15% eram os chefes entre 60 e 69 anos e, em 23% dos casos, encontramos as pessoas entre 30 e 39 anos.

Entre os homens encontramos uma diferença um pouco maior entre as faixas etárias. Na Lista não encontramos nenhum homem com menos de 29 anos que tivesse uma criança exposta em seu domicílio. Em relação a esse segmento, o maior porcentual que temos está inscrito na faixa dos homens entre 50 e 59 anos. Já entre as mulheres, o que percebemos é um equilíbrio: mulheres nas faixas etárias de 30 a 39 anos, 50 a 59 anos e 60 a 69 anos, responderam respectivamente por 22% de cada um desses segmentos etários. Em 17% dos casos identificamos mulheres criadeiras na faixa dos 40 a 49 anos; 11% mulheres com 70 anos ou mais, assim como 6% entre 20 e 29 anos.

TABELA 31

Idade dos chefes de domicílios das residências com crianças expostas

<b>Idade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Menos de 20	0	0%
20 – 29	1	4%
30 – 39	6	23%
40 – 49	3	12%
50 – 59	9	34%
60 – 69	4	15%
70 ou mais	3	12%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 32

Sexo / idade dos chefes de domicílios das residências com crianças expostas

<b>Sexo / Idade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Homem - menos de 20	0	0%
Homem - 20 a 29	0	0%
Homem - 30 a 39	2	8%
Homem - 40 a 49	0	0%
Homem - 50 a 59	5	19%
Homem - 60 a 69	0	0%
Homem - 70 ou mais	1	4%
Mulher - menos de 20	0	0%
Mulher - 20 a 29	1	4%
Mulher - 30 a 39	4	15%
Mulher - 40 a 49	3	12%
Mulher - 50 a 59	4	15%
Mulher - 60 a 69	4	15%
Mulher - 70 ou mais	2	8%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 33  
Idade dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com crianças expostas

Homens	Número	Porcentagem	Mulheres	Número	Porcentagem
Menos de 20	0	0%	Menos de 20	0	0%
20 a 29	0	0%	20 a 29	1	6%
30 a 39	2	25%	30 a 39	4	22%
40 a 49	0	0%	40 a 49	3	17%
50 a 59	5	62%	50 a 59	4	22%
60 a 69	0	0%	60 a 69	4	22%
70 ou mais	1	13%	70 ou mais	2	11%
TOTAL	8	100%	TOTAL	18	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

#### 4.2.3 Perfil dos expostos

Nos 26 domicílios analisados encontramos 34 expostos. Dentre eles, 44% são meninos e 56% meninas. As meninas, portanto, eram mais numerosas. No entanto, essa diferença não nos permite afirmar que houve uma preferência por meninos ou meninas, tanto na hora de abandonar, como na hora de acolher esses expostos.

TABELA 34  
Sexo dos expostos

Sexo	Número	Porcentagem
Meninos	15	44%
Meninas	19	56%
TOTAL	34	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao analisarmos a qualidade dessas crianças, encontramos um quadro interessante. 70% são brancos e 24% são pardos. Como foi dito anteriormente, a qualidade não significava apenas a cor de uma pessoa, mas também a sua condição na sociedade. No entanto, o fato de ser um exposto não representava uma desqualificação social, já que, na maioria dos casos, eles foram considerados brancos.

Com menor porcentagem, encontramos os crioulos, que representam 6%. Provavelmente filhos de escravos ou forros, essas três crianças eram a minoria, o que significa que a Câmara Municipal foi eficaz em sua tentativa de proibir o

abandono de crianças negras. Como já foi dito no capítulo anterior, em 1752, a Câmara destaca a preocupação do abandono entre escravas, o que prejudicaria seus senhores ou resultava de fraudes praticadas por estes últimos.

Ao levarmos em consideração o sexo da criança não encontramos diferenças significativas. Em ambos os sexos, a maioria dos expostos eram brancos, seguidos dos pardos e, por último, os crioulos. Entre os meninos, 73% eram brancos, 20% pardos e 7% crioulos. Já entre as meninas, 69% eram brancas, 26% pardas e 5% crioulas.

TABELA 35

## Qualidade dos expostos

Qualidade	Número	Porcentagem
Branco	24	70%
Cabra	0	0%
Crioulo	2	6%
Pardo	8	24%
Preto	0	0%
TOTAL	34	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

GRÁFICO 17



Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 36  
Sexo / qualidade dos expostos

Sexo / Qualidade	Número	Porcentagem
Menino – branco	11	32%
Menino – cabra	0	0%
Menino – crioulo	1	3%
Menino – pardo	3	9%
Menino – preto	0	0%
Menina – branca	13	38%
Menina – cabra	0	0%
Menina – crioula	1	3%
Menina – parda	5	15%
Menina – preta	0	0%
TOTAL	34	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 37  
Qualidade dos meninos e meninas expostos

Menino	Número	Porcentagem	Menina	Número	Porcentagem
Branco	11	73%	Branca	13	69%
Cabra	0	0%	Cabra	0	0%
Crioulo	1	7%	Crioula	1	5%
Pardo	3	20%	Parda	5	26%
Preto	0	0%	Preta	0	0%
TOTAL	15	100%	TOTAL	19	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A última análise feita sobre os expostos é sobre sua idade. Dividimos as 34 crianças em 3 faixas etárias: recém-nascidos (menos de um ano); crianças que ainda tinham o direito de receber o auxílio da Câmara (de 1 a 7 anos); e crianças acima de 7 anos.

Encontramos apenas uma criança, ou seja, 3%, com menos de um ano de vida. Isso demonstra que, pelo menos no início do século XIX, não foi comum o abandono de recém-nascidos. Já para as crianças na idade de 1 a 7 anos, encontramos 41%. Ou seja, das 34 crianças expostas listadas em 1819 na área urbana de Mariana, 44% tinham direito de receber o auxílio da Câmara local.

Desmembramos a idade dessas crianças para compreender melhor sobre o seu perfil. O número de crianças de acordo com a idade era bastante variado. Havia uma criança com um ano, três crianças com 2 anos, quatro crianças com 3 anos, duas com 4 anos, uma com 5 anos, duas com 6 e uma com 7. Esses números não nos permitem afirmar a preferência de uma criança de determinada idade e

nem a idade mais comum das crianças serem abandonadas, principalmente porque, através da Lista, não sabemos o tempo o qual a criança já está convivendo nessa residência.

Em 1819, 31 expostos foram assistidos pela Câmara Municipal de Mariana. No entanto, ao cruzarmos os nomes das pessoas que estavam recebendo o pagamento pela criação de um exposto<sup>151</sup> com o nome dos chefes de domicílios aqui analisados, iremos encontrar apenas duas.<sup>152</sup> Fato curioso já que, em análises de Registros de Matrículas de expostos, a maioria dos responsáveis afirmava ser da área urbana de Mariana.<sup>153</sup> A lógica seria, portanto, encontrarmos um número maior de chefes de domicílios recebendo o pagamento da Câmara, pelo menos dentre os 15 casos, que, em 1819, ainda tinham o direito de recebê-lo. Outro caso curioso é que nestes dois casos que encontramos, nenhum recebeu o pagamento no ano de 1819 e, em um dos casos, o exposto já possuía mais de 7 anos.

Crianças acima de 7 anos e que não possuíam mais esse direito, eram a maioria na Lista de Habitantes de 1819. Elas representavam 56%. Isso pode se explicar ao analisarmos o número de expostos assistidos entre os anos de 1805 a 1812 – período que compreende os anos em que os expostos que tinham entre 7 e 14 anos em 1819 haviam nascido – onde o número de crianças assistidas era maior do que nos anos seguintes.

TABELA 38

## Idade dos expostos

Idade	Número	Porcentagem
Menos de 1	1	3%
1 a 7	14	41%
Acima de 7	19	56%
TOTAL	34	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

<sup>151</sup> Nesse caso, não estamos analisando apenas o período de Receita e Despesa da Câmara de 1819. Buscamos os nomes dos chefes de domicílio para todo o período anteriormente analisado, que compreende de 1737 a 1828.

<sup>152</sup> Encontramos outras duas pessoas que podem ser aquelas as quais estamos procurando. Portanto, não inserimos em nossa análise por não termos certeza de que se tratava da mesma pessoa. O que nos fez desconfiar desses dois casos são as datas que não correspondem ao nascimento do exposto nem ao período o qual ele teria o direito de receber pelo pagamento da Câmara Municipal.

<sup>153</sup> SOUZA, 1999, p. 57.

Tendo em vista o conjunto dos dados apresentados, podemos afirmar que - pelo menos no que diz respeito à área urbana de Mariana – predominavam crianças expostas brancas sendo enviadas a domicílios chefiados por viúvas, também brancas, em geral com mais de 40 anos de idade.<sup>154</sup> Esse perfil não invalida a existência de pobres e ex-escravas sendo enjeitadas, mas sugere a existência de outro padrão de “circulação de crianças” entre esses segmentos sociais.

### 4.3 Circulação de “crianças alheias”

Neste tópico, iremos analisar os domicílios os quais residiam crianças que não se apresentavam sob a condição de expostos, mas também não moravam com os pais. Chamá-las-emos de “crianças alheias”. Na Lista de Habitantes analisada, a maior parte dessas crianças aparece como “agregada”.<sup>155</sup> Há alguns casos em que famílias inteiras (pais e filhos) residiam como agregados em um domicílio. Esses casos não fazem parte da nossa análise, pois a criança estaria morando no mesmo ambiente em que seus pais biológicos.

Assim como no tópico anterior, a idade utilizada para delimitar a infância foi de 14 anos para os meninos e 12 anos para as meninas. Encontramos, portanto, 46 domicílios com tais “crianças alheias”, o que representava, aproximadamente, 14% dos domicílios da área urbana de Mariana em 1819. Vejamos, portanto, as análises feitas para esses domicílios.

#### 4.3.1 Perfil dos domicílios com “crianças alheias”

Através da Tabela 39, percebemos a distribuição das 64 “crianças alheias” encontradas dentre os 46 domicílios analisados. A grande maioria desses domicílios, 77%, possuía apenas uma criança sob a condição aqui analisada. Isso demonstra que não era comum uma residência aceitar mais de uma “criança alheia” para criação.

<sup>154</sup> A comparação das tabelas 11 e 26 mostra que a viúvas chefiavam 17% dos domicílios em geral, mas respondiam por 42% que contavam com expostos!

<sup>155</sup> Das 64 crianças que foram encontradas nessa condição, 61 aparecem na Lista como agregadas e três como sobrinhas do chefe de domicílio.

Com menor porcentagem, encontramos os domicílios que criavam duas ou mais “crianças alheias”, sendo que 15% eram os domicílios com duas crianças. Domicílios com três representavam 4%. E com menor porcentagem, encontramos os domicílios com quatro e cinco crianças, com 1% cada um. Não encontramos nenhum caso com domicílios que possuíam mais de cinco “crianças alheias”.

TABELA 39  
Número de “crianças alheias” por domicílio

Número de “crianças alheias” em cada casa	Número de domicílios	Porcentagem
1	35	77%
2	7	15%
3	2	4%
4	1	2%
5	1	2%
Mais de 5	0	0%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

É também interessante constatar a presença de expostos<sup>156</sup> nesses domicílios. Em 34 domicílios deles, ou seja, 74%, não havia nenhuma pessoa nessa condição. Isso significa que em domicílios onde já se cria uma criança alheia não era comum criar também uma criança abandonada. Em 12 domicílios encontramos a presença de pelo menos um exposto, sendo que 7 dessas crianças possuíam menos de 14 anos – no caso dos meninos – e 12 anos – no caso das meninas. Dentre os domicílios que possuíam tanto expostos como “crianças alheias”, a maior parte deles contavam apenas com um exposto – 8 domicílios. Havia também residências com dois expostos, 7%, e com 4 expostos, 2%.

Analisando esses 12 domicílios com expostos e “crianças alheias”, percebemos que, dos 8 domicílios que possuíam apenas um exposto, o número de “crianças alheias” também era pequeno. Eram 5 domicílios com uma “criança alheia” e 3 domicílios com duas “crianças alheias”. Os domicílios que possuíam dois expostos pareciam seguir a mesma lógica, pois também não possuía um grande número das tais crianças. Dos 3 domicílios, 2 tinham apenas mais uma e o outro domicílio possuía duas. Ou seja, apesar de encontrarmos domicílios com um

<sup>156</sup> Aqui consideramos expostos de qualquer idade.

grande número de crianças, sejam elas abandonadas ou alheias, a maior parte não possuía mais do que quatro ou cinco meninos ou meninas nessas respectivas condições.

O domicílio que possuía quatro expostos, por sua vez, parece ser uma exceção. Nele encontramos também quatro “crianças alheias”. Esse domicílio era chefiado por Dona Catarina Clara, branca, solteira, 67 anos. Encontramos 27 pessoas nessa residência, sendo que nenhuma delas era parente de Dona Catarina. Ela vivia com 11 escravos e 15 agregados – incluindo “crianças alheias” e expostos. No entanto, havia 5 crianças no seu domicílio; as 4 crianças que estão na Lista como agregadas e um escravo de 14 anos. Os expostos já estavam adultos, sendo que o mais novo possuía 17 anos. Ou seja, por mais que esse domicílio apresentasse um número maior de crianças, ele era coerente com o padrão analisado acima.

TABELA 40

Número de expostos em domicílios com “crianças alheias”

<b>Número de expostos no domicílio</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>Porcentagem</b>
Nenhum	34	74%
1	8	17%
2	3	7%
3	0	0%
4	1	2%
5	0	0%
Mais de 5	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Outra análise importante é a presença de filhos dos chefes de domicílio. A grande maioria – 70% – não possuía nenhum filho residindo na mesma casa. Isso poderia justificar a opção por criar filhos alheios. Os domicílios nos quais os chefes de família residiam com seus filhos eram 30%, sendo que em 11% há apenas um filho, 9% dois filhos, com 4% encontramos com 3 e com 4 filhos e com 2% os domicílios com mais de 5 filhos. Não havia nenhum chefe de domicílio residindo com 5 filhos.

Se observarmos o número de “crianças alheias” convivendo nesses domicílios os quais também residiam filhos dos chefes de domicílio, percebemos

que em todas as 14 residências havia apenas uma “criança alheia”. Nas que possuíam mais de uma pessoa nessa condição não havia a presença de filhos. Há também as residências que contavam com a presença de filhos dos chefes de domicílio, assim como com a presença de “crianças alheias” e crianças expostas. Foram encontrados 5 domicílios com essa característica, sendo que neles havia três com apenas um filho, uma “criança alheia” e uma exposta. Em outro caso encontramos três filhos, dois expostos e uma “criança alheia”. E no último temos três filhos, um exposto e uma “criança alheia”.

A análise do número de “crianças alheias”, expostas e filhas dos chefes de domicílio nos mostram que existiam residências com a presença de um número significativo de crianças, mas elas não eram a maioria. Na maior parte dos domicílios, o que percebemos é um número pequeno de crianças.

TABELA 41

Número de filhos dos chefes de domicílio das residências com “crianças alheias”

<b>Número de filhos dos chefes de domicílio</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>Porcentagem</b>
Nenhum	32	70%
1	5	11%
2	4	9%
3	2	4%
4	2	4%
5	0	0%
Mais de 5	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A presença de escravos e/ou agregados nesses domicílios era bem marcante. Apenas 7% dessas residências não possuíam nenhuma pessoa sob uma dessas duas condições, o que representava apenas três dos 46 domicílios analisados. Ao observarmos apenas a presença de escravos, iremos encontrar 24% dos domicílios que não possuíam nenhum deles, assim como na análise dos domicílios sem agregados, que coincidentemente também representava 24%.

Levando em consideração apenas a Tabela 41, vemos que a maioria dos domicílios contava apenas com a presença de 1 a 3 escravos. Nos outros encontramos uma porcentagem equilibrada, sendo 9% aqueles com a presença de

4 a 6 escravos, 11% com 7 a 9 escravos, e, também com 11%, domicílios com 10 escravos ou mais.

Na maioria dos domicílios, a presença de agregados também se restringia a 3 pessoas. Esses representavam 58%. O número de residências vai diminuindo na medida em que vai aumentando o número de agregados. 9% possuíam entre 4 e 6 agregados, 7% tinham entre 7 e 9, e apenas 2% contavam com 10 ou mais.

Esses dados nos demonstram que, apesar de ser comum a presença de escravos e/ou agregados nos domicílios os quais residiam “crianças alheias”, na maioria das vezes eles não apareciam em grande número. Raros eram os casos com um grande número de pessoas que não aquelas do grupo família.

TABELA 42

Número de escravos e/ou agregados<sup>157</sup> das residências com “crianças alheias”

Número de escravos e/ou agregados	Número de domicílios	Porcentagem
Com escravos e/ou agregados	43	93%
Sem escravos e/ou agregados	3	7%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 43

Número de escravos das residências com “crianças alheias”

Número de escravos	Número de domicílios	Porcentagem
Nenhum	11	24%
1 a 3	21	45%
4 a 6	4	9%
7 a 9	5	11%
10 ou mais	5	11%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

<sup>157</sup> Assim como no tópico acima quando analisávamos os expostos, também, neste tópico, não consideramos as crianças alheias como agregadas nas Tabelas 41 e 43. A ideia é perceber a presença de outros agregados na residência, além dessas crianças.

TABELA 44

Número de agregados das residências com “crianças alheias”

Número de agregados	Número de domicílios	Porcentagem
Nenhum	11	24%
1 a 3	27	58%
4 a 6	4	9%
7 a 9	3	7%
10 ou mais	1	2%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Encontramos três tipos de estruturas domiciliares das residências analisadas – desconexas, aumentadas e fraternas. A maioria, 63%, eram os domicílios desconexos. Perfil diferente se compararmos com a análise geral e com a análise dos domicílios com expostos, já que, nesses dois casos, a maior parte dos domicílios é caracterizada como aumentada. A diferença entre esse dois tipos de estruturas – desconexas e aumentadas – se dá principalmente na presença de filhos, netos e/ou parentes dos chefes de domicílio.

E são justamente os domicílios que contam com a presença desses elementos – filhos, netos, e/ou parentes – que aparecem em segundo lugar, com 30%. Os domicílios com menos representatividade eram os fraternos, representando apenas 7%.

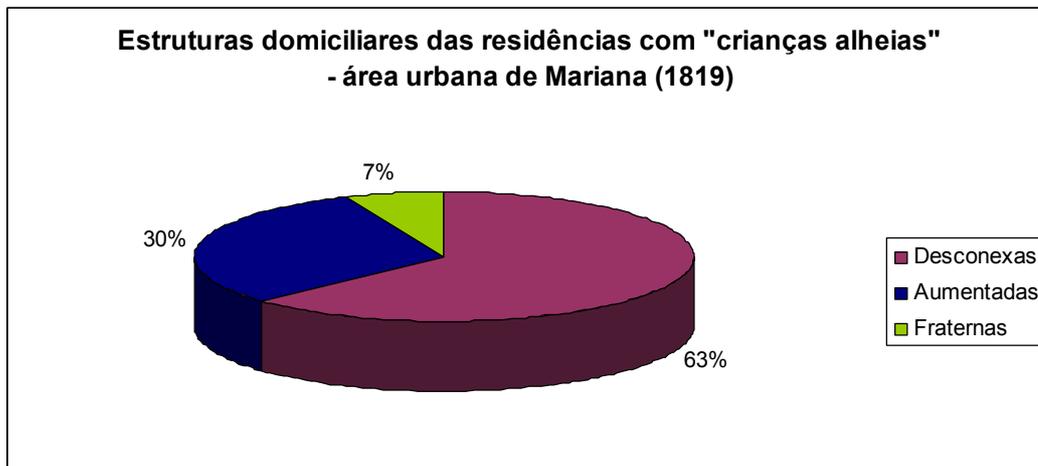
TABELA 45

Estruturas domiciliares das residências com “crianças alheias”

Estruturas domiciliares	Número	Porcentagem
Singulares	0	0%
Desconexas	29	63%
Nucleares	0	0%
Extensas	0	0%
Aumentadas	14	30%
Fraternas	3	7%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

GRÁFICO 18



Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Observemos agora as ocupações dos moradores dos domicílios que possuíam “crianças alheias”. Dos 46 domicílios analisados, 19, ou seja, 41%, não apresentavam pessoas com ocupação. Nos outros 59% dos casos, havia pelo menos um morador com emprego na residência.

Dentre as ocupações encontradas tínhamos advogados, carcereiro, cobrador, solicitador, os oficiais mecânicos – carpinteiro, pintor e ouvires –, os que trabalhavam com negócios ou vendas, padres, mineiros, entre outros. Com destaque, encontramos moradores com ocupações que remetem à escrita. Temos um escrevente, um escrivão da Câmara, um escrivão do Juízo Eclesiástico e cinco estudantes. Esse fato pode sugerir um interesse dos pais biológicos em colocarem seus filhos em domicílios nos quais eles podiam aprender, não apenas ler e escrever, mas também algum ofício. Além do mais, as próprias crianças podiam servir como interessante mão de obra para os moradores da dita residência.

TABELA 46

Ocupação dos moradores das residências com “crianças alheias”

Ocupação	Número
Nenhum	19
Advogado	2
Alfaiate	1
Carcereiro	1
Carpinteiro	1
Chacareiro	1
Cobranças	1
Escrevente	1
Escrivão da Câmara	1
Escrivão do Juízo Eclesiástico	1
Estudante	5
Fazer esteiras	1
Matar gados	1
Mineiro	2
Moço do coro	2
Negócio	1
Ouvires	2
Pintor	1
Porteiro da missa	1
Sapateiro	1
Solicitador	1
Sua conezia	4
Sua faculdade	1
Venda	3

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

#### 4.3.2 Perfil dos chefes de domicílio com “crianças alheias”

Analisemos agora o perfil dos chefes dos domicílios os quais residiam “crianças alheias”. Quanto ao sexo, vemos uma pequena superioridade do número de mulheres. No entanto, essa diferença não chegava a ser tão significativa quanto era no caso do sexo dos chefes de domicílios de residências com crianças expostas.

TABELA 47

Sexo dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Sexo	Número	Porcentagem
Homens	21	46%
Mulheres	25	54%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao analisarmos o estado civil desses chefes de domicílios vemos que a maioria era solteira, 50%, seguida dos viúvos, 28%, e por último os casados, 22%. Comparando com o perfil geral da sociedade da área urbana de Mariana temos um número bastante parecido, com a única diferença que no perfil geral havia 3% a mais de chefes de domicílios casados se comparados com os viúvos e, na atual análise, encontramos 5% a mais de viúvos em relação aos casados. Já na análise dos domicílios com expostos, esse número é bem diferente. Como vimos anteriormente, a maior parte dos chefes de domicílio nesses casos eram os viúvos.

Levando em consideração tanto o sexo como o estado civil, também encontramos um número bem parecido com o perfil geral. Em ambos os casos, a maioria dos chefes de domicílios eram mulheres solteiras. Em seguida, encontramos os homens casados. Nos domicílios com “crianças alheias”, em terceiro lugar temos as mulheres viúvas e em quarto os homens solteiros – já no perfil geral, temos mais homens solteiros que mulheres viúvas chefiando domicílios. A situação das duas análises novamente se repete, ao encontrarmos, em ambos os casos, o segundo menor número de homens viúvos e o menor número de mulheres casadas.

Situação diferenciada ao compararmos com os domicílios das crianças expostas, nos quais predominava aqueles chefiados por mulheres viúvas. Já nos domicílios com “crianças alheias”, temos 8 domicílios os quais os chefes eram do sexo masculino e solteiros. Eles representavam 17% do total. Vejamos a composição desses 8 domicílios. Um deles era chefiado por dois administradores, que eram herdeiros do domicílio do falecido Domingo Pires. Neste domicílio, encontramos uma menina agregada, tida como forra, mas sem mencionar seus pais dentre os escravos dessa residência. Apesar dos administradores serem solteiros, há um grande número tanto de mulheres agregadas como escravas que poderiam criar a dita menina.

Dos sete domicílios restantes, em três deles não havia a presença de nenhuma mulher. Uma dessas residências era chefiada pelo Capitão Bernardo José Vilela Júnior, branco, 42 anos. Além do capitão, encontramos dois escravos e dois agregados, sendo um deles Fidelis, de 10 anos. Dois moradores dessa residência apresentavam ocupação; o capitão, com seu negócio e o agregado mais velho, que é citado como estudante. O outro domicílio era chefiado pelo Alferes

Manoel de Jesus, branco, 52, solicitador. Junto com ele, moravam apenas mais duas crianças agregadas, José, 11 anos, e Joaquim, 10 anos. O último domicílio era chefiado pelo Reverendo Cônego João Ferreira Soares, branco, 87 anos. Em sua residência encontramos 2 escravos e 3 agregados, incluindo Ponciano, de 8 anos. Interessante notarmos que todas as crianças desses domicílios eram do sexo masculino e que nenhuma tinha menos de 7 anos.

Outra residência chefiada por um homem e que não contava com a presença de nenhuma mulher era o do alferes José Gonçalves Freire, pardo, 73 anos e viúvo. Moravam com ele 3 escravos e 2 agregados, um de 80 anos e outro de 8. Assim como nos domicílios chefiados por solteiros, a criança agregada também era do sexo masculino.

No restante dos domicílios chefiados por homens, fossem eles casados, solteiros ou viúvos, havia pelo menos uma mulher residindo no domicílio, o que reforça mais uma vez a ideia de que a presença de mulheres era marcante em domicílios com crianças. No entanto, um aspecto desperta a atenção. Em todos os domicílios nos quais os chefes eram do sexo masculino, havia a presença de algum morador com ocupação. Tínhamos carpinteiro, sapateiro, ouvires, pintor, chacareiro, mineiro, porteiros, carcereiro, solicitador, doutor, estudantes, escritvães, reverendos, advogados, homens de negócios, com venda e matador de gados. Podemos supor, portanto, que, em casos nos quais os chefes de domicílios eram homens, os pais biológicos priorizaram um ambiente em que seu filho pudesse aprender algum ofício.

Isso ocorria também no caso de domicílios com expostos – das oito residências chefiadas por homens, todas tinham a presença de algum morador com ocupação. Ou seja, além de uma preocupação dos pais biológicos, acolher crianças de terceiros em seus domicílios poderia significar um interesse por mão de obra ou, até mesmo, um interesse por parte desses moradores em repassar seu conhecimento.

Eram 25 os domicílios chefiados por mulheres, sendo que, dentre elas, 60% eram solteiras, 40% viúvas e nenhuma casada. Número bem diferente se comparado com os chefes de domicílio do sexo feminino das residências onde moravam expostos. Nesse último caso, a grande maioria eram as mulheres viúvas, que representavam 61%.

TABELA 48  
Estado civil dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Estado civil	Número	Porcentagem
Casado	10	22%
Solteiro	23	50%
Viúvo	13	28%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 49  
Sexo / estado civil dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Sexo / Estado civil	Número	Porcentagem
Homens – casados	10	22%
Homens – solteiros	8	17%
Homens – viúvos	3	7%
Mulheres – casadas	0	0%
Mulheres – solteiras	15	32%
Mulheres – viúvas	10	22%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 50  
Estado civil dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Homens	Número	Porcentagem	Mulheres	Número	Porcentagem
Casados	10	48%	Casadas	0	0%
Solteiros	8	38%	Solteiras	15	60%
Viúvos	3	14%	Viúvas	10	40%
TOTAL	21	100%	TOTAL	25	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao escolher uma residência para criar o filho biológico, a maioria dos pais optou pelos chefes de domicílio com a qualidade branca. Eles representavam 65% do total e não seguiam o padrão do perfil da sociedade da área urbana de Mariana, que tinha, na sua maioria, chefes de domicílios pardos. Esses aparecem em segundo lugar na análise dos domicílios com “crianças alheias”, representando 28% do total das residências.

Os “cabras” é outra categoria que aparece entre os chefes de domicílios das residências analisadas. Eles não aparecem nos domicílios com crianças expostas e no perfil geral eram os que tinham menos representatividade, com apenas 3%. No entanto, aqui eles aparecem com 7%. Eram três os domicílios chefiados por “cabras”, sendo duas mulheres e um homem. Ambas as mulheres eram solteiras, tinham 20 anos e criavam apenas uma criança alheia. Uma delas era Rafaela Maria, considerada na lista como indigente. Em sua residência morava apenas ela e a criança agregada – Carlos, pardo, 8 anos. A outra mulher era Narcisa Maria e em seu domicílio encontramos dois filhos da mesma, de 4 e 6 anos, além de 4 agregados. Todos foram listados como indigentes. Nesses dois casos, provavelmente, os pais biológicos não tinham outra opção de domicílio para deixar seus filhos, já que, em ambos, as crianças foram deixadas em residências com pessoas de poder aquisitivo muito baixo, a ponto de serem consideradas na Lista como indigentes.

O outro domicílio o qual o chefe aparece com qualidade “cabra” era diferente dos dois citados acima. A residência era chefiada por Felipe Martins Campos, viúvo, 58 anos, sapateiro. Além dele, encontramos uma escrava, uma agregada de 19 anos e mais duas crianças agregadas – Maria, 4 anos e Rosa, 9 anos. Nenhum dos moradores é citado como indigente, o que não significa que Felipe Martins era um homem abastado.

Pessoas com qualidade preta ou crioula não aparecem na Lista de Habitantes como chefes de domicílios de residências com “crianças alheias”. Podemos supor que esses domicílios não eram a melhor opção para pais biológicos deixarem seus filhos, ou ainda, que, para esses chefes de domicílios, criarem filhos alheios não era tão interessante.

Levando em consideração o sexo ao analisar a qualidade, percebemos que ele não determina nenhuma diferença como nos outros dois casos analisados anteriormente. Nos domicílios com “crianças alheias”, encontramos 35% de chefes de domicílio do sexo feminino com a qualidade branca, 31% do sexo masculino e brancos, 15% mulheres pardas, 13% homens pardos, 4% mulheres cabras e 2% homens cabras.

TABELA 51

Qualidade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Qualidade	Número	Porcentagem
Branco	30	65%
Cabra	3	7%
Crioulo	0	0%
Pardo	13	28%
Preto	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 52

Qualidade dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Homem	Número	Porcentagem	Mulher	Número	Porcentagem
Branco	14	67%	Branca	16	64%
Cabra	1	5%	Cabra	2	8%
Crioulo	0	0%	Crioula	0	0%
Pardo	6	28%	Parda	7	28%
Preto	0	0%	Preta	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 53

Sexo / qualidade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Sexo / Qualidade	Número	Porcentagem
Homem – branco	14	31%
Homem – cabra	1	2%
Homem – crioulo	0	0%
Homem – pardo	6	13%
Homem – preto	0	0%
Mulher – branca	16	35%
Mulher – cabra	2	4%
Mulher – crioula	0	0%
Mulher – parda	7	15%
Mulher – preta	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>46</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Ao observarmos as idades dos chefes de domicílio, também não encontramos um perfil muito diferente se compararmos com a análise geral da

área urbana de Mariana. A maior parte dos chefes de domicílios possuía acima de 40 anos, sendo que a faixa etária com maior representatividade foi de 50 a 59 anos, com 32%; faixa etária com maior porcentagem também no perfil geral e nos domicílios com expostos.

Na tabela sexo/idade, percebemos que, dentre os homens chefes de domicílios com “crianças alheias”, os pais biológicos optavam pelos mais velhos. Não encontramos nenhum que houvesse menos de 30 anos. Já entre as mulheres, encontramos chefes com idade um pouco menor, mas essas não apresentavam uma representatividade muito grande. No entanto, ao percebermos os que possuíam mais de 70 anos encontramos a maioria de homens – 9%, enquanto as mulheres totalizam apenas 2% do total. Embora haja essa diferença, ainda assim, em ambos os sexos, a maior parte dos chefes de domicílio se encontravam com idade entre 40 e 59 anos.

TABELA 54

Idade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Idade	Número	Porcentagem
Menos de 20	0	0%
20 – 29	4	9%
30 – 39	5	11%
40 – 49	10	22%
50 – 59	15	32%
60 – 69	7	15%
70 ou mais	5	11%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 55

Sexo dos homens e mulheres chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Homens	Número	Porcentagem	Mulheres	Número	Porcentagem
Menos de 20	0	0%	Menos de 20	0	0%
20 a 29	0	0%	20 a 29	4	16%
30 a 39	2	10%	30 a 39	3	12%
40 a 49	5	24%	40 a 49	5	20%
50 a 59	7	33%	50 a 59	8	32%
60 a 69	3	14%	60 a 69	4	16%
70 ou mais	4	19%	70 ou mais	1	4%
TOTAL	21	100%	TOTAL	25	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 56

Sexo / idade dos chefes de domicílios das residências com “crianças alheias”

Sexo / Idade	Número	Porcentagem
Homem - menos de 20	0	0%
Homem - 20 a 29	0	0%
Homem - 30 a 39	2	4%
Homem - 40 a 49	5	11%
Homem - 50 a 59	7	15%
Homem - 60 a 69	3	7%
Homem - 70 ou mais	4	9%
Mulher - menos de 20	0	0%
Mulher - 20 a 29	4	9%
Mulher - 30 a 39	3	7%
Mulher - 40 a 49	5	11%
Mulher - 50 a 59	8	16%
Mulher - 60 a 69	4	9%
Mulher - 70 ou mais	1	2%
TOTAL	46	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

#### 4.3.3 Perfil das “crianças alheias”

A diferença entre o número de meninas e meninos alheios era muito pequena, havendo um pouco mais de crianças do sexo masculino do que do sexo feminino. A única análise na qual encontramos esse número, pois, apesar de em todas as outras também encontramos um número equilibrado, a maioria sempre foi de meninas.

Esses números, assim como no caso dos expostos, não nos permitem afirmar que havia uma preferência pelos chefes de domicílio em acolher crianças de determinado sexo ou que havia a tendência em enviar para casa de terceiros mais crianças de um sexo do que de outro. Tanto homens como mulheres foram encontrados na condição de crianças agregadas em um número bastante significativo. Eram 64 crianças, distribuídas nos 46 domicílios aqui analisados.

TABELA 57

Sexo das “crianças alheias”

Sexo	Número	Porcentagem
Meninos	34	53%
Meninas	30	47%
TOTAL	64	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

A grande maioria dessas crianças aparece na Lista de Habitantes com a qualidade parda. São 56% do total analisado. Isso demonstra que as “crianças alheias” apresentavam uma condição social inferior se comparadas aos expostos, onde encontramos a maior parte de crianças sendo consideradas brancas. Dentre as “crianças alheias”, as brancas aparecem apenas em terceiro lugar – com 17%. As crioulas, com 19%, é a segunda categoria mais encontrada.

Além dessas três categorias – que aparecem tanto na análise de “crianças alheias” como expostas – encontramos também mais duas categorias: cabras e índios. Esses dois grupos de crianças eram encontrados em menor quantidade, representando respectivamente, 6% e 2% do total. Já os pretos, não aparecem entre as crianças agregadas, o que reforça mais uma vez a ideia de que essa qualidade remete, na maior parte das vezes, à condição escrava. Houve alguns casos em que foram entregues filhos de escravos para terceiros, mas estes não perdiam sua condição de cativo, aparecendo na Lista de Habitantes como “agregado escravo” de “fulano de tal”. Como nossa análise não abrange crianças escravas, elas não foram contabilizadas.

Também havia as crianças pretas forras, mas elas não aparecem, na Lista Nominativa, como agregadas em casa de terceiros. Há apenas duas crianças que aparecem com forras, e elas são pardas. Se levarmos em consideração o sexo e a condição dessas crianças não identificamos diferenças. Tanto entre meninos como entre meninas, encontramos a maioria pardos, seguidos de crioulos, brancos e por último os cabras e índios. A única diferença é que, entre as mulheres, havia um número um pouco maior entre crioulas e não houve nenhuma índia.

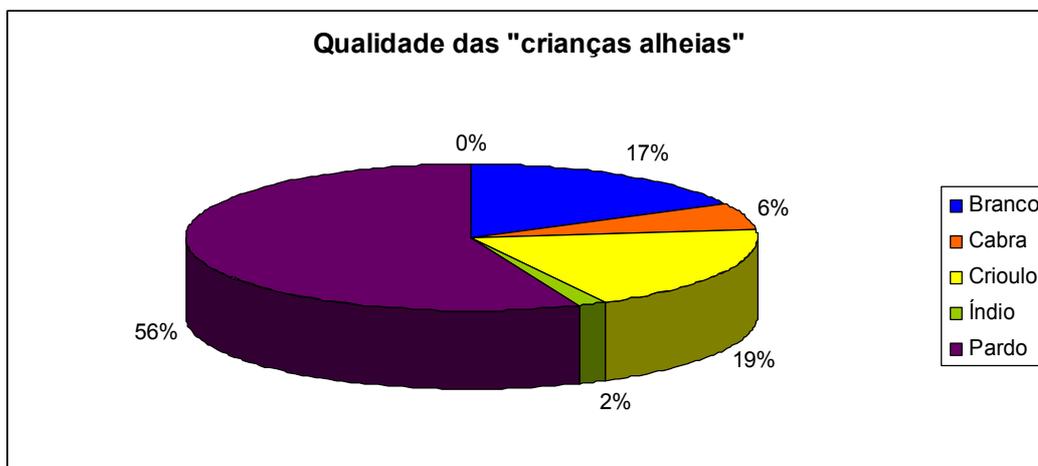
TABELA 58

## Qualidade das “crianças alheias”

Qualidade	Número	Porcentagem
Branco	11	17%
Cabra	4	6%
Crioulo	12	19%
Índio	1	2%
Pardo	36	56%
Preto	0	0%
TOTAL	64	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), códice 651

GRÁFICO 19



Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 59

Sexo / qualidade das "crianças alheias"

Sexo / Qualidade	Número	Porcentagem
Menino – branco	5	8%
Menino – cabra	1	2%
Menino – crioulo	5	8%
Menino – índio	1	2%
Menino – pardo	22	34%
Menino – preto	0	0%
Menina – branca	6	9%
Menina – cabra	3	4%
Menina – crioula	7	11%
Menina – índia	0	0%
Menina – parda	14	22%
Menina – preta	0	0%
TOTAL	64	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 60

Qualidade das "crianças alheias" do sexo masculino e feminino

Menino	Número	Porcentagem	Menina	Número	Porcentagem
Branco	5	15%	Branca	6	20%
Cabra	1	3%	Cabra	3	10%
Crioulo	5	15%	Crioula	7	23%
Índio	1	3%	Índia	0	0%
Pardo	22	64%	Parda	14	47%
Preto	0	0%	Preta	0	0%
TOTAL	34	100%	TOTAL	30	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

Das 64 crianças aqui analisadas, encontramos 75% com mais de 7 anos de idade. Uma porcentagem maior se compararmos com os expostos, os quais possuíam 56% das crianças com mais de 7 anos. A preferência por acolher crianças com idade um pouco mais avançada pode sugerir que os criadores viam nelas uma opção de mão de obra. Essas crianças poderiam ajudar não somente nos afazeres domésticos, mas também serem auxiliares nas ocupações de outros moradores.

As crianças que possuíam entre um e 7 anos representam 23%. Ao desmembrarmos as idades iremos encontrar uma criança de um ano (2%), duas crianças de 2 anos (3%), três crianças de 3 anos (4%), uma criança com 4 (2%), nenhuma com 5, três com 6 (4%) e cinco com 7 anos (8%). Isso significa que não era comum a agregação de crianças muito novas, tanto que, foi encontrada apenas uma com menos de um ano de idade.

As crianças mais novas eram normalmente meninas. Dentre elas, encontramos 30% que possuíam a idade entre 1 e 7 anos; dentre os homens essa porcentagem é de 18%. No entanto, o único recém-nascido encontrado na lista era do sexo masculino.

TABELA 61

## Idade das “crianças alheias”

Idade	Número	Porcentagem
Menos de 1	1	2%
1 a 7	15	23%
Acima de 7	48	75%
TOTAL	64	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 62

## Idade dos meninos e meninas “alheios”

Meninos	Número	Porcentagem	Meninas	Número	Porcentagem
Menino - menos de 1	1	3%	Menina - menos de 1	0	0%
Menino - 1 a 7	6	18%	Menina - 1 a 7	9	30%
Menino - acima de 7	27	79%	Menina - acima de 7	21	70%
TOTAL	34	100%	TOTAL	30	100%

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

TABELA 63  
Sexo / idade das “crianças alheias”

<b>Sexo / Idade</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem</b>
Menino - menos de 1	1	2%
Menino - 1 a 7	6	9%
Menino - acima de 7	27	42%
Menina - menos de 1	0	0%
Menina - 1 a 7	9	14%
Menina - acima de 7	21	33%
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>100%</b>

Fonte: AHCMM, Lista de Habitantes, Distrito de Mariana (1819), código 651

As análises feitas no presente capítulo mostram que expostos e “crianças alheias” apresentavam perfis e residiam em domicílios diferenciados. Isso nos sugere que também havia uma diferença entre a prática do abandono e a entrega de uma criança, que seria agregada em casa de terceiros. Eis aí a questão central de nossa pesquisa. Havia formas diferenciadas de “circulação de crianças” em Mariana.

## Capítulo V – Tipologia da circulação em Mariana

No capítulo anterior, através da história quantitativa, vimos as características que permeavam domicílios que acolhiam crianças. Embora houvesse uma gama de possibilidades na configuração dessas residências, além de inúmeras possíveis atitudes intrínsecas aos sujeitos sociais que participaram dessa prática, conseguimos traçar o perfil que caracterizava a maior parte dos domicílios. Através dessa análise, conseguimos perceber diferenças e similaridades entre as crianças que levavam consigo a condição de expostas e aquelas as quais, aqui, chamamos de “criança alheias”.

### 5.1 “Crianças alheias” x crianças expostas

Muitos eram os domicílios que acolhiam crianças. O número delas em cada residência era variável. Foram poucos os casos em que havia mais de quatro residindo na mesma casa, fossem elas expostas ou “alheias”. Não havia também muitos domicílios que acolhiam essas duas categorias de crianças e que, além deles, ainda contassem com filhos residindo no mesmo domicílio.

Todavia, essas residências raramente eram formadas apenas pelo grupo familiar. Além das crianças que haviam sido acolhidas, normalmente encontramos também a presença de escravos e outros agregados. Apesar de apresentar uma porcentagem muito mais significativa nos domicílios que acolhiam crianças, percebemos que, na verdade, a prática de se ter agregados era bastante comum na área urbana de Mariana no início do século XIX. A presença de escravos também é inquestionável, dado a sociedade escravista que estamos analisando.

A presença de filhos dos chefes de domicílio se mostrou mais intensa nas residências que acolhiam expostos. No caso dessas crianças, normalmente a referência que se tem sobre o ato do abandono é que elas haviam sido deixadas na porta da alguma casa. Os documentos nos mostram a atitude dos moradores – pelo

menos daqueles os quais aparecem nas fontes<sup>158</sup> – da residência escolhida pelos pais biológicos, que, normalmente, após batizarem a criança, acabavam criando-a. Provavelmente, houve casos em que os moradores do domicílio que receberam a criança não quiseram criá-la e a entregaram a outra família, mas, infelizmente, não encontramos exemplos desse tipo nos documentos analisados.

No entanto, podemos supor que a presença de filhos nos domicílios com expostos está relacionada à decisão dos pais biológicos, ao escolherem o local para abandonar a criança. Como esta era uma decisão que partia principalmente dos pais, a ideia de que, um ambiente onde o chefe de domicílio já havia tido experiência na criação de um filho seria melhor para a criação de uma criança, é totalmente coerente. Tanto que, ao analisarmos todos os dezesseis domicílios com expostos que possuem filhos dos chefes de domicílios, em nenhum deles esses filhos são mais novos que os expostos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio e procurando determinar como seriam os casos das “crianças alheias”, podemos supor que a circulação delas nos domicílios estava condicionada a um interesse que partia não apenas da família de origem, mas também da família acolhedora e, por vezes, até da própria criança. Nesses casos, parece que a escolha estava condicionada a outros interesses, além da preocupação da capacidade de se criar uma criança. No entanto, a presença de filhos dos chefes de domicílios pouco importava; ao contrário, poderia até dificultar a aceitação de se acolher uma “criança alheia”.

A ideia da busca de um lugar com boas condições, e que atendessem às necessidades das crianças, está presente em ambos os casos. Essa atitude confirma o que afirmou Linda Pollock (*Los niños olvidados* – 1983): as preocupações e os cuidados dos pais biológicos são essenciais para a sobrevivência da criança.<sup>159</sup>

Essa preocupação dos pais – e a diferença entre o processo de acolhimento de um exposto e de uma “criança alheia” – nos ajudam a entender também outras características dos perfis anteriormente analisados. A presença maior de mulheres nos domicílios com crianças expostas nos remete novamente a decisão dos pais biológicos. Se a experiência na criação de filhos era um fator importante, a presença de uma mulher no domicílio era ainda mais. Podemos apontar também

---

<sup>158</sup> Encontramos registros sobre como foi feito o abandono em fontes como o batismo dos expostos (encontrados no Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana) e as matrículas da Câmara Municipal (que estão no AHCMM).

<sup>159</sup> POLLOCK, 1990, p. 58.

outra perspectiva possível. Mesmo os pais abandonando as crianças na porta de casas aonde residiam apenas homens, a possibilidade de eles aceitarem ficar com os bebês era menor do que em domicílios onde moravam mulheres.

Isso já não acontecia nas residências com “criança alheias”, as quais, com uma porcentagem muito mais significativa, foram agregadas em casas que possuíam apenas homens. Cabe destacar aqui a diferença de idade entre estas últimas e as expostas. Para se abandonar uma criança na porta de uma casa ela tinha que ser recém-nascida ou ter no máximo dois anos de idade. Com as “crianças alheias” a idade não era tão determinante. Ela poderia muito bem ser agregada em qualquer época de sua vida. E uma criança com mais idade precisa de menos cuidados do que uma muito nova. Isso poderia justificar, nesses casos, o número significativo de homens chefiando domicílios e a ausência de mulheres em alguns deles. Se observarmos esse tipo de residência, veremos que, em todas as ocorrências, as “crianças alheias” eram do sexo masculino, possuíam mais de sete anos e pelo menos algum morador do domicílio apresentava alguma ocupação.

Ao levarmos em consideração a idade das crianças que foram encontradas na Lista Nominativa analisada, veremos que, tanto entre as crianças expostas quanto as “alheias”, o número de recém-nascidos era reduzido. Em ambos os casos, temos apenas uma criança encontrada com menos de um ano. Ao analisarmos todas as crianças com essa idade encontradas na Lista – independente da relação que elas possuíam com os chefes de domicílios – veremos que na área urbana de Mariana, no início do século XIX, a presença delas não era tão comum. Apenas dezesseis crianças, além das duas já citadas, encontravam-se nessa idade. Boa parte eram filhas dos chefes de domicílio (nove crianças) e as outras, ou seja, cinco, eram escravas. É provável que a mortalidade, tão comum nas sociedades do passado, principalmente entre as crianças, explique esse pequeno número de recém-nascidos.

Todavia, tais números nos demonstram que o abandono ou a agregação de crianças recém-nascidas não foi marcante no ano de 1819, para a cidade de Mariana. No caso dos expostos, que provavelmente eram abandonados ainda muito novos, esse número reduzido pode confirmar mais uma vez a tendência à diminuição do abandono a partir do século XIX. Entre as “crianças alheias”, já levantamos a hipótese de que normalmente eram agregadas, em casa de terceiros,

em idades mais avançadas. Tanto que, ao compararmos a porcentagem de crianças na idade entre um e sete anos, constatamos, entre os expostos, um número mais significativo do que entre as “crianças alheias”; é, nessa última categoria, que encontramos o maior número de crianças com mais de sete anos.

Voltando ao perfil dos chefes de domicílios, percebemos outra diferença, que diz respeito ao estado civil dos mesmos. Foram as mulheres viúvas as que mais acolheram crianças expostas. Elas não representam uma parte significativa no perfil geral que justifique sua presença marcante entre os chefes de domicílios. Mais uma vez, voltamos à questão da escolha dos pais, em relação a um ambiente que acreditavam ser melhor para os expostos. Entre as “crianças alheias”, encontramos características muito próximas do perfil geral da sociedade marianense, o que significa que o estado civil dos chefes de domicílio não condicionava a escolha das pessoas envolvidas na prática do acolhimento dessas crianças.

Ao analisar a “qualidade” dos chefes de domicílios, vemos que apenas pessoas brancas, pardas e cabras foram identificadas. Os “crioulos” e “pretos” não estavam entre o grupo de pessoas que acolhiam crianças em suas casas. Isso significa que raros foram os casos os quais pessoas da camada mais pobre da sociedade acolheram crianças. Dentre os expostos, esse fato é ainda mais interessante, pois temos a tendência a acreditar que, devido os pagamentos da Câmara, pessoas com situações financeiras escassas teriam o interesse em acolher crianças expostas para receber o pagamento. Porém, como vimos no capítulo anterior, poucas são as pessoas que aparecem na Lista de Habitantes e nos Registros de Receita e Despesa, o que nos sugere que ter acesso ao recurso disponibilizado pela assistência não devia ser fácil.

Com certeza, pais procuravam ambientes com melhores condições para seus filhos e os criadores só poderiam aceitar a presença dessas crianças se houvesse recursos suficientes para criá-las. Para compreendermos os casos em que criança foi deixada em domicílios com baixa renda – como ocorreu com duas “crianças alheias” que foram acolhidas em residências de indigentes – podemos retomar a ideia de Claudia Fonseca. A autora afirma que em casos nos quais as mães, impossibilitadas de criarem seus filhos e que encontravam sua rede de

parentesco já saturada, procuravam outras soluções – que poderiam não ser economicamente tão interessantes – para deixar suas crianças.<sup>160</sup>

No entanto, dentre todos os aspectos analisados, um desperta mais nossa atenção: a qualidade das crianças. Como já dissemos no capítulo anterior, nos séculos XVIII e XIX, a qualidade de uma pessoa não dizia respeito apenas a sua “cor” e a sua “raça”. Ela significava também uma representação social. Em relação a isso, encontramos uma diferença significativa entre os expostos e “crianças alheias”. No primeiro caso, temos a maioria de crianças brancas. Elas eram 71% do total! Isso representa que ser um exposto não significava uma desqualificação social. Ocorre justamente o oposto. Ao ser abandonada, a criança normalmente adquiria a qualidade das pessoas mais favorecidas socialmente: ela se tornava ou pelo menos era reconhecida como “branca”. Fato que nos leva a outro ponto ainda mais interessante. A qualidade da criança exposta não possuía relação com a qualidade da sua família de origem. É claro que algumas dessas crianças podem ter sido abandonadas por famílias brancas – principalmente se destacarmos os casos em que o motivo do abandono foi por ilegitimidade –, mas não acreditamos que esses casos tenham sido tão significativos a ponto de justificar a presença de 71% de crianças expostas brancas. O próprio perfil da sociedade de Mariana, que possuí, dentre os chefes de domicílios, apenas 38% de brancos, não nos permite fazer tal afirmação.

Se tal hipótese for aceita, poderíamos afirmar que havia uma ruptura, em termos da “qualidade” da criança exposta, no que diz respeito à família de origem. Ruptura, aqui, não necessariamente no sentido físico, mas no sentido social. Na sociedade escravista, era melhor ser associado à condição de “exposto” do que ser oriundo, ainda que indiretamente, do universo social da escravidão. Paradoxalmente, o abandono se tornava uma forma de ascensão social, principalmente entre pardos e mulatos, que passavam a ser considerados oficialmente como “brancos”. Isso não ocorria com as “crianças alheias”. Entre elas a maioria é parda – representam 56%. As “brancas” aparecem apenas em terceiro lugar, depois das “crioulas”. Podemos, portanto, supor que as “crianças alheias” não perdiam a referência de qualidade de sua família de origem ao se tornarem agregadas nas casas de terceiros. Nesses casos, não havia a ruptura

---

<sup>160</sup> FONSECA, 2006, p. 37.

social da criança em relação à família de origem, como ocorria entre os expostos. É esse tipo de “circulação de crianças” que permitia a criação de uma rede de solidariedade entre as partes envolvidas, tendo como figura principal a criança.

No entanto, a qualidade das “crianças alheias” nos permite outro tipo de análise: perceber qual o grupo social que estavam entregando os filhos para serem criados por outras famílias. Isso nos ajuda a explicar a porcentagem maior de crianças crioulas sendo agregadas em casa de terceiros, se comparadas às brancas. Apesar da presença de brancos pobres, era na camada mais abastada da sociedade que identificamos os brancos. Não seria por falta de recursos que essas pessoas entregariam seus filhos para serem criados por outras famílias. Além do mais, as redes de solidariedade que envolvia esse grupo de pessoas, não parecem ter sido constituídas através da “circulação de crianças”.

## 5.2 Expostos e “crianças alheias”: algumas trajetórias

Com o objetivo de complementar a história serial, iremos analisar a trajetória de algumas crianças expostas e “alheias”. Ao falar da história qualitativa, Giovanni Levi, utilizando-se de outro autor, afirma

A meu ver, em vez de negar as abordagens seriais quantificadas, ele as complementa, permitindo uma análise em profundidade que prefere aos heróis de primeiro plano da história tradicional os depoimentos da normalidade (...).<sup>161</sup>

A história qualitativa nos permite perceber os sujeitos sociais como serem ativos, mostrando que são muito mais do que simplesmente números e estatísticas. Os estudos de caso, quando trabalhados com cuidado, nos apresentam a gama de possibilidades de ação de uma pessoa, que convive não só de certezas, mas de dúvidas, erros, arrependimentos, dentre os inúmeros outros sentimentos que permeiam entre cada um. Infelizmente, não são todos esses sentimentos que encontramos nos documentos, pois, como afirma Levi, “as fontes de que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas, ou seja, acerca dos fatos”.<sup>162</sup> Entretanto, os

<sup>161</sup> VOVELLE, 1985, *apud*, LEVI, In: AMADO; FERREIRA, 2006, p. 177.

<sup>162</sup> LEVI, In: AMADO; FERREIRA, 2006, p. 173.

estudos de caso trazidos nesse capítulo irão nos mostrar como a prática do acolhimento de crianças interferia na vida das pessoas envolvidas nesse processo.

### 5.2.1 *Paternidade reconhecida*

Um menino foi exposto na porta da casa de Maria Pereira em 1751. Esta era moradora em Catas Altas e possuía o ofício de parteira. Ao ir exercer seu ofício, levou o dito exposto, o qual batizou na Capela de São Francisco do Brumadinho, filial da Matriz de Catas Altas, pondo-lhe o nome de Joaquim. O registro de batismo atesta o seguinte:

[Fl. 3] Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil setecentos e cinquenta e um na Capela de São Francisco de Brumadinho filial desta Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas o Reverendo Felipe de Cerqueira Távora de licença minhas batizou e pôs os santos óleos a Joaquim pardo [*corroído*] exposto em casa de João Gomes da Silva, e Maria Pereira Dias todos desta freguesia, de que fiz este assento [*corroído*] supra = o Vigário Manoel Ribeiro Taborla (...).<sup>163</sup>

No processo de ação cível, Maria Pereira destaca um erro nesse registro, alegando que a criança não fora exposta em casa de João Gomes da Silva, e sim, em sua casa, o que, através da alegação de várias testemunhas, acaba sendo comprovado.

Durante os oito anos seguintes, Maria criou Joaquim, até que, em sete de maio de 1759, o Capitão João Favelo Roubão lhe mandou tirar a criança sob a alegação de ser seu tutor. Consta no documento que

[Fl. 4] (...) Maria Pereira moradora nesta Freguesia a Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas que a ela suplente lhe deixaram um enjeitado a sua porta e dele tomou conta e o criou por espaço de oito anos e em sete de maio passado lhe mandou tirar por ordem de justiça o Capitão João Favelo Roubam como testamenteiro do defunto Francisco Vieira e juntamente tutor do mesmo enjeitado por nome Joaquim que diz ser órfão e filho do dito defunto (...).<sup>164</sup>

O testamento de Francisco Vieira nos mostra que, além dessa criança exposta, ele ainda possuía duas filhas; uma já se encontrava casada e a outra morava na casa de terceiros. Sobre essas filhas, Francisco alega o seguinte em seu testamento:

<sup>163</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 390, auto 8533. Referência do documento cedida pelo professor Dr. Renato Pinto Venâncio.

<sup>164</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 390, auto 8533.

[Fl. 11] § Item declaro que sou solteiro e nunca fui casado, e pela torpeza de meus pecados tive certos tratos ilícitos com uma mulher parda por nome Maria Pereira moradora nas Minas Novas na Chapada da qual dita mulher tive duas filhas naturais, uma por nome Rosa que se acha casada com Mathias de Souza e em Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado e outra por nome Quitéria que estava em casa de João Carvalho homem casado morador nas Minas Novas donde se criou, cuja mulher de João Carvalho é sua madrinha e não sei se a dita rapariga assiste ainda em sua companhia as quais ditas minhas filhas por certas razões que há não herdaram nada de minha fazenda; mas como não tendo outros herdeiros forçados senão a minha alma de minha própria [*corroído*] [fl.11v] de pessoa alguma as nomeio e instituo por minhas universais herdeiras de minha fazenda e reservo para mim a terça parte de meus bens e na dita terça parte no nomeio e instituo a minha alma por minha universal herdeira §.<sup>165</sup>

Entretanto, no mesmo testamento, folhas depois, atesta ter outro filho, o qual também nomeia como herdeiro:

[Fl. 6] Declaro mais que no Arraial das Catas Altas em casa de Maria Pereira mulher curadeira se acha um mulatinho que lhe entregarão por nome Joaquim e foi seu padrinho de batismo João Gomes da Silva defunto e madrinha a dita Maria Pereira que o tem em seu poder e é forro, e forro nasceu e forro se batizou e o nome da mãe do dito mulatinho não convém declará-lo, o qual dito mulatinho é meu filho ainda que por certas razões ou privilégios não era meu herdeiro mas como não tinha outros herdeiros forçados de minha própria ou livre vontade [*corroído*] [fl. 6v] também por meu universal herdeiro e entrará a herdar na minha fazenda com as ditas duas minhas filhas Rosa e Quitéria, que estão nomeados no dito meu testamento e somente a terça parte é minha como nele declaro (...).<sup>166</sup>

O pai do exposto Joaquim tinha total conhecimento de onde estava seu filho, citando inclusive os nomes dos seus padrinhos de batismo. Isso não significava que Francisco tivesse algum contato com o filho. A própria criadora da criança afirma em ação cível que não tinha conhecimento da filiação de Joaquim até o momento em que ele foi retirado de sua casa, o que não podemos afirmar se é realmente verdade. Independente disso, o pai biológico sabia exatamente sobre o paradeiro do respectivo filho.

A esse fato, podemos associar o papel da Igreja não apenas frente ao abandono de crianças, mas a várias outras práticas sociais.

<sup>165</sup> ACSM, Inventário, 1º ofício, código 138, auto 2876.

<sup>166</sup> ACSM, Inventário, 1º ofício, código 138, auto 2876.

O registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo. O batismo significava a comprovação de ser a pessoa filha dos pais e da terra alegados. A união matrimonial só existia se o casal tivesse recebido as bênçãos de um padre, com testemunhas e assentos em livros próprios. O registro de óbito paroquial representava a morte social. Forneciam-se atestados de viuvez, por párocos que transcreviam o registro de óbito dos cônjuges. Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passava pelo olhar e controle da Igreja.<sup>167</sup>

Os padres exerciam, portanto, uma função essencial no batismo de expostos. Em localidades pequenas, onde na maioria das vezes era difícil esconder uma gravidez, eram eles os responsáveis por atestar a condição de abandono. Dificilmente não sabiam a filiação, mas mesmo assim, através do batismo, “transformavam” a criança em exposta.

Entregar filhos em outras localidades foi possivelmente uma das maneiras encontradas pelos pais para ocultar a filiação. Francisco Vieira, em vez de abandonar seu filho em Bento Rodrigues, localidade onde residia, deixou a criança na porta de uma senhora que morava a três léguas, no Arraial de Catas Altas. Na ação cível, Maria Pereira afirma que

[Fl. 15] (...) por quanto em todo o tempo que foi vivo Francisco Vieira nunca se soube que tivesse filho, e menos o declarava, e se desse a autora as sobreditas quantia logo se vinha no conhecimento; porém por se não saber enquanto foi vivo o dito Francisco Vieira sempre ocultou ter filho algum.<sup>168</sup>

Mesmo conseguindo esconder o fato de ter tido um filho exposto, isso não exime a possibilidade de que algumas pessoas soubessem da existência dessa criança e conhecessem sua filiação. Apenas dessa forma era possível que Francisco Vieira soubesse a localização de seu respectivo filho, assim como os padrinhos do mesmo.

Encontramos outros casos que nos mostram que os pais biológicos tinham conhecimento sobre o destino dos filhos. Um deles é o Capitão-mor João Antônio dos Santos, morador em Mariana. Vejamos o testamento, que data de 1801:

[Fl.2] (...) Declaro ter ao presente filho algum do matrimônio mas sim por fraqueza humana sendo ainda solteiro tive dois filhos chamados João e Maria de uma moça solteira por nome Josefa Maria Esteves moradora nesta cidade [fl.2v] aos quais meninos instituo por meus herdeiros debaixo da tutela e

<sup>167</sup> FARIA, 1998, p. 307.

<sup>168</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 391, auto 8549.

curadoria de minha mulher testamenteira, e na falta desta dos mais testamenteiros nomeados.<sup>169</sup>

Além de reconhecer os filhos, nos mostra que ainda tem algum contato com a mãe das crianças, Josefa Maria, ao afirmar que

[Fl.2v] Declaro haver dado a Josefa Maria Esteves uma escrava por nome Joana cuja devoção confirmo por este testamento para que lhe não possa ser tirado antes recomendo a minha mulher e testamenteiros que a favoreçam no que puder (...).<sup>170</sup>

No decorrer do Inventário, nada consta ter sido dado a Josefa Maria, e, quanto à tutela de seus filhos, a esposa do Capitão-mor João a recusa. Após a sugestão de vários tutores, o último a ser citado é Gonçalo da Silva Lima.

Nos registros de batismo encontramos a referência de um dos expostos, João. Batizado no dia 23 de maio de 1796, consta que ele foi abandonado na casa do Alferes João Antônio dos Santos. Teve como padrinhos o Capitão Agostinho Pereira Braga e sua mãe, Josefa Maria (AEM, Registro de batismo, prateleira “O”, livro nº 7). Nesse caso, podemos perceber claramente o papel do padre que batizou a criança. Sendo todos moradores de Mariana, é muito difícil acreditar que não se soubesse a filiação da criança. Ainda por cima, João foi apadrinhado pela sua própria mãe.

Encontramos outro exemplo que, não se trata especificadamente do reconhecimento de paternidade, mas nos mostra como era complicado expor uma criança e ocultar sua filiação. É o caso do exposto Felisberto Francisco Rego, que, em 1790, entra com os proclames matrimoniais para se casar com a Maria Carmo, parda forra. Em relação aos processos matrimoniais, convém destacar que

Para o trâmite dos processos eram exigidas numerosas certidões a fim de afastar os impedimentos ao matrimônio estipulados pelo direito canônico, e a possibilidade de bigamias. (...) os documentos deveriam, a princípio, acompanhar toda a vida dos noivos por todas as paróquias por onde passaram.<sup>171</sup>

Nesse caso, encontramos o relato de testemunhas responsáveis pelas informações do passado do noivo. É nesses relatos que encontramos a informação que Felisberto Francisco Rego foi exposto na casa do Furriel José do Rego, em Minas Novas. Além disso, uma das testemunhas afirma

<sup>169</sup> ACSM, Inventário, 1º ofício, código 65, auto 1405.

<sup>170</sup> ACSM, Inventário, 1º ofício, código 65, auto 1405.

<sup>171</sup> FIGUEIREDO, 1997, p. 36.

[Fl.3v] (...) que é fama pública nos ditos Minas Novas ser o justificante filho de uma cabra de nome de nome Teodora do Rego do mesmo continente de Minas Novas o que tudo sabe pelo ver ser notório, como também que o mesmo justificante fora batizado [fl.4] na dita Freguesia de São Preto de Minas Novas, sendo padrinho do mesmo um cunhado dele testemunha por nome de José de Souza Passos, e que o tal justificante dizem filho natural da dita cabra e mais nada disse e assinou o juramento (...).<sup>172</sup>

Os casos dos expostos Joaquim, João e Felisberto nos mostram que o abandono muitas vezes não representava um desligamento total da criança com sua família de origem. Por vezes, os pais biológicos desses expostos sabiam da localização dos filhos e de detalhes de sua vida que apenas alguma proximidade poderia justificar. No entanto, isso não significava que as crianças tivessem uma ligação social com a família de origem. A partir do momento o qual recebiam a condição de expostas, elas perdiam toda a referência que poderiam associá-las a família biológica. Vimos isso quando analisamos a qualidade dos expostos encontrados na Lista de Habitantes de Mariana.

Essa hipótese, uma vez mais, se confirma no caso do exposto Joaquim. Mesmo sendo batizado como pardo na Capela de São Francisco de Brumadinho em 1751, Joaquim foi chamado por seu pai biológico como mulato, que procurou destacar, inclusive, que a criança era forra. Ao consultar o testamento de Francisco, vemos que, ao falar sobre o filho, afirma:

[Fl. 16] Maria Pereira que o tem em seu poder e é forro, e forro nasceu e forro se batizou e o nome da mãe do dito **mulatinho** não convém declará-lo (...) [grifo meu].<sup>173</sup>

Na ação civil, temos, portanto, o nome da mãe do dito Joaquim, que se apresenta como testemunha do réu, o Capitão João Favelo Roubão. Maria Pereira, com o objetivo de que não se atendesse os relatos dessa testemunha alega:

[Fl.25] Porque a testemunha Quitéria Vieira preta **forra é público, e notório ser a mãe do exposto** (...) [grifo meu].<sup>174</sup>

Joaquim, ao ser exposto, perde sua condição de forro e de mulato e passa a ser apenas pardo.

<sup>172</sup> AEM, Processo Matrimonial, armário 02, pasta 221, registro 2208.

<sup>173</sup> ACSM, Inventário, 1º ofício, código 138, auto 2876.

<sup>174</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 391, auto 8549.

Mesmo depois de ter sua filiação reconhecida, normalmente o exposto não retornava a residência de sua família de origem. Vimos isso nos três casos aqui retratados. Joaquim, que tem a paternidade reconhecida no testamento do pai, durante a ação cível movida por sua criadora contra seu tutor, descobre que Quitéria Vieira, preta forra, era sua mãe. Porém, Quitéria não faz nenhum esforço para ter a oportunidade de criar seu filho; ao contrário, ainda ajuda o seu tutor, testemunhando a favor do mesmo. Joaquim é acabado de criar pelo Capitão João Favelo Roubão.

O mesmo acontece com os expostos João e Maria. Em testamento, além de reconhecer a paternidade, o pai das crianças indica quem é a mãe. No entanto, o nome dela não é nem mesmo citado como possível tutora dos filhos. No caso de Felisberto isso é ainda mais claro. Já na idade de 33 anos – como consta no processo matrimonial – e sendo “de fama pública” quem era sua mãe, em nenhum momento esse exposto voltou a morar com ela. Além do mais, no processo matrimonial era tratado como exposto na casa do Furriel José do Rego. Apenas no momento em que era importante destacar a sua filiação, com o objetivo de comprovar que não havia nenhum impedimento consanguíneo que impossibilitasse o casamento, que foi destacado ser Felisberto filho natural de Teodora. Ainda assim, nesses momentos, a condição de exposto não era ignorada.

Porém, ao retornar no caso de Joaquim, encontramos o que, possivelmente, era uma exceção. Ao ficar com o seu tutor, o Capitão João Favelo Roubão, ele perde sua condição de exposto. O Capitão, provavelmente interessado no controle da herança, não deixou de se preocupar com a educação do menino. Joaquim parece ter sido entregue por pelo menos um ano para José Pinto da Fonseca, para que pudesse ir à escola. O menino aprendeu a ler, a escrever e o ofício de sapateiro. Foi justamente nesse momento, em que Joaquim passa a ser criado pelo seu tutor, o testamenteiro de seu pai biológico, que ele parece perder sua condição de exposto para se tornar órfão. Isso não significa que ele voltou a conviver com sua família biológica, pois seu tutor nada mais era que um “criador”. No entanto, para que o Capitão João Favelo Roubão reafirmasse o direito como tutor e para que pudesse não apenas criá-lo, mas também ter o controle da herança, Joaquim deixa de ser apenas pardo para ser citado nos documentos ora como “mulatinho”, ora como “pardo forro”, ora apenas como “órfão” e não mais como exposto.

[Fl. 110] Recebi da mão do Capitão João Favacho Roubam dezesseis oitavas de sustento de Joaquim **órfão** que ficou do defunto Alferes Francisco Vieira da Silva a quais me pagou como tutor do dito órfão de sustento de um ano que esteve em minha casa para ir a escola e por ser verdade e para seu [*ilegível*] passei este hoje Inficcionado, 28 de junho de 1762.

José Pinto de [Fonseca] [Ass]

[Fl. 109] Recebi d Capitão João Favacho Roubam [tutor] **pardo forro** por nome Joaquim Vieira para lhe ensinar o ofício de sapateiro por verdade passei este por mim somente assinado. Inficcionado, 18 de abril de 1763.

Manoel Machado e [Sangalo] [Ass]

[Fl. 108] Recebi do Senhor Capitão João Favacho Roubam cinco oitavas e meia de ouro que me pagou por ensinar o **mulatinho** Joaquim filho do defunto Francisco Vieira da Silva por quais me pagou como tutor do dito órfão e por ter pago e satisfeito do tempo que lhe ensinei a ler e escrever lhe passei esta para sua clareza e verdade. Hoje, Inficcionado, 28 de junho de 1764.

Francisco Joseph de Almeida [Ass]

[Fl. 107] Recebi do Senhor Capitão Favacho a quantia de quinze oitavas e doze vinténs que me pagou da receita abaixo que foi para o **órfão** Joaquim de que ele dito Senhor é tutor a saber

cinco linhas de pano de linho para duas camisas \_\_\_\_\_ 2 “ 6

mais uma farda de pano e um sertum \_\_\_\_\_ 8 ½ 7

mais um chapéu \_\_\_\_\_ /2

[*corroído*]

mais um calção de pano azul \_\_\_\_\_ 2 ¼ 5

mais um sertum \_\_\_\_\_ 1/4 6

\_\_\_\_\_ 15 ¼ 4

e por ter pago e satisfeito da dita quantia a soma lhe passei este por mim feito o assinado hoje Inficcionado, 3 de Maio de 1765.

José Correia Pereira [Ass]

[grifos meus].<sup>175</sup>

### 5.2.2 O acolhimento de “crianças alheias”

Raquel, filha natural do Tenente Silvério Reginaldo de Araújo, foi agregada na casa de José Antonio Barreto para que pudesse aprender o ofício de costureira. Porém, a menina não retornou ao domicílio de sua família biológica, como havia sido o combinado. O pai entra com uma ação cível contra o chefe de domicílio no qual a filha se encontrava.

[Fl. 5] Diz o Tenente Silvério Reginaldo de Araújo morador em São Caetano do Xopotó Termo de Mariana que por fragilidade humana no dia 29 de agosto de 1807 foi chamado ao Arraial da Espera, e ai toda via recebeu uma menina que

<sup>175</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 391, auto 8549.

depois se batizou com nome Raquel; o suplicante que sempre procurou viver as leis da nobreza, e por deveres naturais. Fez o suplicante a próprias expensas, criar, manter, e no temor de Deus e das Leis, educar, segundo as regras físicas e morais a sobredita menina Raquel, até a completa idade de dezesseis anos. Em dias do mês de outubro de 1823 tendo o suplicante de fazer tecer 57 libras de fio de algodão de diferentes números quais 28 libras de duas varas, 23 de duas e meia, 6 de quatro, querendo aquela menina se adestrasse neste exercício, assentou também de economizar, e por que lhe faltava o laboratório de semelhante manufatura, conversando isso mesmo com José Antonio Barreto, casado com Leonarda, este de bom grado lhe ofereceu ao suplicante dizendo ter em sua casa e Fazenda todas as maneiras concordes ao pensamento do suplicante, que anu-i-o o recebimento do obséquio, que o suplicado converteu em projeto maquiavélico por que indo, a sobredita do suplicante, e com ela os fios de algodões recontados jamais voltaram, como deviam ao seu poder: Os deveres da honra, e obrigação paternal, juntamente o prejuízo que segue ao suplicante da falta do fio de algodão, o obrigam também a visa da resistência do suplicado a rogar a Vossa Excelência seja servido mandar, que o Capitão Mor do Termo imbuído nas qualidades do suplicante e do mais, com conhecimento de causa, até suplicante se re entregue tanto sua filha dita menina Raquel, como também os fios de algodão ou pano resultantes, isto que é com fé com o Espírito de Vossa Excelência que se coadjuva com a atual legislação faz que o suplicante de baixo dos mesmos asilos espere o pretendido deferimento.<sup>176</sup>

Esse caso nos exemplifica de forma clara a diferença já destacada entre expostos e agregados. Raquel não foi entregue a outra família simplesmente para ser criada. Havia outro interesse por de trás desse tipo de “circulação”. Ao entregar a filha para José Antonio Barreto o pai pretendia que essa aprendesse o ofício de costureira e que tecesse os panos, que alegou precisar. O caso de Joaquim, João, Maria e Felisberto foi diferente. Eles foram entregues a uma família que, pelo menos a princípio, seria responsável por toda sua criação. Como vimos, essa diferença explica os outros padrões encontrados ao analisarmos os expostos e as “crianças alheias”. A presença de filhos nas residências dos chefes de domicílio, a idade da “criança alheia” ou exposta, o sexo dos moradores da residência; todas essas características apresentam um perfil diferente dependendo da forma de “circulação” dessas crianças.

Cabe destacar também outra diferença encontrada no caso de Raquel se comparada aos expostos Joaquim, João, Maria e Felisberto: o retorno ao lar de

---

<sup>176</sup> ACSM, Ação cível, 1º ofício, código 380, auto 8337. Referência do documento cedida pelo professor Dr. Renato Pinto Venâncio.

origem. Não sabemos se isso foi comum nos outros casos de “crianças alheias”, pois os documentos não nos permitiram seguir a trajetória de um número significativo dessas crianças para que pudéssemos afirmar tal hipótese. No entanto, no caso aqui analisado, o Tenente Silvério Reginaldo de Araújo deixa bem claro que a filha retornaria a casa assim que se cumprisse o combinado. Como isso não ocorre, o pai entra com uma ação cível e consegue recuperar a filha.

Esses pequenos relatos são capazes de exemplificar nossas análises sobre a prática do abandono e do acolhimento de crianças. Para além das diferenças encontradas nos números, tabelas e gráficos, foram histórias como a do exposto Joaquim que nos mostraram o significado social de ser uma criança abandonada. Além do mais, conseguimos destacar, através de pequenos pedaços das histórias de vida dessas crianças, a importância que elas tinham no meio social. Seja o caso de Joaquim, que de exposto pardo passou a órfão e com isso permitiu que seu tutor se responsabilizasse pela herança deixada por seu pai biológico; ou no caso de “crianças alheias”, como Raquel, que poderiam ter sido responsáveis por uma rede de solidariedade, se não fosse o descumprimento do trato de uma das partes.

## Considerações finais

*Com todos os seus infortúnios,  
notáveis prerrogativas logram os  
Enjeitados. São reputados limpos  
de sangue, sem casta de Mouros,  
nem Judeus, e por leis antigas, são  
livres do poder paterno.*

(R. Bluteau)

Começamos nosso trabalho com um principal objetivo: entender o que significava *ser exposto* nos séculos passados. Nas pesquisas sobre família e sociedade dos séculos XVIII e XIX, o número de crianças abandonadas registradas nos documentos normalmente assusta e nos faz questionar qual o sentido do abandono naquela época. Há trabalhos que nos mostram que essas crianças acabavam sendo acolhidas por outras famílias, assumindo papéis diferenciados nesse ambiente familiar.

Os expostos, pelo menos nos casos aqui analisados, raramente voltavam para sua família de origem, o que não significava que eles não soubessem sua filiação. Casos como o de Joaquim, João, Maria e Felisberto nos mostram que ocultar o abandono era praticamente impossível. Destaca-se aí a importância da Igreja frente ao abandono. Os padres, provavelmente cientes da filiação dessas crianças, eram os responsáveis por atestar a condição de “exposto”, através dos registros de batismo.

Era a partir desse momento que a criança perdia qualquer relação social que poderia ter com sua família de origem. Vimos isso ao analisarmos, principalmente, a qualidade dessas crianças na Lista Nominativa. Associada muito mais a uma questão social do que de “cor” ou “raça”, a qualidade dos expostos era predominantemente branca. O fato de a criança ser abandonada por uma família branca não é descartada, mas essa hipótese não justificaria os 71% das crianças com essa qualidade. Isso significa que, ao *ser exposto*, a criança não se tornava uma desqualificada social; ao contrário, o abandono permitia que a criança adquirisse uma qualidade que significava certa distinção social. Podemos supor,

então, que a criança apresentava uma ruptura com sua família de origem, mesmo tendo o conhecimento de sua filiação.

Ao compararmos os expostos com as “crianças alheias”, compreendemos um pouco melhor como se dava a “circulação” nos casos de abandono. As crianças normalmente circulavam ainda muito novas e os pais biológicos tinham como principal preocupação encontrar um lar que acreditavam ser capaz de criar o filho. Os domicílios que acolhiam essas crianças pareciam possuir também um perfil próprio. Mulheres viúvas, em geral com mais de 40 anos de idade, e com filhos residindo no mesmo domicílio, eram as que mais acolhiam essas crianças.

No caso das “crianças alheias” o que percebemos é um padrão diferente de “circulação”. Agregadas possivelmente em idade mais avançada, essas crianças não perdiam a relação social que possuíam com sua família de origem. A qualidade associada a essas crianças é coerente com o perfil da sociedade de Mariana e com a prática de entregar filhos para serem criados por terceiros. É nessa categoria que percebemos que as crianças de origem familiar branca não circulavam tanto quanto as pardas e as crioulas, o que reafirma mais uma vez a nossa hipótese de que ao serem expostas, as crianças adquiriam uma origem social superior, que não condizia com sua origem familiar.

As características dos domicílios que acolhiam as “crianças alheias” também não se assemelhavam com os que acolhiam expostos, o que nos sugere interesses diferentes entre as partes envolvidas. As crianças, que provavelmente deixavam a casa dos pais em idade mais avançada do que a dos expostos, podiam participar ativamente dessa decisão, escolhendo inclusive o domicílio ao qual se agregaria. Seja para aprender algum ofício ou para ter uma condição melhor, assim como para fugir de maus tratos, dentre outros diversos motivos possíveis, é mais plausível acreditar que essas crianças, após um período, retornavam às suas respectivas casas. São nesses casos que percebemos de forma mais clara a constituição de redes de solidariedade entre os envolvidos, característica tão destacada ao se discutir a “circulação de crianças”. Não que no caso dos expostos a dependência entre as partes não tenha ocorrido, mas, ao pensarmos os diferentes padrões de “circulação” aqui destacados e levando em consideração os estudos de caso analisados no trabalho, parece que entre a “circulação” dos expostos a constituição de “redes de solidariedade” não aparecia como uma regra e nem mesmo como uma intenção do abandono.

Após esses apontamentos, voltamos a nossa pergunta inicial. O que significava *ser exposto* nos séculos XVIII e XIX? O abandono, na maioria das vezes, não significava o desconhecimento da filiação por parte da criança e da sociedade, nem a despreocupação dos pais em relação aos filhos. Acreditamos que *ser exposto* significava perder, no âmbito social, a relação que a criança tinha com sua família de origem. Não é nosso interesse destacar aqui se isso era positivo ou negativo, mas sugerir que o abandono poderia trazer para a vida da criança aspectos positivos, em relação aos quais ela não teria acesso se não fosse sua exposição.

Associa-se a exposição outro aspecto interessante, que foi a institucionalização do abandono através de instituições que prestavam assistência. De certa forma, podemos sugerir que foram elas as responsáveis por permitir que o tipo de abandono aqui caracterizado ocorresse. Essa prática de exposição de crianças, reconhecida por lei e ainda por cima financiada pelos Concelhos e pelas Santas Casas de Misericórdia, parece ter se tornado cada vez mais comum nas sociedades, justificando o grande número de crianças abandonadas registradas nos documentos dos séculos passados. Portanto, o abandono praticado antes do surgimento das primeiras medidas para a institucionalização da assistência, pode ter apresentado, ainda, um significado bem diferente do tipo de abandono analisado em nosso trabalho.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias manuscritas

#### *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*

- Registros de Receita e Despesa (1737-1828) – códices 73; 75; 121; 124; 141; 151; 176; 201; 202; 277; 333; 373; 382; 384; 556; 572; 649; 660; 679; 701.
- Listas de Habitantes (1819) – código 651.

#### *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*

- Processos Matrimoniais – armário 02, pasta 221, registro 2208.

#### *Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*

- Inventários – 1º ofício, código 65, auto 1405; 1º ofício, código 138, auto 2876.
- Ações cíveis – 1º ofício, código 380, auto 8337; 1º ofício, código 390, auto 8533; 1º ofício, código 391, auto 8549.

### Fontes primárias impressas

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Orphanologia practica, em que se descreve tudo o que respeyta aos inventarios, partilhas & mais de pendencias dos pupillos*. MFN: 1323; Autor: PONA, Antonio de Payva e. 1655 – 1759?; N. de classificação: OR 0001 – Séc. XVIII; N. do microfilme: 63; N. do flash/planilha: 3; Arquivo gaveta negativo: G-6. Coleção: Obras Raras.

COIMBRA. *Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal*: recopiladas por mandato d’el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similiar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – 4 Tomos – (Edições do Senado Federal).

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord. geral). *Código Costa Matoso*: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que se tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

PINTO, Antonio Joaquim de Gouveia. *Compilação das providências que a bem da criação, e educação dos expostos ou enjeitados*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.

RIO DE JANEIRO. *Revista trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Segunda Serie, Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

## Bibliografia

### *Obras de referência*

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulo Português e Latino*, autorizado os exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rey de Portugal D. João V ..., (1712), Rio de Janeiro, UERJ, 2000, (CD-room).

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de língua portugueza: epitome da grammatica portugueza*. Ed.2, Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. (edição fac-similar de 1922).

### *Livros, artigos e teses*

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1994.

ANDRADE, Cristina Viegas de. “Domicílios mineiros chefiados por mulheres em 1831/1832”: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM). *XXIV General Population Conference*, Salvador, agosto/2001. Retirado do site: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT\\_Pop\\_Hist\\_Andrade\\_Text.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Hist_Andrade_Text.pdf). Acessado em: 10 de maio de 2010.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. *A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *O destino dos expostos: Trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1830*. Monografia de Bacharelado, UFOP, 2002.

- ARIÈS, Philippe. *Historia social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Recuperando sociabilidades no passado”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh – MG, 2001. pp.27 – 43.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Trad: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOSCHI, Caio César. “O assistencialismo na Capitania do Ouro”. *Revista de História* (nova série), n. 116, jan./jul. 1984, p. 35.
- \_\_\_\_\_. *Os Leigos e o Poder*. (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática S.A., 1986.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8.ed.
- BRANDÃO, M. C. *Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia de Bacharelado em História, UFOP: 2005.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. 3 ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CASTRO, Iná Elias de. “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar”. In: SOUZA, Maria Adélia A. *et. al.* (orgs.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec / Annablume, 2002.
- CLAVAL, Paul. “As abordagens da geografia cultural”. In: CASTRO, Iná Elias *et. al.* (orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 89 – 117.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (org.). *Casas de Vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.
- CUNHA, Alexandre Mendes *et al.* “História econômica e regionalização”: contribuição a um desafio teórico-metodológico. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 38, n. 3, pp. 493 – 524, jul. – set. 2008.
- DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- FRANCO, Renato Júnio. *Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII*. Dissertação de Mestrado, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Trad: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Expostos, Roda e mulheres: a lógica da ambigüidade medico-higienista”. In: *Pensando a família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- GOUBERT, Pierre. “História Local”. *História & Perspectiva*, n. 6, pp. 45 – 57, 1992.
- HANAWALT, Barbara. “Childrearing among the lower classes of late medieval England”. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 8, num. 1, 1977.
- HELMHOLTZ, R. H. “Infanticide in the province of Canterbury during the fifteenth century”. *History of Childhood Quarterly*, vol. 2, 1975.
- KONNOR, Melvin. “Infancy among the Kalari Desert”, en Leiderman, P. H., Tulkin, S.R. y Rosenfeld, A., comps.: *Culture and Infancy. Variations in the Human Experience*; Academic Press, Nueva York e Londres, 1977).
- LALLEMAND, Suzanne. *La circulation des enfants em societe traditionnelle: Prêt, Don, échange*. Paris: Editions L’Harmattan, 1993.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 8.ed.
- LOPES, Francisco Antônio. *Palácios de Vila Rica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

- MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Trad: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORENO, Alessandra Zorzzeto. *Vivendo em lares alheios: acolhimento domiciliar, criação e adoção na cidade de São Paulo (1765-1822)*, 2007, Tese de Doutorado. UNICAMP.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. USP, 1996.
- PAIVA, Eduardo França. “Testamentos, universo cultural e a salvação das almas nas Minas Gerais dos setecentos”. *Revista do IFAC*. Ouro Preto, (2):84-91, dez. de 1995.
- POLLOCK, Linda A. *Los niños olvidados: Relaciones entre padres e hijos de 1500 a 1900*. Trad: Agustín Bárcena. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “História regional”: dimensões teórico-conceituais. *In: História: debates e tendências*, v.1, 1999. pp. 15 – 21.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. v. 2.
- ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’”: Fredrik Barth e a ‘microhistória’. *In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- SAMARA, Eni de Mesquita. “A História da Família no Brasil”. *Família e Grupos de Convívio*, São Paulo, v.17, 1988/1989.
- SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – A pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

*Termo de Mariana: história e documentação.* Mariana: Editora UFOP, 1998.

*Termo de Mariana II: história e documentação.* Editora UFOP, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *O trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro, Campus, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. *Historia das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII.* São Paulo: [s.n],1998.

\_\_\_\_\_. *Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.* Campinas, SP: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_. *Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808.* História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36. Editora UFPR, 2002. pp. 129 – 159.

\_\_\_\_\_. (org). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII – XIX,* 1º ed. São Paulo: Alameda, 2010.

VOLVELLE, Michel. *L'irrésistible ascension de Joseph Sec, bourgeois d'Aix, suivi de quelques pour la lecture de naifs.* Aix-em-Provence, 1957 e Théodere Desorgues ou la désorganisation. Paris, 1985.

WRIGHTSON, Keith. "Infanticide in early seventeenth-century England". *Local Population Studies*, vol. 15, 1975.